



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**PESCA ARTESANAL NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO: DINÂMICAS
IDENTITÁRIAS E TERRITORIAIS**

Lucélia Cristina Morais da Silva

Orientador: Peter Schröder

RECIFE

2014

LUCLÉCIA CRISTINA MORAIS DA SILVA

**PESCA ARTESANAL NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO: DINÂMICAS
IDENTITÁRIAS E TERRITORIAIS**

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa:

Poder, desenvolvimento e desigualdade.

Orientador:

Peter Schröder

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Luclécia Cristina Morais da.
Pesca artesanal no Litoral Sul de PE : dinâmicas identitárias e territoriais / Luclécia Cristina Morais da Silva. – 2014.
112 f. : il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Peter Schöder.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2014.
Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Impacto ambiental. 4. Comunidades - Desenvolvimento. 5. Pesca artesanal – Sirinhaém (PE). 6. Pescadores – Sirinhaém (PE). I. Schöder, Peter (Orientador). II Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-09)

LUCLÉCIA CRISTINA MORAIS DA SILVA

“Pesca artesanal no Litoral Sul de Pernambuco: dinâmicas identitárias e territoriais”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 26/02/2014.

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Peter Schröder (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Profª Drª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Titular Interna)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Profª Drª Francisca de Souza Miller (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Dedico este trabalho aos pescadores e pescadoras de Sirinhaém, que mesmo em meio a tantas dificuldades, persistem na busca pela liberdade e fazem deste, um lugar ímpar na cultura tradicional pesqueira.

AGRADECIMENTOS

Há muito a agradecer, a tantas pessoas que contribuíram na realização deste trabalho e deixaram suas contribuições em minha vida que sinto até dificuldade em colocar no papel o sentimento da gratidão que carrego comigo. Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade que me deu de mais uma etapa de novos aprendizados e por colocar em meu caminho tantas pessoas especiais.

Agradeço ao meu orientador Peter Schröder por sua gentileza em me orientar e por sua disponibilidade durante a realização deste trabalho. Agradeço aos demais professores que aceitaram em participar da banca desta dissertação: Salete Cavalcanti, Francisca Miller, Parry Scott e Cristiano Ramalho. E a Salete e Scott, por terem contribuído com suas valiosas contribuições desde o período da defesa do projeto.

Quero agradecer a todos que tornaram possível este trabalho: às Irmãs Franciscanas Bernadinas de Barra de Sirinhaém (Cristiane, Severina e Verônica) por me acolherem tão gentilmente e com tanto amor durante minha estadia em Sirinhaém, ao Severino Santos (Bill) do CPP e ao Frei Sinésio Araújo por seu apoio, aos profs. Gilberto Rodrigues, Pedro Silveira e Mônica Cox, que sempre estiveram envolvidos na temática e em muito contribuíram nesta pesquisa com suas discussões.

Agradecimentos especiais a todos de Sirinhaém, aos pescadores e pescadoras que carinhosamente me receberam e me ajudaram na realização deste trabalho. A todos da Colônia Z-6 de Barra de Sirinhaém, representados nas figuras de Ronaldo e Arlene.

Sou muito grata ainda por um anjo que Deus colocou em meu caminho, Beatriz Mesquita da FUNDAJ, que em muito me ajudou durante a pesquisa de campo com suas ideias, sugestões e questionamentos. Fiquei muito feliz em poder aprofundar nossa amizade e compartilhar alguns momentos em sua companhia, que em muito me inspira.

Agradeço aos familiares (Auxiliadora, Josmar e Dayana) pelo apoio e aos amigos, agradeço imensamente pela compreensão durante os períodos de ausência, pelo apoio e carinho. São tantos que não citarei nomes, pois os amigos verdadeiros sabem quem o são. Obrigada por existirem e por fazerem parte de minha vida.

*“os empreendimentos é feito para eles ter lazer e nós como pescadores e marisqueiras
perdemos o nosso lazer”
(Pescadora artesanal).*

*“estamos vendo nossos manguezais pedindo socorro, porque, o pescador escuta ele
pedindo socorro e corremos atrás das autoridades e ninguém faz nada”
(Pescadora artesanal).*

RESUMO

No Litoral Sul de Pernambuco existem inúmeras comunidades pesqueiras que continuam a conviver em um tempo cíclico e em intrínseca relação com o ambiente marinho-estuarino. Esta dissertação traz o exemplo de uma dessas comunidades, no município de Sirinhaém-PE, onde diversos fatores tem interferido na dinâmica social pesqueira, que vem sendo reordenada em face do desenvolvimento econômico local e da reorientação dos usos do tempo e do espaço. Os pescadores artesanais têm tido dificuldade em perpetuar a cultura da pesca artesanal devido à diminuição dos estoques pesqueiros e aos muitos impactos ao ambiente aquático, onde esses buscam garantir a segurança alimentar de suas famílias. Em meio a essas dificuldades, há diversos empreendimentos industriais e turísticos que têm se instalado na região e promovido à perda da sociabilidade entre os pescadores a partir da aquisição de uma atividade assalariada. A desvalorização dos territórios tradicionais dos pescadores artesanais reflete os fenômenos de mercantilização dos espaços e da individualização das atividades produtivas capitalistas, onde a opção de uma sustentabilidade local com base no princípio da resiliência não é levada em conta. Apesar da busca por alternativas de complementação de renda, os pescadores artesanais permanecem internamente identificáveis como tais, pois o trabalho na pesca artesanal não é uma realidade simplesmente econômica. Há um dinâmico processo de diferenciação social que busca diferentes formas de resistência e adaptação à engrenagem da reprodução capitalista: através da procura por novos espaços pesqueiros ou mesmo inserindo-se em novas atividades produtivas. Contudo, para os pescadores artesanais, seu mundo não se reduz ao vínculo empregatício, pois, segundo eles: *“Nunca deixei de ser pescador, não vou deixar meu ritmo, eu posso endoidar lá fora”*. Ou seja, apesar de certa subordinação ao capital, os pescadores artesanais percebem que “lá fora” é bem diferente do modo de vida ao qual estão acostumados e tais situações concretas nos revelam as múltiplas identidades a partir das diferentes formas de resistência e complementariedade da reprodução social pesqueira, onde os pescadores buscam o reconhecimento de uma alteridade que ainda não está descaracterizada em sua essência.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Identidade. Território. Litoral Sul de PE.

ABSTRACT

On the South Coast of Pernambuco there are numerous fishing communities continue to live in a cyclical time and intrinsic relationship with the marine-estuarine environment. This dissertation brings the example of one such community in the municipality of Sirinhaém-PE, where several factors have affected the fishing social dynamic that has been reordered in the face of local economic development and reorientation of the uses of time and space. Small-Scale fishers have had difficulty in perpetuating the culture of small-scale fishing due to declining fish stocks and the many impacts to the aquatic environment, where these seek to ensure food security for their families. In the midst of these difficulties, there are several industrial and tourist developments that have installed up in the region and promoted the loss of sociability among fishermen from the acquisition of a paid activity. The devaluation of the traditional territories of small-scale fishermen reflects the phenomena of commodification of spaces and the individualization of capitalist productive activities, where the option of a local sustainability based on the principle of resilience is not taken into account. Despite the search for alternatives to supplement income, small-scale fishermen remain internally recognizable as such because work in small-scale fishing is not just economic reality. There is a dynamic process of social differentiation that seeks different forms of resistance and adaptation to capitalist reproduction operation: through the search for new fishing areas or even entering into new productive activities. However, for small fishermen, their world is not limited to employment contract because, according to them: "I never stopped being a fisherman, I will not let my rhythm, I can go crazy out there." That is, although certain subordination to capital, small-scale fishermen realize that "out there" is quite different from the way of life to which they are accustomed and such concrete situations reveal multiple identities from different forms of resistance and complementarity of reproduction social fishing, where fishermen seek recognition of an otherness that is not uncharacteristic in its essence.

Keywords: Small-scale fishing. Identity. Territory. South Coast of PE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Pernambuco	16
Figura 2: Mapa do Litoral Sul	17
Figura 3: Campanha pelo território pesqueiro na UFPE	30
Figura 4: Campanha pelo território pesqueiro na UFPE	30
Figura 5: Campanha pelo território pesqueiro na UFPB	30
Figura 6: Campanha pelo território pesqueiro na UFPB	30
Figura 7: Participação dos pescadores no III Seminário de Pesca Artesanal	31
Figura 8: Participação dos pescadores no III Seminário de Pesca Artesanal	31
Figura 9: Audiência em Rio Formoso	31
Figura 10: Audiência em Rio Formoso	31
Figura 11: Colônia Z-6 (Barra de Sirinhaém)	32
Figura 12: Colônia Z-6 (Barra de Sirinhaém)	32
Figura 13: Praia de Barra de Sirinhaém.....	42
Figura 14: Praia de Guaiamum.....	43
Figura 15: Praia de Gamela	43
Figura 16: Praia de Guadalupe	44
Figura 17: Porto de Barra de Sirinhaém	44
Figura 18: Porto de Barra de Sirinhaém	44
Figura 19: Criança navegando no estuário de Barra de Sirinhaém	45
Figura 20: Mulheres atuando no beneficiamento do pescado	49
Figura 21: Pescadores em Barra de Sirinhaém.....	50
Figura 22: Pescadores em Barra de Sirinhaém.....	50
Figura 23: Catamarã entre Guadalupe e Rio Formoso	51
Figura 24: Gráfico da Produção Aquícola Continental e Marinha.....	59
Figura 25: Acúmulo de lixo próximo ao manguezal	67
Figura 26: Casas de veranista em Barra de Sirinhaém	68
Figura 27: Estuário do rio Sirinhaém, praias de Toquinho e Barra	70
Figura 28: Barcos que realizam travessia à Toquinho.....	71
Figura 29: Marinas em Barra de Sirinhaém.....	73
Figura 30: Marinas em Barra de Sirinhaém.....	73
Figura 31: Mapa do Projeto Costa de Guadalupe.....	80

Figura 32: Entrada do empreendimento Costa de Guadalupe	81
Figura 33: Estuários do rio Dos Passos, Rio Formoso e Mariassú.....	83
Figura 34: Estuário de Guadalupe, Rio Formoso e Tamandaré	84
Figura 35: Rampa da Marina em Barra de Sirinhaém	87

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Sazonalidade das Principais Modalidades de Pesca	46
Quadro 1: Impactos do Turismo Náutico na Pesca Artesanal pela percepção dos pescadores.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CEPENE – Centro de Pesquisa do IBAMA Zona Costeiro-Marítima do NE

CNPT - Centro Nacional de Populações Tradicionais

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

CPRH – Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DIUSP - Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MPP – Movimento dos Pescadores Artesanais

ONG – Organização Não Governamental

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura

PDDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidade Tradicionais

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Z. da Mata PE

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

UC – Unidade de Conservação

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	20
CAPÍTULO 1	22
1.1. A pesquisa e a problemática da região	22
1.2. O campo da pesquisa	28
1.3. A pesquisa e seus objetivos	33
1.4. O lugar	39
1.5. As pessoas e suas atividades.....	44
CAPÍTULO 2	52
2.1. As políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura	52
2.2. A cultura da Pesca Artesanal	60
2.3. A busca pelo dinheiro “certo”	66
CAPÍTULO 3	75
3.1. Os empreendimentos industriais e turísticos em Sirinhaém.....	75
3.2.. Os impactos na dinâmica social pesqueira	85
3.3. A pluralidade epistemológica e o reconhecimento da alteridade	92
3.4. Estratégias de proteção do território e da sociobiodiversidade	95
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal brasileira congrega 957 mil pescadoras e pescadores registrados, segundo dados do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA). A prática da pesca artesanal é uma atividade histórica e representa não apenas uma atividade produtiva, mas também um modo específico de cultura, como também de integrar-se socialmente e relacionar-se com o ambiente.

Segundo DIEGUES (1988), os pescadores artesanais diferenciam-se dos pescadores industriais por participarem diretamente da captura do pescado, atuando sozinhos ou em parceria. A pesca artesanal difere da pesca industrial por ser exercida com métodos simples e possuir características bastante diversificadas, de acordo com os habitats onde atuam e quais espécies são exploradas, bem como por ter seu produto ser destinado tanto ao consumo familiar como à comercialização direta ao consumidor.

Segundo CASTELLO (2010), a pesca no NE é essencialmente artesanal (93,3%) e tal fato demonstra a importância dos pescadores artesanais para a região, entretanto, as estimativas sobre o número real de pescadores artesanais ainda são muito incipientes. Tal atividade produtiva possui especial importância econômica e social na região Nordeste do Brasil e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas ainda permanece como a principal responsável pela produção pesqueira marinha e a segunda pela produção pesqueira continental nacional (MPA, 2011). Uma das dificuldades está na falta de uma metodologia de pesquisa que leve em conta todo o universo haliêutico¹, sobretudo a produção não embarcada oriunda principalmente da extração de crustáceos e mariscos pelas mulheres.

A riqueza haliêutica está associada a fatores de produtividades naturais como: águas frias de regiões temperadas e polares, correntes de ressurgência e águas tropicais. As águas da plataforma continental² são, em geral, bastante produtivas, “devido à

¹ Compreende todas as formas aquáticas de vida, ou ainda, que tem na água seu mais frequente meio de vida.

² A morfologia do fundo oceânico compreende: a plataforma continental (prolongamento do continente em declive); o talude continental (região onde o declive se acentua rapidamente); o fundo oceânico e as fossas marinhas (regiões que podem atingir até 11 mil metros de profundidade) e ainda as cadeias de montanhas submersas denominadas de dorsais mesoceânicas.

fertilização de nutrientes de rios, ressurgências costeiras e de borda de plataforma, e remineralização de nutrientes bênticos-pelágicos” (PEREIRA *et al.*, 2002).

Em localidades de climas mais frios há uma maior mistura vertical entre as camadas de águas superficiais e profundas, pois, como as águas mais frias possuem uma densidade maior, se movimentam para o fundo e então as águas que antes estavam no fundo emergem à superfície, enriquecendo-a com os nutrientes que antes estavam depositados no substrato oceânico.

As correntes de ressurgência ou afloramentos ocorrem quando correntes de ventos ao longo da costa deslocam a camada superficial de água e então a água mais fria e profunda emergem à superfície. As águas profundas são ricas em nutrientes e dióxido de carbono, enquanto as águas de superfície, mais quentes, são ricas em oxigênio. No Brasil o fenômeno da ressurgência ocorre em Arraial do Cabo (Rio de Janeiro) e resulta da ação dos ventos leste/nordeste aliado ao movimento de rotação da terra, que provoca o afastamento das águas quentes da Corrente do Brasil que descem pela costa do nordeste em direção ao sul. Quando essas águas afastam-se da costa, há uma subida das águas frias da Corrente das Malvinas que correm em sentido contrario as águas do corrente do Brasil (PEREIRA, *et al.*, 2002).

A costa nordestina possui uma plataforma continental de pequena largura (cerca de 35 Km), borda de declive suave e de pouca profundidade, o que não favorece o fenômeno de ressurgência. As águas tropicais, como as que ocorrem no NE do Brasil, são mais pobres em produção marinha porque apenas são dependentes dos nutrientes oriundos das descargas fluviais que são, em geral, de variação sazonal acentuada. Entretanto a diversidade de espécies marinhas é bem maior do que nas demais regiões do planeta. Muitos estudos descrevem uma grande diversidade de espécies no mar do Nordeste e rara presença de cardumes expressivos e, portanto, para conservar a biodiversidade local é interessante que a pesca na região NE permaneça de modo artesanal. Existe também na costa nordestina muita biodiversidade de espécies oriundas das áreas de manguezais (PEREIRA, *et al.*, 2002).

A região costeira pernambucana, além de possuir uma rica biodiversidade, é também caracterizada por sua beleza e por abrigar diversos ecossistemas que incluem remanescentes de Mata Atlântica, os recifes de coral, os costões rochosos, ilhas e

restingas, os estuários e manguezais, as praias e o mar. Existem ainda extensos e descontínuos recifes de arenitos de praia, tendo alguns destes recebido até proteção legal como, por exemplo, o Decreto Federal de 1997 que institui a Área de Proteção Costa dos Corais que visa proteger o complexo recifal de Tamandaré, no litoral sul, e é a primeira APA criada para os recifes costeiros no Brasil.

Há também extensas áreas ainda bem preservadas de manguezais que constituem regiões de alta produtividade e diversidade biológica, uma vez que, pela natureza de seus componentes, são encontrados nesses ecossistemas, representantes de todos os elos da cadeia alimentar. Além disto, é no estuário que várias espécies buscam alimento e refúgio em época de reprodução (SCHULER et al., 2000; AGUIAR, 2005). E apesar das constantes modificações sofridas, ainda permanece como um dos ambientes mais resilientes, por manter as suas características naturais. (MARINS, 2007).

Na dissertação aqui apresentada será abordada mais especificadamente a zona costeira (figura 1) da Mata Sul Pernambucana que abrange uma área de 2 097 km² ou o equivalente a 2,13% da superfície estadual e é composta por sete municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. Esses municípios integram também as microrregiões Mata Meridional Pernambucana e de Suape, possuindo uma população total de 348.824 habitantes (IBGE, 2010).

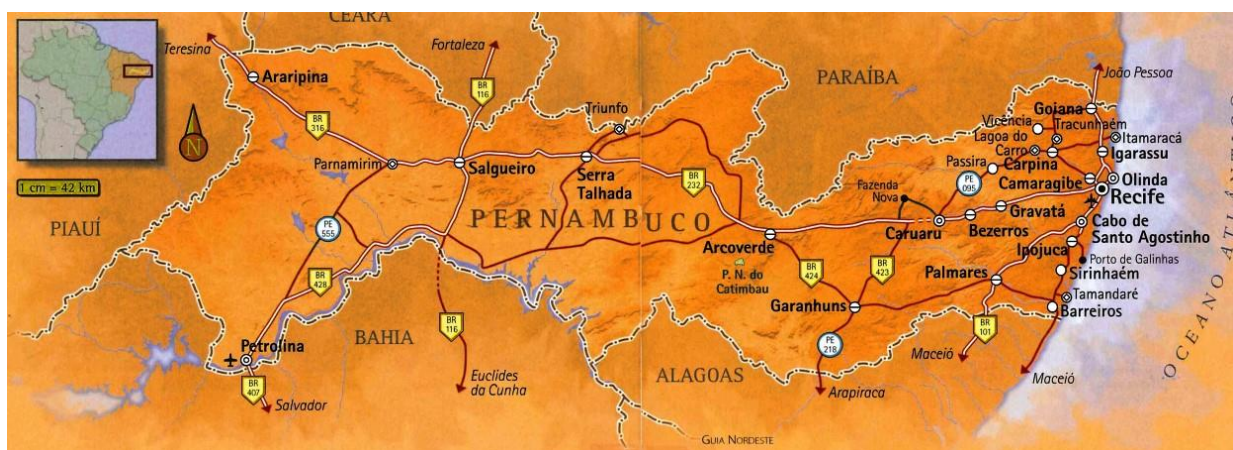


Figura 1: Mapa de Pernambuco. Fonte: <http://www.bahia.ws/guia-turismo-viagem-litoral-norte-pernambuco/> (acesso em 12 de fev. de 2013).

No litoral sul de Pernambuco existe uma pesca artesanal muito forte, apesar da crescente onda de ‘desenvolvimento’ que atinge à região desde a consolidação do Porto de Suape na primeira década de 2000 (CAVALCANTI, 2002). Observa-se que há um

movimento crescente de investimentos governamentais no intuito de ‘desenvolver’ todos os municípios que fazem parte da área de influência direta de Suape.

No Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca o impacto das indústrias do Porto de Suape é sentido em depoimentos da população local que percebe a invasão de pessoas estranhas que passaram a fazer morada nessas localidades³. O turismo cresceu bastante na maioria dos municípios⁴ do litoral sul (figura 2) e pode ser visto a partir das inúmeras casas de veraneio e *resorts*, como, por exemplo, na praia de Porto de Galinhas, uma das mais famosas. Os impactos desse crescimento refletem-se na diminuição da quantidade de pescadores, nos deslocamentos forçados da população agrícola local, no aumento da violência e também no meio ambiente.



Figura 2: Litoral Sul PE. Fonte: <http://www.bahia.ws/guia-turismo-viagem-litoral-norte-pernambuco/> (acesso em 12 de fev. de 2013).

³ Ver: ACIOLY, Rafael. (2013)

⁴ Ver: SILVEIRA, Carla B. M. (2003)

Nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré há uma predominância dos impactos do turismo com a construção de casas de veraneio, *resorts* e “privatização” de algumas praias, como, por exemplo, em Carneiros. Em Tamandaré existe um turismo sazonal, onde há um grande número de turistas durante o verão e em períodos de realizações de festas no município. Os turistas que frequentam Tamandaré são, em geral, oriundos de municípios mais interioranos (Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, etc.).

Em Rio Formoso predomina a pesca no rio, pois a parte costeira do município foi perdida com a emancipação de Tamandaré. Há ainda nessa região a Reserva Biológica de Saltinho (Reserva Federal para proteção da Mata Atlântica), a APA Federal Costa dos Corais (em Tamandaré) e a APA de Guadalupe - localizada ao sul de Tamandaré e que ocupa uma área de 44.799 ha, sendo 32.135 ha de área continental e 12.664 ha de área marítima, compreendendo os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros e Tamandaré e que como as demais APAs Estaduais sempre esteve esquecida, tendo seu plano de manejo elaborado apenas em 2012 – mas ainda não aprovado – porque faz parte dos novos planos turísticos do Estado. O Território da Mata Sul Pernambucana também está inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), reconhecida pela UNESCO.

Entre os municípios de Cabo/Ipojuca e Rio Formoso/Tamandaré encontra-se o município de Sirinhaém que passou um bom período sofrendo, sobretudo, com os impactos da poluição das diversas usinas de cana-de-açúcar da região. O turismo sempre foi incipiente e os pescadores artesanais encontram-se bem presentes na orla de algumas praias, como, por exemplo, em Barra de Sirinhaém e em Gamela.

Ao final do litoral sul de PE há os municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, locais onde o turismo ainda não é tão intenso, assim como em Sirinhaém. Na região há apenas pequenas pousadas e casas de veraneio. Existem muitos pescadores artesanais que atuam na região fazendo desta área uma das poucas que ainda possuem uma forte pesca artesanal e que ainda desfruta de certa tranquilidade típica das cidades do interior, onde o ‘progresso’ ainda não dita as normas e dinâmicas locais.

Esta pesquisa traz o relato das modificações ocorridas no município de Sirinhaém decorrentes dos projetos de desenvolvimento que têm chegado à região e

modificado as dinâmicas identitárias locais. Optei por pesquisar tal município porque como já relatado anteriormente as primeiras cidades do litoral sul (Cabo e Ipojuca) já tiveram descaracterizadas muitas de suas dinâmicas pesqueiras e vários estudos demonstram essas transformações. Na região central do litoral sul (Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré) apenas em Sirinhaém não há um forte desenvolvimento turístico, já as cidades finais do litoral sul (Barreiros e São José da Coroa Grande) ainda não passam por tão bruscas mudanças e ainda não possuem muitas indústrias ou projetos turísticos para suas áreas. Já o município de Sirinhaém, que se localiza na porção mediana do litoral sul, apenas mais recentemente tem começado a sofrer os impactos das indústrias que chegam à localidade e, apesar, de estar localizado entre dois polos de intensos empreendimentos turísticos e industriais (Cabo/Ipojuca e Rio Formoso/Tamandaré) esteve por muito tempo no “anonimato” e sem grandes projetos turísticos planejados para se instalar na área.

Há no município de Sirinhaém uma grande comunidade de pescadores artesanais que pesca no estuário e no mar de fora e que tem enfrentado as dificuldades em continuar exercendo a atividade pesqueira. A pesquisa procura então compreender quais as mudanças estão ocorrendo nessa comunidade pesqueira em decorrência dos grandes projetos que foram instalados na região e aos demais projetos que prometem trazer grandes investimentos turísticos e assim modificar a dinâmica pesqueira atual.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A dissertação aqui apresentada traz o relato das transformações ocorridas nas atividades tradicionais pesqueiras do município de Sirinhaém, devido aos empreendimentos industriais e turísticos que se instalaram na região. O texto não tem a pretensão de esgotar as discussões a cerca dos problemas vivenciados pelos pescadores artesanais deste município, mas tão somente trazer à reflexão sobre os impactos ambientais e sociais que, a comunidade pesqueira está em contato diariamente e como tais impactos tem reformulado as formas de uso do tempo e do espaço.

O primeiro capítulo foi dividido em cinco tópicos. No ponto 1.1. abordo a problemática da região e o histórico de lutas pela proteção e uso da área estuarina do rio Sirinhaém. No ponto 1.2. discorro como foi feito a obtenção dos dados empíricos da pesquisa e quais os caminhos foram percorridos em campo, na busca por coletar as informações necessárias à pesquisa. No ponto 1.3. relato os objetivos da pesquisa e quais autores, teorias e conceitos me ajudaram a pensar o campo. No ponto 1.4. descrevo a área de estudo e suas características. No ponto 1.5. abordo sobre as pessoas e suas atividades, na tentativa de ilustrar um pouco da dinâmica social dos pescadores em suas diferentes especificidades.

O capítulo dois foi dividido em três partes: no ponto 2.1. apresento um pouco das políticas públicas do Ministério de Pesca e Aquicultura para trazer à reflexão sobre a histórica vulnerabilidade desse grupo social. No ponto 2.2. trago alguns elementos da cultura da pesca artesanal e no ponto 2.3. evidencio como ocorre a busca pelo dinheiro “certo” na garantia da segurança alimentar, entre os integrantes da comunidade pesqueira.

O capítulo três é dividido em quatro partes: no ponto 3.1. faço um breve relato de como ocorreu a chegada dos empreendimentos industriais e turísticos em Sirinhaém. No ponto 3.2. apresento alguns dos impactos na dinâmica social pesqueira, decorrente desses empreendimentos já existentes e quais problemas tais impactos causam na atividade tradicional pesqueira. No ponto 3.3. trago a discussão sobre a pluralidade epistemológica e o reconhecimento da alteridade pesqueira a fim de ilustrar a falta de vontade política em colocar em prática as ações – divulgadas nos planos sociais do

Governo – de incorporar e garantir a efetiva participação social das populações atingidas por projetos de grande impacto socioambiental. Por fim no ponto 3.4. apresento algumas estratégias de proteção do território e da sociobiodiversidade já conduzidas pelos pescadores artesanais. E como o esforço dos pescadores e pescadoras de todo o Brasil, através de históricas mobilizações, tem contribuído para a conscientização da categoria na busca por seus direitos. Embora o Governo tenha avançado na ampliação de alguns direitos sociais dos pescadores artesanais, ainda existe uma grande dívida social com este grupo social e faltam ações efetivas que garantam a autonomia desta prática produtiva artesanal, sendo importante então, a ampliação das estratégias de luta pelo território tradicional pesqueiro e pela valorização da cultura tradicional pesqueira.

CAPITULO 1

1.1. A PESQUISA E A PROBLEMÁTICA DA REGIÃO

Esta dissertação é o resultado de uma série de questionamentos acerca do município de Sirinhaém que remontam ao ano de 2010, quando na época concluía minha graduação em Biologia. Na ocasião muitas questões a respeito da problemática local me passavam pela mente, mas como não possuía tempo e nem a pesquisa da monografia permitia um estudo mais amplo, foquei-me então em um único objetivo: etnografar a solicitação de uma Reserva Extrativista entre Sirinhaém e Ipojuca.

O texto aqui exposto é uma pesquisa qualitativa que pretende responder a questões explicativas ocorridas ao longo do tempo fazendo uso de fontes diretas e secundárias. BONOMA (1985) observa que a finalidade do estudo de caso não é quantificar ou enumerar as amplas evidências encontradas, mas tão somente compreendê-las. Optei por fazer tal estudo no município de Sirinhaém, no litoral sul de Pernambuco, pelos motivos já expostos na introdução e porque eu poderia obter melhor êxito em meus questionamentos por já possuir amplas informações sobre o município.

A motivação para pesquisar sobre a criação da Reserva Extrativista de Sirinhaém nasceu ao entrar em contato com o pesquisador Pedro Silveira, da Fundação Joaquim Nabuco em abril de 2010, que estava envolvido em uma pesquisa intitulada “Reservas Extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco”. Nesse estudo os pesquisadores da FUNDAJ já acompanhavam a implementação da Reserva Extrativista de Acaú-Goiana, a primeira RESEX de Pernambuco.

Meu trabalho de conclusão da graduação foi então analisar a criação da RESEX de Sirinhaém-Ipojuca, que seria a segunda Reserva Extrativista no Estado. O processo de criação da unidade estava avançado, mas muitos conflitos dificultavam a sua criação. Pedro já tinha disponíveis os seis volumes da documentação relativa ao processo de criação da referida RESEX, cedidos pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), que foram minha inicial fonte de pesquisa.

Durante a referida monografia, em 2010, analisei os volumes do processo de criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca que foi feito pelo IBAMA e na ocasião entrevistei

representantes das Pastorais Sociais, Frei Sinésio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Severino Antônio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), como também diversos pescadores artesanais da região. Estive ainda na sede da prefeitura de Sirinhaém para conversar com Luiz de França (secretário municipal de agricultura, comércio, indústria e controle ambiental da Prefeitura de Sirinhaém) e fui à sede do IBAMA em Recife para entrevistar o analista ambiental do IBAMA Luiz Otávio Corrêa que coordenou o Estudo Socioambiental para a criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca. E por último entrevistei Cauby Figueiredo Filho, engenheiro agrônomo e representante do Dep. Agrícola e Ambiental da Usina Trapiche.

Durante a pesquisa da monografia constatei que o pedido de criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca resultou inicialmente de um conflito socioambiental entre a Usina Trapiche⁵ e cerca de 53 famílias de pescadores que viviam da pesca estuarina no manguezal do rio Sirinhaém. O referido manguezal é composto por 17 ilhas fluviais, algumas delas com denominações próprias: Grande, Clemente, Macaco, Porto Tijolo, Canoé, Raposinha, entre outras. Estas denominações foram dadas pela população de pescadores artesanais que nelas antes habitavam de acordo com as relações estabelecidas com o local e seus recursos naturais. As ilhas possuem tamanhos diversos e as pessoas foram se distribuindo na área a partir de laços de parentesco e compadrio. E assim essa população residente nas ilhas foi construindo um modo próprio de interagir com o ambiente. Eles extraíam do mangue os alimentos para a subsistência e alguns também vendiam o excesso da produção pesqueira. Mantinham pequenas produções agrícolas e frutíferas, além de criarem animais de pequeno porte.

De acordo com relatos de antigos moradores, a ocupação das ilhas estuarinas de Sirinhaém começou por volta do início do século XX e intensificou-se por volta de 1920 quando a Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, hoje denominada Usina Trapiche S.A., construiu um cais para escoar a sua produção. E assim, com o passar do tempo as famílias que utilizavam os recursos do mangue durante a entressafra da cana-de-açúcar começaram a aumentar em número devido aos casamentos entre os membros da comunidade (IBAMA, 2008).

⁵ Usina Trapiche, uma das mais antigas do litoral sul, fundada em 1887 e que possui atualmente 38 mil e 800 hectares de área.

A região estuarina de Sirinhaém é uma área da União (“terras de Marinha”), que desde 1898 foi aforada à Usina Trapiche. Ou seja, a empresa possui o direito de posse a partir do pagamento de um aluguel anual, sendo a aplicação do regime de aforamento das terras da União, competente à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Contudo, a partir de 1998, se intensificam as pressões pela Usina Trapiche para que os pescadores saíssem das ilhas estuarinas. Pois, foi nessa época que ocorreu a venda da Usina Trapiche para um grupo alagoano que atualmente administra a empresa.

“Nós quando chegamos aqui e sobrevoamos esse mangue de helicóptero era de fazer pena. Eram 52 ou 53 famílias habitando dentro desse mangue, tinha uma área chamada de carvoeiro, que o pessoal fazia carvão, destruindo a vegetação de mangue. Plantando lavoura branca dentro, com fruteiras dentro do mangue, jaca, manga, macaxeira, utilizando madeira pra fazer carvão. Isso foi um choque ambiental grande pra gente. E a gente foi mal visto em função de que a gente tentou fazer um trabalho de conscientização do pessoal pra que tirasse esse pessoal do mangue pra gente recuperar o mangue”.

(Representante da Usina Trapiche- Entrevista ao autor, em 28/12/10).

O conflito socioambiental envolvendo essas famílias de pescadores das ilhas estuarinas foi acompanhado pelas Pastorais Sociais já mencionadas desde a década de 90 através de trabalhos de âmbito social e jurídico. A estratégia utilizada pelos administradores da usina, com a intensificação dos conflitos, passou a ser a demolição das casas e a destruição das lavouras e das fruteiras, chegando até ao fechamento da escola local.

“Eu morei 42 anos nas ilhas, eu tô com 79 anos. Eu tive 23 filho na ilha do Macaco, criava galinha, cabra, porco, cavalo. Tive pé de jaqueira, mangueira, coco, tem pé de coração de índia, cajueiro, bananeira... tudo isso tinha...” “A minha casa derrubaram”.

(Ex-morador das ilhas – 79 anos).

“Eu tinha cajueiro, mangueira, jaqueira... era de caju como daqui em camboinha, de caju que a usina derrubou, fora as outras coisa...”

(Ex-morador das ilhas – 64 anos).

“A gente já morou na Raposinho, que a usina chegou a botar fogo, aí fomos morar lá no Carvoeiro”.

(Ex-morador das ilhas – 30 anos).

“Foi minha filha, eu ainda fui teimosa, ainda passei oito mês, o sitio derrubado e eu lá emperrada sem querer sair. Essa casa feita eu não queria vir não. Eu vim bem dizer nas mãos dos outros”.

“As frutas todinhas, só deixaram a casinha, mais nada... Derrubaram um pé de jaca meu que fazia dó e piedade, deu dois caminhões de jaca, eles carregaram. Eu tinha quatorze pés de jaca e quinze pés de manga e coqueiro, nem falo... e mais pé de laranja, cravo, tudo... a ilha era grande, tinha escola, tinha tudo”.

Ô meu Deus... Eu só vivia lá pelas ilhas, era pescando amoré, tinha saúde, criava boi... galinha.

Eu perdi 75 cabeça de galinha, fora os pintos, cada galo bonito essa menina, duas peruas, um peru.

Nada, roubaram tudinho, tudinho, tudinho... Eu ia trazer pra qui, pra onde? Um lugar desse... isso é lugar de nada... Perdi muita coisa essa menina, muito mesmo”.

(Ex-morador das ilhas - 70 anos).

(Entrevistas feitas a autora em 2010).

A saída dos pescadores que viviam nas ilhas ocorreu de maneira gradual, pois, devido à destruição das casas, das lavouras e das fruteiras, além das ameaças, tornou-se quase impossível a vida nas ilhas. E assim, pouco a pouco os moradores foram saindo. A intenção dos administradores da usina era fazer um acordo coletivo com os moradores, mas devido ao apoio das entidades que acompanhavam os pescadores, esses começaram a enfrentar às pressões e então a usina começou a fazer acordos individuais com os mais resistentes, a partir das diversas ações impetradas no órgão judicial local. Entre 2005 e 2006, restavam apenas cinco famílias morando nas ilhas e ao fim de 2010 as ultimas duas famílias que residiam nas ilhas foram expulsas por ordem judicial.

Atualmente esses pescadores residem em diferentes bairros da periferia do município de Sirinhaém: Outeiro do Livramento e Vila Nova da Cohab, que localizam-se no distrito sede; Barra de Sirinhaém e Casado, que localizam-se no distrito de Barra de Sirinhaém. A maioria das casas encontra-se em locais de difícil acesso, a distâncias

de cerca de 8 a 10 km do manguezal, sendo necessário um grande deslocamento dos pescadores para poder ter acesso ao mangue e não existe mais espaço para guardar as jangadas que antes eles possuíam. Muitos relatam ainda que antes, colocavam os apetrechos de pesca no mangue e iam realizar outros afazeres, retornando posteriormente para pegá-los. Mas, hoje, devido também à fiscalização da usina, dificultando o acesso dos pescadores ao mangue, existe grande dificuldade em praticar a atividade pesqueira, pois, a complexidade e a diversidade das formas locais de uso e imaginação do território foram reduzidas a um conjunto de “imóveis” a serem removidos. Hoje eles enfrentam ainda grande dificuldade de subsistência, porque a grande maioria desses pescadores nunca contribuiu para a previdência e por isso encontra-se desassistida pelo INSS.

A desterritorialização do grupo social que habitava as ilhas afastou os pescadores do manguezal e a fragmentação dessa comunidade contribuiu para a perda dos laços que formavam essa rede social e que favorecia a construção da identidade cultural dos seus integrantes, propiciando um sentido às suas vidas (RANGEL, 2007). Foi perceptível em seus depoimentos o sentimento de não pertencimento ao lugar no qual habitam atualmente e a dificuldade de se integrar em novas relações sociais junto aos demais moradores dos locais onde hoje residem.

Eu vou dizer a você eu vim pra qui mas não me dei não, acredita?

Eu estou morando aqui, mas eu não vivia numa vida dessa que eu estou, numa condição dessa... Eu perdi minha saúde, tenho medo de andar, não vou na rua, vez em quando é morrendo, eu lá morei esse tempo todinho, onze filhos e nunca tive nada, foi eu bater aqui e com dois meses acabou minha saúde até a data de hoje.

Ainda ontem eu tava dizendo... sei não meu Deus. Se não fosse proibido eu já tinha ido pra debaixo de um pau. Não sei se foi o costume, não me dou aqui não.

Essas casas todinhas aí me pergunte que jeito é, que não sei de nada, de nada, de nada, não vou pra canto nenhum é o dia todinho dentro de casa e sem poder andar, perdi a perna, doente... perdemos a saúde da gente.. a gente vivia do mangue...”

(Ex-morador das ilhas - 70 anos).

Segundo relato de frei Sinésio Araújo presente no Estudo Socioeconômico do IBAMA (2008):

“Problemas de ordem psicológica também são evidentes, pois muitos entraram em estado depressivo, fruto do comprometimento de sua identidade que lhe fora negada a partir do momento em que foram forçados a sair de seu habitat natural e mudaram totalmente a sua maneira de ser e agir. Seu Dudé, por exemplo, teve um filho morto pelo envolvimento com drogas na periferia da Barra de Sirinhaém e disse: “se meu filho estivesse nas ilhas, não se envolveria nesta situação”.

(Sinésio Araújo, agente da CPT, entrevista em 14/04/2008 In: IBAMA, 2008 p.123).

Segundo Luiz Otávio Corrêa:

“A gente viu muita gente que não se adaptou. Principalmente os mais idosos. Quem passou mais tempo, quem cresceu ali dentro do manguezal, tem uma dificuldade muito grande de morar na cidade, mesmo numa casa ate com melhores condições de moradia, mas que não tem como tirar seu sustento da cidade, não tem nem estudo... gente que nunca teve vizinho na vida, você colocar dentro de um centro urbano, a questão psicológica dela.... Dona Antonia chora sempre, ela consegue dar um bom quadro das dificuldades que eles passam... é o ambiente deles.... Dona Antonia morava numa ilha bem grande lá e praticamente não saía lá de dentro e tinha uma área grande pra cultivo, tinha frutas, os filhos pescavam, então a família toda sobrevivia dali, mesmo sem ter esses luxos, sem ter... tinha a casa de farinha dela que todos os vizinhos utilizavam também, então eles tinham o jeito deles de viver ali que não foi levado em conta na hora de sair”.

(Analista Ambiental do IBAMA – entrevista a autora em 29/10/10).

Então, devido a toda essa problemática foi realizada, no início de 2006, a solicitação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca pelas entidades dos pescadores, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra, entre outras ONGs. Entre 2007 e 2008 os técnicos do IBAMA realizaram a elaboração dos estudos para a criação da referida unidade de conservação. Inicialmente os estudos foram feitos apenas com os pescadores estuarinos e depois os técnicos do IBAMA foram ouvir também os demais pescadores da região. Os estudos foram aprovados em Brasília e a consulta pública ocorreu em 21 de agosto

de 2009, onde a maioria da população presente se colocou a favor da criação da RESEX. Atualmente o processo para a criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca que possui 2.649,13 hectares de área, encontra-se totalmente finalizado e a RESEX aguarda tão somente o seu Decreto para ser definitivamente implantada e dar prosseguimento aos demais procedimentos.

O conflito socioambiental em Sirinhaém é antigo e reflete a situação de poluição ambiental provocada pelas usinas da região, com o descarte do vinhoto⁶. Além da problemática vivenciada pelos pescadores do estuário, já relatado em minha monografia, há ainda outras dificuldades vivenciadas pelos demais pescadores que pescam no mar de fora. Estes também sofrem com a poluição do estuário, pois, as espécies marinhas vêm ao estuário para se reproduzir e é onde adquirem o alimento inicial necessário para voltarem à posterior sobrevivência no mar. Bem como também eles têm vivenciado outras mudanças na atividade pesqueira as quais irei relatar mais adiante nesta dissertação.

Ao iniciar o atual curso de Mestrado em Antropologia procurei então obter a orientação de algum professor que tivesse experiência em estudos relacionados a questões pertinentes à sociedade e meio ambiente, pois, desejava continuar no campo das pesquisas socioambientais me aprofundar sobre as questões a cerca da atividade pesqueira em Sirinhaém, visto que antes apenas etnografei o pedido de criação da RESEX. Encontrei então o professor Peter Schröder que possui amplo conhecimento na temática e que gentilmente aceitou me orientar em uma pesquisa que me traria de volta a Sirinhaém.

1.2. O CAMPO DA PESQUISA

Planejei ida a Sirinhaém no feriado de carnaval de 2013 e ao chegar à cidade as mudanças eram nítidas, pois, aquele ar de cidade do interior não era mais o mesmo. Alguns aspectos nas ruas me chamaram atenção como, o aumento na quantidade de lixo e o aumento dos relatos de violência urbana, a exemplo de roubos acometidos a conhecidos. Na ocasião conversei informalmente com pescadores locais que relatavam

⁶ Vinhoto: Subproduto da cana de açúcar gerado ao final da produção nas usinas.

também a dificuldade em continuar a atividade pesqueira diante do aumento da poluição e consequente diminuição dos crustáceos, pescados e mariscos.

Diante da crescente problemática local a cerca das dificuldades em perpetuar a atividade pesqueira na região em face do desenvolvimento de inúmeros empreendimentos impactantes à cultural local eu comecei a me questionar sobre quais mudanças são vivenciadas pelos pescadores frente aos grandes empreendimentos que tem se instalado na região e aos demais projetos que prometem trazer grandes investimentos turísticos e assim modificar mais ainda a dinâmica pesqueira atual. E então iniciei a busca pelas respostas aos meus questionamentos.

As coletas dos dados empíricos se deram de diversas formas: através de visitas às reuniões no CPP, na colônia de Sirinhaém, em audiências públicas no Ministério Público Federal e na Câmara dos Vereadores da região, participação em eventos (seminários, congressos, etc.) junto aos pescadores artesanais e acompanhando a articulação destes na luta pelo território pesqueiro.

A campanha pelo território pesqueiro busca arrecadar assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular (elaborado pelo movimento de pescadores artesanais) para enviá-lo ao congresso nacional. A coleta dessas assinaturas está sendo realizada em todo o país e, em geral, os pescadores aproveitam ocasiões de eventos para estarem intensificando-as. Dentre os diversos eventos, pude acompanhar o trabalho de coleta em três destes: SBPC, realizado na UFPE em 2013; VI Simpósio de Geografia Agrária, realizado na UFPB em 2013; III Seminário de Pesca Artesanal, realizado na FUNDAJ em 2013.

Na SBPC, os pescadores armaram uma tenda no estacionamento do CFCH/UFPE para divulgarem a campanha e arrecadar as assinaturas (figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4: coleta das assinaturas da campanha pelo território pesqueiro na UFPE/CFCH. Fonte: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br>

O Simpósio de Geografia Agrária (SINGA) ocorreu na Paraíba (UFPB), na ocasião foi disponibilizado espaço durante o evento para os pescadores coletarem as assinaturas e divulgarem o movimento (figuras 5 e 6). O III Seminário de Pesca Artesanal foi organizado pela FUNDAJ em conjunto com o Movimento de Pesca Artesanal e contou com mesas redondas formadas por pesquisadores em conjunto com pescadores artesanais de todo o Brasil (figuras 7 e 8) – habitualmente os seminários de pesca realizados pela FUNDAJ⁷ contam com a presença de pescadores artesanais em todos os debates, mesas redondas, palestras, etc.



Figuras 5 e 6: Arrecadação de assinatura no SINGA/UFPB (Fonte: a autora).

⁷ A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) já realizou três (3) importantes eventos que foram promovidos por pesquisadores (as) vinculados à Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia (CGEA): I Encontro Pesca Artesanal e Unidades de Conservação, que aconteceu no município de Itapissuma-PE no ano de 2007; o I Seminário Pesca Artesanal e o II Seminário Pesca Artesanal que ocorreram na sede da Fundaj, no bairro de Casa Forte, em Recife (PE), no ano de 2008 e 2010, respectivamente.



Figuras 7 e 8: Participação das pescadoras no III Seminário de Pesca Artesanal – FUNDAJ (Fonte: a autora e CPP).

Houve ainda duas audiências públicas que pude acompanhar: a primeira ocorreu no Ministério Público Federal, em Recife. A promotora pública federal que presidiu a sessão informou sobre o atraso no andamento do processo da RESEX Sirinhaém-Ipojuca e que seriam tomadas as providências para agilizar tal questão. Na ocasião estavam presentes vários pescadores artesanais e representantes de entidades sociais diversas.

A segunda audiência que acompanhei aconteceu na câmara de vereadores de Rio Formoso (figuras 9 e 10) e seu objetivo foi dar explicações sobre o projeto do JCPM – Costa de Guadalupe – do qual falarei mais adiante. Na ocasião participaram vários pescadores, autoridades locais e representantes da CPRH. Os gestores da APA Guadalupe (CPRH) informaram que os estudos (EIA/RIMA) apresentados pelos empreendedores do projeto teriam sido indeferidos por causa dos impactos ambientais que causariam na área, contudo a empresa responsável pelo empreendimento ainda pode recorrer da decisão e, portanto, a problemática ainda está longe de ser definida.



Figuras 9 e 10: audiência pública em Rio Formoso. Fonte: a autora.

As observações em campo ocorreram a partir dos momentos já relatados e através de visitas aos interlocutores locais. Os dados foram coletados através de conversas informais com diferentes lideranças e demais pescadores artesanais de Sirinhaém. Na Colônia Z-6 (figuras 11 e 12), em Barra de Sirinhaém e, na associação de A Ver-o-Mar são realizadas reuniões mensalmente, como também há reuniões do Movimento de Pescadores Artesanais na sede do CPP em Olinda e reuniões do litoral sul, que contam com representantes de cada uma das colônias (Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande) e realiza-se sempre em alguma dessas diversas colônias.



Figuras 11 e 12: Colônia Z-6, Barra de Sirinhaém e momento de reunião dos sócios. Fonte: a autora.

Procurei entrevistar pescadores diversos, que atuam no mar e no mangue, tanto na Barra de Sirinhaém, como em Gamela (Aver-O-Mar), visto que são nestas duas áreas onde há um grande número de pescadores e onde há reuniões nas colônias. A coleta de dados empíricos se deu durante todo o ano de 2013 a partir das diversas oportunidades de visitas, como também nas diversas oportunidades de eventos e reuniões já mencionadas junto aos pescadores artesanais de Sirinhaém. O número de entrevistas não foi inicialmente determinado, planejei fazer entrevistas com os pescadores artesanais de diversas modalidades de pesca através do método “bola de neve”⁸ (BERNARD, 2005), bem como demais interlocutores locais (pesquisadores da área, gestores da APA de Guadalupe), pois utilizei uma abordagem qualitativa que procura privilegiar a análise do material recolhido em campo. As entrevistas foram coletadas até que não surgissem

⁸ O método de “bola de neve” é uma técnica de pesquisa qualitativa, pela qual cada informante indica um novo informante.

novas ideias, ou seja, utilizando o conceito de saturação do material (GLASER e STRAUSS, 1967), onde o mais importante não é o número de amostras e sim compreender os elementos de análise contidos nas entrevistas e depoimentos, pois, os relatos por mais particulares que sejam, retratam práticas sociais de uma determinada época, inserida no mundo do qual o indivíduo faz parte. As entrevistas realizadas ao final da pesquisa totalizaram quarenta e um depoimentos (41): trinta e seis pescadores artesanais, três gestores e duas lideranças locais.

De início, durante as minhas primeiras visitas à região de estudo fiquei hospedada na casa das irmãs Franciscanas Bernadinas que fazem trabalhos sociais junto aos moradores de Barra de Sirinhaém. Dentre as ações sociais oferecidas pelas irmãs Franciscanas Bernadinas há: aulas de reforço para as crianças e também cursos diversos com a população local, bem como também há parceria com a colônia de pescadores e ações específicas para esse grupo social.

Posteriormente encontrei a amiga e pesquisadora da FUNDAJ, Beatriz Mesquita, que também estava pesquisando na região de Barra de Sirinhaém e que gentilmente me ajudou de diferentes formas durante minhas idas à Sirinhaém. Ter sua companhia durante parte de minha pesquisa foi muito agradável, pois, tornaram meus dias menos solitários, já que passei a ter com quem dividir as minhas impressões do campo.

1.3. A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

O texto aqui apresentado busca promover uma reflexão sobre as relações entre cultura e meio ambiente. Analisa as características de uma comunidade pesqueira e litorânea de Pernambuco onde as atividades tradicionais (como a prática da pesca artesanal), são reordenadas em face do desenvolvimento econômico local, reorientando assim a organização dos usos do tempo e do espaço.

Diversos conceitos permeiam a questão central aqui apresentada e ajudam a compreender as mudanças socioculturais e ambientais ocorridas nessa comunidade localizada no litoral sul do estado de Pernambuco, onde as relações entre *território*, *espaço*, *tempo* e *cultura* são elementos que nos ajudam a compreender as circunstâncias modificadoras às condições de reprodução sociocultural local. As mudanças ocorridas

na comunidade refletem também a dicotomia natureza e cultura que tem elevado a humanidade a um pedestal no qual a natureza pode ser apropriada e transformada de acordo seus próprios modelos de significados (INGOLD, 1991), já que esta é construída como algo exterior à sociedade (DESCOLA e PALSSON, 1996; LATOUR, 1991).

Pela natureza e objetivos deste texto, irei focar mais atentamente a dinâmica social desta comunidade de pescadores artesanais em virtude dos processos de perda da sociabilidade, degradação ambiental e transformações identitárias em face do desenvolvimento econômico local, não tendo a pretensão de me ater às discussões de ordem epistemológicas atinentes ao conceito de desenvolvimento⁹. Bem como não tenho a pretensão de definir o que seria uma comunidade tradicional, mas apenas relacionar a dinâmica existente entre cultura - a partir do conceito de GEERTZ¹⁰ - e natureza existente nessa comunidade.

O conceito de meio ambiente não será aqui empregado como sinônimo de natureza, mas como um conjunto de elementos capazes de influenciar a dinâmica social, que incluem elementos naturais e não naturais (modificados pela ação humana), ou seja, “é o conjunto de componentes naturais e sociais e suas interações em um espaço e em um tempo determinado” (GUTMAN, s.d., p.19). Pois tal conceito constitui-se como um elemento dinâmico, social e culturalmente construído (CAVALCANTI, 2000).

Para entender o conceito de território usarei a abordagem cultural e política, já que esta categoria analítica é compreendida por possuir diferentes enfoques - dimensões econômica, política, cultural e natural - (SAQUET, 2010). Ao mencionar o termo território estarei fazendo alusão ao resultado da apropriação feita através de dimensões culturais e identitária sobre o espaço (HAESBAERT, 2002) bem como, a partir de relações de poder (SOUZA, 1995). Empiricamente, esses conceitos dialogam e norteiam a discussão aqui apresentada, pois, o litoral sul de Pernambuco pode ser compreendido como um território apropriado (RAFFESTIN, 1993) que revela relações de poder e incorpora ainda aspectos identitários, simbólicos e culturais. Definir a abordagem aqui

⁹ Ver: SCHRÖDER, (1997).

¹⁰ GEERTZ (2008) p.04: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

utilizada é importante na medida em que ajuda no entendimento sobre a relação particular que determinado grupo mantém com seu território, visto que este é o produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2005).

O espaço territorial – na pesca artesanal – não remete a um espaço delimitado, fixo, estável, mas como um lugar de processos co-evolutivos de adaptação e de invenção cultural, logo o mais importante seria assimilar a natureza dos laços sociais ali vivenciados. Não sendo este definido por limites físicos, mas pelo modo como se produz, em seu interior, a interação social (ABRAMOVAY, 2007). Tal território compreende espaços de terra e mar, pois este último é segundo MALDONADO (1994), lugar conhecido, nomeado, usado e defendido, onde tal familiaridade da comunidade pesqueira com as áreas marítimas cria territórios que são incorporados na tradição. Ou seja, é uma territorialidade que resulta da apropriação e controle sobre determinados espaços, a partir de aspectos materiais e imateriais, fazendo-o lugar e, com isso, dando-lhe pertencimento (RAMALHO, 2010).

As acepções de espaço e tempo mencionadas no texto são também importantes porque refletem de certo modo o padrão civilizatório a partir do momento em que revelam o “desencaixe do tempo para com o espaço” (GIDDENS, 1991) da modernidade em contraposição ao tempo cíclico e não vetorial de outrora, pois “a coordenação do tempo é a base para o controle do espaço”. A representação da realidade social perpassa pelo modo como cada sociedade percebe o tempo e ordena o espaço, por isso a compreensão da temporalidade do mundo moderno (linear e progressiva) é uma boa ferramenta de análise da diversidade de valores e motivações que norteiam/orientam a prática social. Haja vista que *“toda sociedade possui uma percepção de meio ambiente que lhe é própria, refletindo-se em suas configurações intelectuais, senão igualmente em complexos de símbolos, de instrumentos e de práticas”* (BALANDIER, 1988, p.194).

O tempo social moderno ao dissociar-se do espaço gerou a perda de significação deste e entrou em contradição com “modos de vida regrados pela estabilidade, pela repetição, pelo convívio com as energias sutis do corpo, do território e do cosmo”. Se na maioria das sociedades tradicionais o intercâmbio, compartilhamento e solidariedade eram costumeiros, na modernidade o contato entre as pessoas é ínfimo, pois “a cidade

constituindo a cristalização de uma temporalidade esterilizante, traduz, em seus desequilíbrios e desventuras, uma artificialização” (WALDMAN, 2006) que corresponde ao desequilíbrio ambiental e sociocultural existente nos dias atuais.

Na modernidade o passado deixa de contribuir para a “segurança ontológica” (GIDDENS, 1991), pois perdeu sua significação “em um mundo no qual o próprio presente se tornou um instante fugidio” (WALDMAN, 2006). O tempo passou a possuir valor de mercado e o espaço é uma mercadoria onde um viajante tem a possibilidade de encontrar em qualquer parte do mundo espaços similares, numa sequência de reproduções artificiais do mundo dos cartões postais (CORIOLANO, 2006). Ideologia, imagem e espetáculo atuam de forma recíproca, retroalimentando-se e ao final desse processo tem-se uma espécie de espaço alienado onde o nativo (pescador) não reconhece mais o lugar, o turista vive uma fantasia em um espaço sem história, sem identidade, um “não-lugar” (CARLOS, 1999; CORDEIRO et al., 2006; AUGÉ, 2005).

Ainda a partir da moderna concepção de espaço-tempo, surgida na Baixa Idade Média, seguiu-se também o início do processo de homogeneização cultural que teve seu início durante a formação dos Estados-Nações pela burguesia europeia da época. Onde a expansão colonial da produção necessitava domesticar os diferentes tempos – humanos e naturais, bem como instaurar novos modelos identitários, quando então cedo ou tarde a totalidade das populações do velho mundo passou a pertencer a esta ou àquela “nacionalidade”. Houve ainda a imposição de códigos linguísticos em cada “nação” normatizando um conjunto de padrões de compreensão da realidade e dificultando a permanência da heterogeneidade cultural do continente europeu da época, processo este que se reproduziu posteriormente nas civilizações não-ocidentais dos demais continentes (WALDMAN, 2006). A entidade política do Estado-nação se converteu em uma forma hegemônica de controle territorial e influenciou o próprio conceito de territorialidade e o ocultamento de outros tipos de territórios. A própria história da antropologia e os estudos evolucionistas nos remetem ao processo por onde a hegemonia ocidental materializou-se e expandiu-se desde a antiguidade até os dias atuais, modificando os espaços (LITTLE, 2002).

Essa dificuldade de coexistência de uma heterogeneidade cultural permanece até os dias atuais, principalmente na perpetuação das diferentes populações tradicionais

existentes no nosso país. Porém o termo “tradicional” não está colocado como sinônimo de estático e antigo, pois, a “tradição” é aqui compreendida como um processo em constante transformação, pois essas populações não estão alheias ao crescimento econômico e também almejam as transformações tecnológicas que possam traduzir-se em uma melhor qualidade de vida (SAHLINS, 1997). Estes múltiplos caminhos de desenvolvimento se consolidam dentro das pesquisas antropológicas que debatem o controle social e político dos diversos grupos sociais a partir do discurso universalista do modelo ocidental como o único a ser seguido (ESCOBAR, 1995).

Segundo LITTLE (2002), a proposta universalista do desenvolvimento econômico previa a eliminação de formas arcaicas de organização social e, de diferentes maneiras, pregava o suposto fim dos povos tradicionais, visto que, a assimilação dessas culturas pelos Estados nacionais modernos era algo certo devido à “superioridade incontestável” da sociedade moderna. Em contraposição à proposta universalista do desenvolvimento econômico, outras teorias surgiram e dentre essas há os que defendem a democratização de saberes, pois, partem do ponto que todo conhecimento é situado e, portanto possui capacidades distintas que dependem das diferentes situações e também do próprio contexto social onde este está inserido. O desafio é construir uma interação dialógica entre os diversos saberes, pois o futuro não está no retorno às velhas tradições, mas na encruzilhada dos saberes – nas constelações de conhecimentos (SOUZA, 1998).

Em Sirinhaém, tem sido difícil contestar o moderno ‘desenvolvimento’ econômico resultante da chegada de diversos empreendimentos industriais e turísticos que aparecem como uma opção de renda frente à diminuição dos pescados pela poluição do ecossistema local. E assim, a cultura da pesca artesanal, que além de meio de obtenção de renda é também meio de sociabilidade, vem perdendo espaço e deixando de ser uma opção de etnodesenvolvimento da região. Pois a permanência no tempo de uma atividade é afetada pela operação de outras práticas espaciais e pelas distintas formas sociais de apropriação dos bens ambientais (ACSELRAD, 2010).

O texto aqui apresentado almeja trazer a discussão sobre o reconhecimento e valorização da alteridade e assim contribuir na compreensão da realidade social e dos conflitos vivenciados pelos pescadores artesanais de PE. A reprodução do modo de vida relaciona-se com a própria percepção do meio ambiente e a desvalorização dos

territórios tradicionais dos pescadores artesanais reflete esse fenômeno de mercantilização e individualização das atividades produtivas capitalistas.

Pretendo trazer uma abordagem que sinaliza para uma antropologia ambiental, que busca revelar o papel transformador da humanidade na sociobiodiversidade através das relações socioculturais e suas dinâmicas, o que difere claramente da abordagem ecológica cultural onde o elemento decisivo de análise não é nem natureza e nem a cultura, mas o processo de utilização dos recursos (STEWART, 1983).

A importância da antropologia como intérprete dos fenômenos integrados à órbita da modernidade decorre da sua capacidade em relacionar todos os aspectos socioculturais em suas análises, na busca por compreender segundo, LÉVI-STRAUSS (2008): gestos, trocas simbólicas e detalhes dos nossos comportamentos. Sua contribuição decorre talvez não tanto em inventar novos conceitos, senão muito mais na busca por resgatar profundos significados nos conceitos já existentes, problematizando-os (WOLF, 2003). Bem como sendo o comportamento humano em sociedade um produto cultural e a antropologia uma ciência plural, tem-se a rica possibilidade de trazer a reflexão sobre a importância da preservação de patrimônios culturais diversos e da valorização de suas particularidades (LAPLANTINE, 2007).

Assim, o momento atual sugere um amplo debate sobre a diversidade sociocultural a partir de uma humanidade mais solidariamente comprometida e nesse contexto, a antropologia tem contribuído nas questões do mundo contemporâneo a partir de sua atenção para com a diversidade de valores e motivações que se traduzem na prática econômica e na maneira como os grupos sociais relacionam-se entre si e com o meio ambiente (WALDMAN, 2006). A tarefa principal da antropologia consiste em decifrar as complexidades, as heterogeneidades e as desigualdades do mundo moderno, pois “a marca da antropologia sempre foi sua abordagem holística” (WOLF, 2003).

Diante do exposto, procuro trazer uma discussão que se aproxima da abordagem antropológica ambiental, buscando revelar o papel transformador do desenvolvimento econômico da região na sociobiodiversidade local através das relações socioculturais e suas dinâmicas. O estudo integra-se no domínio da Antropologia Social e Pesqueira. É nesta esfera de conhecimento que pretendo realizar um diagnóstico teórico, sobre as transformações identitárias e territoriais dos pescadores artesanais e como essas

modificações estão sendo vivenciadas por estes frente aos projetos de desenvolvimento em curso na região.

1.4. O LUGAR

O município de Sirinhaém encontra-se a 80 Km da cidade do Recife, em Censo de 2000 tinha cerca de 30 mil hab. mas após a consolidação dos empreendimentos do Porto de Suape passou a uma população de 40.296 habitantes, segundo dados do IBGE (Censo, 2010). Compõem-se de seu distrito sede Sirinhaém e dos distritos de Barra de Sirinhaém, Santo Amaro e Ibiratinga e tem como principais atividades socioeconômicas a indústria sucroalcooleira e a pesca artesanal. Limita-se ao Norte com Ipojuca e Escada; ao Sul com Rio Formoso e Tamandaré; a Leste com o Oceano Atlântico; e, a Oeste, com Ribeirão. Além dos distritos, merece destaque, em termos populacionais, a Vila 31 de Março, conhecida como Muriçoca, no Distrito de Ibiratinga; a Agrovila Trapiche, situada no Distrito de Santo Amaro; e a Vila de Aver -o- Mar, na praia do Gamela, Distrito de Barra de Sirinhaém (SECRETARIA DE TURISMO, 2010).

Sirinhaém localiza-se na Mesorregião Mata, Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco, com área municipal de 374,611 km², representando 0,36% do Estado de Pernambuco (CPRM, 2005). No distrito de Barra de Sirinhaém há 13.810 habitantes de acordo com dados do IBGE (2010) e destes, grande parte participa da cadeia da pesca artesanal, apesar dessa atividade tradicional não aparecer separadamente nos dados oficiais do IBGE, que apenas cita como principais atividades econômicas do município a agropecuária, a agroindústria, serviços e comércio. Segundo dados da Colônia Z-6 (Barra de Sirinhaém) há no município mais de 5 mil pescadores ativos.

Barra de Sirinhaém, no litoral do município, possui uma orla com 11,35 Km de extensão e divide-se em quatro praias: Barra de Sirinhaém, Guaiamum, Gamela e Guadalupe (GERCO/PE, 2003). As praias são planas (exceto em Guadalupe, onde há falésias), abrangendo ecossistemas diversos – estuários, manguezais e restingas. Para chegar a Barra de Sirinhaém (saindo de Recife) basta entrar à esquerda da PE 60, na PE-61. Para chegar à sede administrativa do município, nos principais comércios e serviços é preciso entrar à direita da PE-60, na PE-64.

Há em Sirinhaém uma extensa área de cana-de-açúcar que pertence predominantemente à Usina Trapiche. Mas diversas outras usinas atuam na região adjacente e despejam o vinhoto no Rio Sirinhaém - Cucaú em Rio Formoso; Salgado e Bom Jesus, em Ipojuca; Central Barreiros e Santo André, em Barreiros; Estreliana, em Ribeirão.

O rio Sirinhaém nasce na Serra do Alho no município de Camocim de São Félix com o nome Riacho Tanque das Piabas. Toma, inicialmente, a direção sul e, a seguir, a direção geral sudeste, cortando os municípios de Bonito, Barra de Guabiraba, Cortês, Ribeirão, Gameleira, Rio Formoso e Sirinhaém em cujo litoral deságua após compor, com seus vários braços (rios Arrumador, Trapiche, Aquirá, além do próprio Sirinhaém), um amplo e complexo estuário onde se encontram algumas lagoas, numerosas ilhas estuarinas e extenso manguezal com sua variada fauna (Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul, CPRH, 1999).

Inserida em uma área de cerca de 3.000 ha de manguezal, Sirinhaém está incluída na categoria de “extrema importância biológica” no Atlas de Biodiversidade de Pernambuco, pela SECTMA (2002). Pois as regiões estuarinas constituem áreas de alta produtividade e diversidade biológica, uma vez que, pela natureza de seus componentes, são encontrados, nesse ecossistema, representantes de todos os elos da cadeia alimentar. E, por se tratar de um local onde várias espécies buscam alimento e refúgio em época de reprodução.

Sirinhaém, cujo nome em tupi-guarani significa “viveiro de siris”, teve sua ocupação datada ainda no século XVI, quando os portugueses, após derrotarem os indígenas, passaram a cultivar a cana-de-açúcar. No ano de 1627, a então denominada Vila Formosa de Sirinhaém foi criada, o município apenas tornou-se autônomo em 1892 e em 12 de junho de 1895 foi elevado à categoria de cidade (SECRETARIA DE TURISMO, 2010).

No município de Sirinhaém os rios, historicamente, constituíam canais de escoamento da produção da cana-de-açúcar e a redução do território dos pescadores artesanais remonta-se a um processo ocorrido desde a década de setenta, pois tem sua origem a partir dos grandes proprietários da zona canavieira que, querendo diminuir seus custos de mão-de-obra, começaram a expulsar os moradores dos sítios existentes

na região (SIGAUD, 1979). Segundo DABAT (2003) e FREYRE (1985) com o Proálcool, em 1975, a mão-de-obra dos canaviais passou ao processo de “proletarização”. As usinas açucareiras foram então reconhecidas como o “avanço do capitalismo no campo” e no litoral sul de PE não foi diferente, mas a proximidade com o mar trazia certa “estabilidade” a essa população expulsa do campo, mas que viam no mar um local para retirar seu sustento. Os benefícios econômicos oriundos do governo federal desde a década de 70 fizeram com que os usineiros não desprezassem nenhuma parcela de terra ainda sem o plantio da cana-de-açúcar levando a destruição dos sítios e roçados dos trabalhadores, bem como a mata original ainda existente.

A plantação de cana foi avançando em direção ao litoral e os proprietários da Zona da Mata passaram a não aceitar novos moradores em suas terras, preferindo contratar trabalhos por empreitadas (CORREIA DE ANDRADE, 1964; FURTADO, 1964). E aqueles que ainda aceitavam moradores passaram a não dar mais terras para que estes pudessem desenvolver alguma “agricultura de subsistência” nas horas livres, como era prática até determinada época. E sempre que podiam simplesmente expulsavam os seus moradores, dando-lhes uma indenização irrisória (em termos do que eles teriam direito pela lei), ou mesmo, nenhuma indenização (PALMEIRA, 2009).

A origem do município de Sirinhaém, segundo o Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul (CPRH, 1999) foi a partir da ocupação dos portos fluviais localizados em fundo de estuário, nos pontos onde os rios deixavam de ser navegáveis, que desempenharam importante papel no escoamento do açúcar produzido. Mas com a chegada das ferrovias, essas povoações foram altamente impactadas e algumas caíram na invisibilidade. Enquanto os núcleos litorâneos, menos dependentes da economia açucareira, como em Barra de Sirinhaém, continuaram a ter seu crescimento dependente da pesca.

A aceleração do processo de expansão urbana da área, a partir dos anos setenta, tem como fatores principais a expulsão, em massa, de população da zona rural canavieira em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) e a “descoberta” das praias do Litoral Sul como opção de veraneio e lazer de fim de semana, da classe média e média alta do núcleo metropolitano e dos centros urbanos de porte médio, em fuga das praias de Recife e municípios vizinhos já, naquela década, submetidas a acelerado processo de adensamento populacional.

No primeiro caso, a população expulsa do campo passa a aglomerar-se na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais - mendicância infantil, prostituição e violência, entre outros problemas que afligem os núcleos urbanos da área.

(Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul, CPRH, 1999 p. 25).

Segundo MORAES (1999), os portos de fato geraram zonas de adensamento em seus entornos durante a ocupação da zona costeira brasileira. Este povoamento pontual originou as populações litorâneas tradicionais ainda existentes em diversos locais do litoral brasileiro. As áreas de manguezais e próximas ao mar passam então a ser fonte de sustento para essas famílias que na entressafra da cana-de-açúcar não possuíam outra renda. O litoral sul pernambucano constitui-se então como área de ampla tradição em pesca marítima, estuarina e de águas ribeirinhas, possuindo distribuídas em suas praias as diversas colônias de pescadores.

Na cidade de Sirinhaém há uma ampla população litorânea que reside nas quatro praias do município - Barra de Sirinhaém, Guaiamum, Gamela (Aver-O-Mar) e Guadalupe. Segundo SANTOS e COSTA (2006) as principais características das praias de Sirinhaém estão demonstradas abaixo e nas figuras 13, 14, 15, 16:

Barra de Sirinhaém: Praia com aproximadamente 6km de extensão que limita-se ao norte pela foz do rio Sirinhaém (avistando-se na outra margem a praia de Toquinho, em Ipojuca) e ao sul pela praia de Gamela. Alguns trechos não são recomendados para banho, seja pela afluência do rio, ou pela profundidade e intensidade das ondas. Em frente à Barra de Sirinhaém está a Ilha de Santo Aleixo. Caracteriza-se por ser a praia com maior ocupação humana, possuindo escolas, posto de saúde e comércio local.



Figura 13: Praia de Barra de Sirinhaém. Fonte: a autora.

Guaiamum: Praia que possui aproximadamente 2 quilômetros de extensão e que costuma receber, em sua maioria, surfistas por conta do seu mar agitado, com ondas fortes. Limita-se com Barra de Sirinhaém ao norte e, portanto, ainda sob influência das águas escuras do rio Sirinhaém e ao sul faz divisa com Gamela. O acesso à praia Guaiamum apenas se dá pela faixa de praia devido a um vasto terreno da beira-mar, com diversos coqueiros, que é cercado. É uma praia deserta, quase não possui casas de veraneio, nem há bares ou restaurantes.



Figura 14: Praia do Guaiamum. Fonte: Blog Sirinhaém do povo - <http://thiagopovo.blogspot.com.br>

Gamela: Praia com aproximadamente 4km de extensão, limita-se ao norte pela Barra de Sirinhaém e ao sul, pela praia de Guadalupe. Tem morfologia ondulada e quebrada, vegetação rasteiras e coqueirais, além da presença de arrecifes. É uma praia recomendada para banho por ser pouco profunda, com pequena intensidade das marés e ondas fracas. Possui algumas casas de veraneio, pequenas pousadas e o loteamento de Aver-o-Mar.



Figura 15: Praia de Gamela. Fonte: a autora.

Guadalupe: Praia com aproximadamente 3km de extensão, limita-se ao norte pela praia de Gamela e ao sul pela foz do rio Formoso e a praia dos Carneiros em Tamandaré. A

ocupação humana se dá através de poucas casas de veraneio. O trecho ao norte da praia de Guadalupe possui paisagem com falésias e arenitos e caracteriza-se por ter ondas fracas, pequena intensidade de maré e média profundidade. Bem preservada, possui extensa vegetação, nascentes do rio Mariassú e áreas de mangue em suas adjacências.



Figura 16: Praia de Guadalupe. Fonte: a autora.

1.5. AS PESSOAS E SUAS ATIVIDADES

No município de Sirinhaém existe uma grande diversidade de pescadores artesanais que aproveitam a riqueza haliêutica local para extrair diferentes tipos de peixes, moluscos, mariscos e crustáceos. É perceptível a importância da pesca artesanal na história e dinâmica do município, sendo possível encontrar cerca de 120 barcos de pesca no porto de Barra de Sirinhaém – segundo dados da Colônia Z-6 (figuras 17 e 18).



Figuras 17 e 18: Porto de Barra de Sirinhaém. Fonte: a autora.

No distrito de Barra de Sirinhaém é possível encontrar pescadores diversos: de estuário (marisqueiras), de rio, de mar. Bem como de distintas modalidades de pesca – rede, linha, mergulho, etc – e onde os grupos de trabalho são formados pelo vínculo de parentesco e outros laços sociais e afetivos, atuam em parceria (BEGOSSI, 1992; MALDONADO, 1986)

e a produção é distribuída proporcionalmente à contribuição de cada um na pescaria. Bem como também encontramos pescadores que não possuem barco próprio e também não tem rede, espinhel ou outra contribuição, apenas a força de trabalho e nestes casos, geralmente, a produção é dividida em três partes, sendo duas do dono do barco. Alguns donos de barco são apenas os atravessadores da produção, não praticantes da atividade pesqueira e a relação de trabalho estabelecida com estes é, em geral, informal onde os pescadores artesanais atuam como autônomos.

Ao andar pelas ruas locais de Barra de Sirinhaém é comum ver mulheres e crianças fazendo beneficiamento de crustáceos em frente as suas casas, sendo estas pescadoras ou não. Na própria comunidade pesqueira há quase sempre alguma relação de parentesco entre eles. As crianças (figura 19) desde cedo aprendem o ofício dos pais – meninas aprendem a ir ao estuário extrair mariscos, crustáceos e os meninos aprendem a navegar no rio Sirinhaém.



Figura 19: Criança de 12 anos, em Barra de Sirinhaém. Fonte: a autora.

Durante a pesquisa foi possível perceber algumas diferenças entre os tipos de pescados extraídos na região. De acordo com a espécie e local da pescaria existem mudanças não apenas nos apetrechos de pesca, mas também na melhor época para pescar – inverno ou verão.

Os principais apetrechos de pesca utilizados no mar de fora são: covo (peixe e lagosta); rede de espera ou caceia; rede de arrasto (camarão); rede de agulha; linha de fundo; linha de superfície ou espinhel. No rio e estuário utiliza-se: coleta manual

(caranguejo, guaíamum, aratu, siri, berbigão, sururu e ostra); tarrafa; camboa; sauneira; taineira.

Tabela: Sazonalidade das Principais modalidades de pesca (períodos/estações do ano).

Sistemas de Pesca	INVERNO	VERÃO
Arrasto de camarão (nas lamas)	Bom	Ruim
Coleta manual de mariscos, crustáceos, moluscos (no estuário)	Ruim	Bom
Pesca de peixes do mar de fora (no alto mar)	Bom	Bom
Pesca da lagosta	Bom	Defeso
Pesca de peixes no rio	Ruim	Bom

Fonte: a autora (dados das entrevistas com pescadores de diferentes modalidades de pesca).

Os pescadores de mar relataram que durante todo o ano há possibilidade de pesca, mas que durante o inverno as condições do tempo dificultam a prática da atividade pesqueira e é ainda comum utilizarem a estratégia de mudar os apetrechos de pesca durante as estações de inverno e verão, pois a velocidade da correnteza d'água aumenta no inverno e propicia a pesca com rede de caceia. No verão pescam de rede ou de linha e relatam que certas espécies de peixes são mais fáceis de pescar no verão (bobó, agulha), enquanto que a maioria dos peixes é mais fácil de pegar no inverno, com a água turva. Segundo depoimentos de pescadores locais, na pesca da Agulha (no verão) existe apenas uma única rede (de agulha) e a produção é dividida entre os pescadores (50%) e o dono do barco (50%), geralmente saem três pescadores em cada pescaria, sendo um destes o dono do barco. Durante o inverno o período de permanência em alto mar também é reduzido, por causa do mar “brabo”.

Na pesca de linha ou na pesca de caceia cada um leva seu apetrecho de pesca (linha ou rede de caceia) e a produção é dividida em três partes: o barco, a rede (de

caceia ou linha) e o pescador. Cada pescador faz sua pescaria, que será dividida posteriormente com o dono do barco. Se os apetrechos de pesca forem do dono do barco este levará a maior parte da produção. Na pesca de alto mar (linha, covo, caceia), os pescadores percorrem grandes distâncias, chegando a levar três horas para chegar ao local da pescaria (em barco a motor) e este pode atingir até 120 braças ou cerca de 200 metros de profundidade e, em geral, em cada embarcação vão cerca de seis pescadores e eles permanecem no mar por cerca de oito dias. As espécies de peixes mais citadas foram: serra, guarajuba, cioba, cavala, vermelho, bonito, piraúna, dourado, beijupirá, camorim, bicuda, arabaina, etc. O dono do barco só paga o óleo da embarcação, sendo o gelo e o “rancho” (alimentação) pagos pelos próprios pescadores.

A pesca da lagosta, realizada em alto mar, possui o período de defeso nos meses do verão (dezembro a junho), época em que os pescadores que possuem licença para esse tipo de pesca recebem o seguro desemprego (defeso da lagosta). A pesca da lagosta deve ser realizada com uso do covo, sendo proibida a pesca com o uso de rede.

Os pescadores relatam que antigamente a lagosta tinha grande valor comercial, quando era exportada, mas que agora o preço caiu muito e tem sido pouco viável realizar esse tipo de pesca por conta da grande despesa periódica na troca dos apetrechos de pesca, enquanto que nos demais tipos de pesca eles podem passar mais de um ano utilizando a mesma linha ou rede. Além disso, a confecção dos covos é inviável financeiramente pois, além de menor produtividade, não podem utilizar a madeira do mangue como se fazia historicamente para construir os covos. Hoje é necessário comprar a madeira oriunda do sertão nordestino (sabiá) que possui elevados preços.

A pesca realizada no rio é diária e a saída se dá geralmente às 6h da manhã e o retorno às 10h da manhã. Durante o inverno, época considerada ruim para pesca no estuário, devido ao mal tempo, há uma complementação da renda através do projeto Chapéu de Palha¹¹. Essa política social consiste em um auxílio (R\$ 256 reais) por um

¹¹ No ano de 2012 o Governo do Estado de PE regulamentou o Programa Chapéu de Palha da Pesca através do Decreto nº 38.541 que dispõe sobre a destinação de medidas de ajuda financeira durante a “entressafra pesqueira” (período do inverno) para a pesca artesanal e de subsistência. A comunidade pesqueira também recebe cursos de alfabetização e de capacitação nas áreas de saúde preventiva, meio ambiente, geração de renda e cidadania. Participam do programa famílias em situação de pobreza - segundo parâmetros do Programa Bolsa Família - que tenham renda familiar per capita de até R\$ 70. O benefício financeiro é pago durante quatro meses, aos pescadores que possuem carteira do MPA.

período de quatro meses para aqueles que comprovarem serem pescadores e nos casos onde já existe o recebimento da Bolsa Família ocorre apenas à complementação deste valor.

A pesca do camarão é feita com a rede de arrasto e em regiões mais próximas da orla, nas chamadas “lamas”, que se localizam a cerca de meia hora do continente (ou 4 km). Em geral, vão apenas três pescadores, e estes passam dois dias e duas noites no mar. As lamas de Barra de Sirinhaém estão localizadas próximas à ilha de Santo Aleixo mas os barcos utilizam áreas que se estendem do litoral Sul do município de Jaboatão dos Guararapes até Tamandaré. As espécies mais pescadas são o camarão branco, o camarão rosa e o espigão. O inverno é a melhor época para pescar, devido ao aumento da matéria orgânica acumulada nos sedimentos onde os camarões sobrevivem e no verão, apesar da maior demanda de venda, a produção diminui muito, forçando esses barcos a realizarem outra modalidade de pesca.

A pesca de camarão com rede de arrasto é muito prejudicial para a sustentabilidade do ambiente marinho, pois, nesse tipo de rede (arrasto) há a captura de muitas outras espécies (fauna acompanhante) que, segundo TISCHER e SANTOS (2001), grande parte desta ictiofauna acompanhante capturada junto ao camarão é formada por espécimes em fase juvenil que ainda iriam se desenvolver ao voltar para o mar de fora. Muitos pescadores têm consciência desse problema e também relataram que o ideal seria ter o período de defeso do camarão, pois, *“o arrastão acaba com tudo, traz todos tipos de peixe”*. Ainda segundo TISCHER (2003), muitas mulheres “tratadeiras”, cerca de cinquenta, atuam no aproveitamento desta ictiofauna acompanhante à pesca de camarões em Sirinhaém, dependendo desta atividade para auferir renda. Essa fauna acompanhante, em Sirinhaém, é em grande parte aproveitada por mulheres que secam e salgam o produto e o comercializam na feira, algumas tem toda a sua renda oriunda dessa atividade.

Não existe a parada da pesca do camarão (defeso) em Sirinhaém desde 2001 (através de portaria do IBAMA em 9/03/01) e, segundo alguns pescadores, quando ocorre o período de parada a lama endurece e o camarão desaparece. Nos depoimentos foi recorrente o relato de que muitos pescadores de outras áreas vem pescar em Sirinhaém, sobretudo, em épocas em que a pesca do camarão está proibida em outras

localidades: “o barco do Peba (Pontal do Peba, foz do rio São Francisco, Alagoas) vem pescar aqui porque lá eles não podem pescar (camarão) e aqui é liberado”. Assim como também, os pescadores de Sirinhaém se deslocam para outras localidades para pescar, tanto pelo litoral pernambucano como em outros estados adjacentes, na busca por uma melhor produção.

Em geral, é possível encontrar pescadores ou parentes de pescadores em quase todas as casas da praia de Barra de Sirinhaém e as mulheres (figura 20) também estão muito presentes na dinâmica pesqueira do município e são comumente encontradas nas frentes das casas no beneficiamento do pescado ou “catando” os crustáceos ao final da tarde, após a volta do manguê. A atividade dessas mulheres além de complementar a renda da casa, possibilita ainda certa autonomia financeira para compra de objetos pessoais. As mulheres pescam diferentes tipos de crustáceos, moluscos e mariscos, onde a cada planejamento da pescaria elas já definem o que vão coletar e assim já levam o instrumento necessário de trabalho. Em geral, saem pela manhã e voltam no início da tarde, a depender da maré.



Figura 20: mulheres atuando no beneficiamento do pescado. Fonte: a autora.

Muitas dessas mulheres apenas recentemente se filiaram à colônia, pois, a pesca feminina foi historicamente pouco valorizada¹² – o anterior presidente da colônia de Sirinhaém não permitia que as mulheres participassem da colônia e apenas com sua saída, há seis anos, estas puderam se cadastrar como pescadoras. Segundo depoimento dos pescadores: “No tempo de Aberlado, ele passou mais de vinte anos, aí a Ir. Lúcia

¹² Apenas a partir de 1978, após ampla reivindicação no prédio da SUDEPE, foram emitidas as primeiras carteiras de pescadoras no Brasil e, posteriormente, em 1989 foi eleita a primeira mulher (Joana Mousinho) para a presidência de uma colônia de pesca, em Itapissuma-PE (RAMALHO, 1999).

(Irmã Franciscana Bernadina) chegou e fez reunião e a gente começou a se organizar, botamos advogado. E ele colocou um moi de palito e disse veja si se vocês quebram, não quebra porque tá unido. A gente fez eleição, Ronaldo ganhou e a colônia tá outra, antes fazia reunião embaixo de palhoça”.

Em Sirinhaém é fácil encontrar os pescadores (figuras 21 e 22) saindo ou chegando do porto ou estuário e o tempo das pessoas locais é regido pela maré, pelos ventos, ou seja, é ainda um tempo cíclico. A época do ano dita a dinâmica local e sempre é possível encontrar pescadores sentados em rodas de conversa próximo ao porto. Estes estão sempre arrumando suas redes de pesca e também já em planejamento para a próxima saída para o mar.



Figuras 21 e 22: Pescadores em Barra de Sirinhaém. Fonte: a autora

Porém a dinâmica social pesqueira vem sofrendo alterações em Sirinhaém nas últimas décadas, devido à constante poluição do ambiente pelas usinas e pela diminuição dos estoques pesqueiros, bem como devido às ofertas de empregos assalariados nas indústrias da área de influencia de Suape. Muitas mudanças têm ocorrido e reformulado a maneira como os pescadores artesanais se relacionam com a prática produtiva na região, pois, atualmente é muito difícil viver apenas da pesca artesanal e cresce o número de pescadores que vem realizando concomitantemente outras atividades de complementação de renda. Segundo depoimentos de pescadores locais: *existem cerca de 20 ônibus das empresas de Suape que entram e saem do município todos os dias* – eu mesma cheguei a presenciar alguns destes ônibus. As mudanças ocorridas em comunidades pesqueiras em decorrência de atividades turísticas

ou industriais já foram relatadas em diferentes trabalhos na área de Ciências Sociais¹³ em todo o Brasil.

Além dos empregos nas indústrias cresce também a oferta de trabalho com o turismo náutico devido aos locais de grande visitação pública adjacentes à Barra de Sirinhaém, como a Ilha de Santo Aleixo e a Praia dos Carneiros (figura 23), pelos veranistas locais e turistas. Existe um intenso fluxo de lanchas dos veranistas da praia de Toquinho¹⁴ e de turistas em catamarãs de diferentes empresas, sendo muitos desses veículos marítimos navegados por pescadores, tanto de Barra de Sirinhaém como da comunidade de Aver-O-Mar¹⁵.



Figura 23: catamarã no estuário de rio Formoso, próximo à praia dos Carneiros. Fonte: a autora.

¹³ Ver trabalhos de: MILLER e SANTOS (2012); ADRIÃO (2006); CAPELLESSO e CAZELLA (2011); RIBEIRO e REIHER (2012).

¹⁴ Praia ‘particular’ marcada pelo estuário e pela foz do rio Sirinhaém, bem como pela vista da ilha de Santo Aleixo. Tem 1,8 km de extensão, morfologia quebrada, ondulada e presença de arrecifes distantes da orla. Possui vegetação rasteira, coqueiros e luxuosas casas de veraneio, bem como possibilidade de ancoragem natural para pequenas e médias embarcações.

¹⁵ A comunidade de Aver-O-Mar residia anteriormente na praia de Gamela, local onde exerciam trabalho nas plantações de coco e também na pesca, mas ao fim da década de 70 o proprietário (um português) construiu uma vila através de financiamentos e obrigou os moradores de Gamela a adquirirem as parcelas do financiamento, desocupando a faixa de praia. O nome da vila é uma homenagem à sua cidade natal: Aver-O-Mar, uma Freguesia do Concelho de Póvoa do Varzim, na Região Norte de Portugal. A Aver-O-Mar portuguesa situa-se no litoral e também é habitada por pescadores (CORDEIRO, 2007).

CAPÍTULO 2

2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A atividade pesqueira artesanal, mesmo diante de toda sua histórica importância no Brasil, traz um histórico que reflete a pouca preocupação do setor governamental com tal atividade produtiva. Esta apenas passou a sofrer intervenções públicas a partir da missão da Marinha com o Cruzador José Bonifácio, entre 1919 e 1924, que, com intuítos meramente militares, criou as colônias de pesca apenas com o propósito de colonizar a zona costeira, proteger e povoar o território nacional (CALLOU, 1986). E segundo RAMALHO (2012) p.6, *“para mobilizar os pescadores, os mecanismos utilizados eram os mais variados e nos revelam a política paternalista e controladora que iria predominar, durante décadas, na vida da categoria, marcando fortemente a cultura organizativa dos pescadores e pescadoras artesanais até os dias de hoje, em muitas localidades”*. Por muito tempo os dirigentes das colônias foram pessoas da Marinha ou integrantes das elites locais, ou seja, a colônia não era um instrumento de participação popular, mas um instrumento do poder público, o mesmo ocorreu com as federações estaduais e a confederação nacional de pesca.

Em 1933, a Marinha dividiu o comando sobre os pescadores com o Ministério da Agricultura através da Divisão de Caça e Pesca (DCP) e em 1942, as colônias retornariam ao controle total da Marinha. Mas em 1962, esta retornaria novamente ao Ministério da Agricultura com a criação da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) que, como as demais superintendências, buscava, sobretudo, desenvolver o setor industrial do país. Apenas em 1973 surge um programa de apoio à pesca artesanal – PES CART (Plano de Assistência à Pesca Artesanal) e a Extensão Pesqueira – e a partir da criação da (SUDEPE) ocorreu intensa intervenção pública no setor pesqueiro visando desenvolvimento do setor pesqueiro industrial, que se estendeu até 1989 e provocou uma série de prejuízos socioambientais¹⁶. Após a extinção da SUDEPE, a produção industrial brasileira tornou-se inexpressiva, visto que

¹⁶ Na década de 60, o governo começou a investir na pesca industrial na tentativa de aumentar a produção nacional, que obteve seu auge na década de 70 e entrou em grave crise na década de 80, devido à rápida sobrepesca a partir da exploração feita pelas empresas industriais de pescado (DIEGUES, 1999).

esta se apoiava no apoio estatal, e foi também evidente o aumento da pobreza dos pescadores artesanais, sua crescente subordinação aos comerciantes e o consequente aumento da pesca predatória no setor artesanal (RAMALHO, 2012).

Em 1989, com a extinção da SUDEPE, a gestão da pesca ficou a cargo do IBAMA, sendo então elaboradas várias políticas de conservação dos recursos pesqueiros. Após algumas pressões para que a gestão da pesca voltasse aos órgãos de fomento, foi criado em 1998 o Departamento de Pesca e Aquicultura, que se transformaria em Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (SEAP). Com a criação da SEAP, em 2003, e posterior criação do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, houve um retorno dos investimentos no setor pesqueiro – sobretudo na pesca industrial e na aquicultura (SILVEIRA, 2011).

E tais incentivos na pesca industrial permanecem até os dias atuais traduzindo-se em diversas políticas públicas que ainda não foram suficientes para proporcionar uma interação dialógica entre o governo e o setor pesqueiro artesanal, pois, até hoje os pescadores artesanais continuam tendo pouca visibilidade, onde os mesmos percebem que uma mesma área é vista de distintas maneiras – o que para os pescadores é um espaço de sustentabilidade familiar e dos recursos pesqueiros, na visão dos empresários é espaço de lucro e exploração – até porque essas comunidades são consideradas atrasadas e um impedimento ao desenvolvimento, ou seja, o espaço “vivido” difere do espaço “concebido” (LEFEBVRE, 2008).

Segundo AZEVEDO (2012), houve alguns avanços nas políticas públicas para o setor pesqueiro brasileiro entre 2003 e 2011, contudo as divergências entre as políticas de fomento (MPA) e as políticas de proteção ambiental (MMA) permanecem e dificultam uma eficiente gestão e ordenamento dos estoques pesqueiros, bem como o desenvolvimento social das comunidades tradicionais pesqueiras. Pois, ao MPA compete: emitir licenças para a pesca e manter o registro geral da pesca (carteiras de pesca) e ao IBAMA compete: estabelecer critérios de fiscalização das espécies sobreexplotadas e realizar tal fiscalização.

As competências dos órgãos responsáveis pela gestão, pelo desenvolvimento e ordenamento pesqueiro – MPA e MMA – nem sempre estiveram transparentes e, por

isso, as estatísticas do setor pesqueiro têm sido deficientes, sobretudo na região Nordeste. Anteriormente cabia ao IBAMA repassar as informações de estatísticas e monitoramento dos estoques pesqueiros e eram realizados anualmente estudos coordenados pelo Centro de Pesquisa do IBAMA da Zona Costeiro-Marítima Nordestina (CEPENE). Porém posteriormente foi repassada ao MPA a competência de elaborar essas informações estatísticas e então desde o ano de 2007 (último ano dos estudos realizados pelo IBAMA), não existem mais informações atualizadas sobre os estoques pesqueiros do Nordeste.

O Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) tem divulgado relatórios de estatísticas pesqueiras onde são utilizados métodos de expansão amostral a partir das antigas estatísticas realizadas pelo IBAMA nos estados nordestinos. Há também divergências sobre a contribuição do setor artesanal na produção pesqueira nacional, pois, segundo o MPA apenas cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal, mas segundo dados do Movimento de Pescadores Artesanais essa contribuição é de 65% (I CONFERÊNCIA DA PESCA ARTESANAL, 2009). O último boletim da estatística pesqueira realizado pelo IBAMA apontava que em Pernambuco a produção pesqueira artesanal correspondeu a 78,3% de toda a produção pesqueira do estado. A pesca industrial obteve 0,8% e a aquicultura 20,9%, sendo que o estado foi o 4º colocado na produção de pescado e o 1º colocado na exportação da lagosta (881 t) (ESTATÍSTICA DA PESCA, 2007).

As políticas do MPA têm perseguido o desenvolvimento econômico, ecológico e social do setor pesqueiro e algumas iniciativas, apesar de incipientes e iniciais, demonstram certo avanço em relação aos governos anteriores: elaboração de processos participativos através da gestão compartilhada¹⁷; linhas de crédito do PRONAF

¹⁷ O Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (SGC) foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº2, de 13 de novembro de 2009 e tem por objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O SGC é um sistema de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada, e está estruturado em Comitês Permanentes de Gestão (CPG's) que possuem caráter consultivo e de assessoramento, constituídos por órgãos do governo de gestão dos recursos pesqueiros (atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente) e pela sociedade formalmente organizada (<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/gestao-compartilhada/sobre-gestao-compartilhada>).

Aquicultura e Pesca¹⁸; programas de alfabetização (pescando letras); programas de inclusão digital (telecentros); projeto de implantação de Centros Integrados para a Pesca Artesanal¹⁹ (CIPAR).

Essas ações ainda não estão presentes em todos os estados brasileiros e os programas de crédito são pouco utilizados pelos pescadores artesanais, pois, a falta de esclarecimento e o baixo grau de escolarização destes têm dificultado o acesso a essas linhas de financiamento. Para a solicitação desses empréstimos é necessária a elaboração de projetos, pelas entidades de assistência técnica, e muitos pescadores artesanais relatam que há grande dificuldade de acesso a esses técnicos. Outra dificuldade relatada pelos pescadores é em relação à venda da produção pesqueira, pois, em geral, a produção é repassada aos atravessadores por falta de meios de conservação e transporte dos pescados e, então, os pescadores acabam recebendo bem pouco pela produção conseguida.

Outro fato que desestimula a atividade pesqueira é a dificuldade em tirar as licenças das embarcações e a consequente perda do direito ao seguro-defeso. Os pescadores relatam: *“é como ter um carro e não ter o direito de tirar a carteira para dirigir e assim fica difícil trabalhar”*. O IBAMA tem restringido a liberação de licenças de novas embarcações devido ao já incipiente estoque pesqueiro, aos problemas da sobrepesca e da pesca predatória²⁰.

A atuação do IBAMA é bastante criticada porque, para os pescadores, *“o mar é um território livre, todos têm o direito de pescar”*, mas o órgão responsável por garantir o ordenamento pesqueiro possui uma visão preservacionista em detrimento da dimensão sociocultural. Muitos pescadores relataram que *“a fiscalização existe apenas para os pequenos, mas as usinas poluem direto e ninguém faz nada”*. Nos depoimentos dos

¹⁸ O Plano Safra da Pesca e Aquicultura (PRONAF) é um programa do Governo Federal para estimular o desenvolvimento do setor por meio de linhas de crédito para o aumento da produção e a geração de emprego e renda (<http://www.mpa.gov.br/safra/>).

¹⁹ O CIPAR visa à implementação de investimentos na infraestrutura da cadeia produtiva, no ensino e qualificação profissional, no apoio à autogestão de empreendimentos, na gestão compartilhada e no ordenamento pesqueiro. Está ainda em planejamento em poucos estados brasileiros (AZEVEDO, 2012).

²⁰ Sobrepesca: é a pesca realizada de forma correta e legal, porém acima do limite que uma espécie tem de regenerar-se na natureza. Pesca predatória: é a pesca realizada de forma incorreta e ilegal, como por exemplo, a pesca com malha fina, arrastão de fundo ou bomba e a pesca em época proibida (defeso).

pescadores foi recorrente a lembrança ao aprisionamento de cinco pescadores de Barra de Sirinhaém por causa da fiscalização do IBAMA na proibição da pesca da lagosta de rede – tal fato constrangedor era sutilmente relatado e então procurei preservar meus interlocutores. Muitos pescadores que não recebem o seguro-defeso continuam a pescar, porque como relatam, “*precisam sustentar suas famílias*”. A fiscalização do IBAMA apreendeu a embarcação, o pescado e as redes, sendo os pescadores enviados à delegacia local onde permaneceram por doze dias. Apenas um dos pescadores foi liberado mais rapidamente porque sofria de pressão alta e passou mal. Nas falas era visível a revolta: “*como pode prender trabalhadores como se fossem bandidos?*”.

A fiscalização do IBAMA apenas atinge à prática da pesca artesanal, pois, não compete mais ao órgão federal fiscalizar a poluição da área estuarina, sendo tal trabalho realizado pelo órgão estadual de PE – Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH). A atribuição do IBAMA é residual, só em caso de omissão o IBAMA pode intervir nos estados. Durante a época do defeso da lagosta as fiscalizações do órgão federal, apreendem o barco, as lagostas e ainda aplicam altas multas aos donos de barcos que forem pegos em pesca ilegal (com rede).

A complexa situação da pesca artesanal não pode ser resolvida apenas através de políticas de ordenamento pesqueiro. O problema da sobrepesca e da pesca predatória existe e a cada dia contribui para a diminuição dos estoques pesqueiros, mas estes problemas não podem invisibilizar as influências de outros agentes poluidores – antigos e ainda persistentes – como o despejo das indústrias e de esgotos domésticos não tratados no rio Sirinhaém.

Em geral, as políticas públicas de ordenamento pesqueiro no Brasil são inviáveis na prática, pois, se amparam apenas no embasamento biológico, tendo como paradigma o conceito de captura máxima e não levam em conta os aspectos econômicos e sociais das comunidades pesqueiras (VASCONCELOS et al., 1994). Os pescadores artesanais percebem que os estoques pesqueiros estão diminuindo e muitos não compreendem o porquê de tantas restrições nas práticas produtivas pesqueiras, já que antes muitos desses problemas em relação aos estoques pesqueiros não existiam. É necessário um conjunto de ações de educação ambiental e incentivo à inserção social desses pescadores em alternativas de renda a partir da própria vivência destes, pois, apenas

responsabilizá-los pelas consequências da diminuição dos estoques pesqueiros não é uma solução justa e muito menos eficiente na resolução dos problemas ambientais, pois tais problemas são inerentemente sociais.

Segundo VIEIRA (2005), os pescadores artesanais são um potencial grupo alvo de políticas públicas, pois, além de possuírem um intrínseco *habitus*²¹ sustentável ambientalmente, carecem de medidas que visem fortalecer as condições de inserção social e melhoria da qualidade de vida. Em seus estudos, VIEIRA (2005) destaca: “*as políticas públicas em execução no litoral sul de PE não constituem um sistema de proteção integral para os pescadores, grupo populacional de baixa renda. Há a predominância de programas sociais induzidos pelo Governo Federal, em que os municípios apenas atuam no cadastro das famílias passíveis de inserção nesses programas*”. Ou seja, as políticas públicas em curso não têm atuado de formar a garantir espaço aos pescadores artesanais – grupo diferenciado e com necessidades específicas.

Nos depoimentos foi possível perceber que os pescadores artesanais não possuem um *habitus* predador do meio ambiente, pois, quando a pescaria tinha sido boa eles relatavam: “*já consegui o dinheiro da feira da semana e agora vou descansar um pouco, tirar uma folguinha*”. Contudo, com o crescimento populacional do município, se intensifica também a pressão, principalmente, sobre o estuário e o mar de dentro: “*muita gente a pescar, a pescaria fracassa*”. Pois estes locais ainda proporcionam a segurança alimentar de grande parte da população.

E apesar das tentativas do Governo em democratizar o acesso às políticas públicas, é notório o avanço no investimento do setor pesqueiro industrial e aquícola em detrimento do setor artesanal. Entre os anos de 2003 e 2009, houve investimentos de mais de R\$ 100.000.000,00 em pesquisa para a aquicultura; R\$ 72.600.000,00 para a pesca industrial e R\$ 32.719.375,00 no Programa Profrota Pesqueira, que financia

²¹ *Habitus* é aqui compreendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, o qual, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações (ORTIZ, 1983 p.65). O *habitus* não é destino, como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p.108).

embarcações industriais para operação na zona econômica exclusiva. Segundo AZEVEDO (2012), o total de investimentos apenas no setor industrial (que congrega 1.200 embarcações), entre os anos de 2003 e 2009, foi de cerca de R\$ 200.000.000,00, enquanto que na pesca artesanal esse valor foi de R\$ 257.570.000,00. Há ainda investimentos em subsídio de óleo diesel no valor de R\$ 96.300.000,00, em geral, utilizado pelas embarcações industriais até porque essa política pública apenas foi implementada nos estados brasileiros onde há maior produção pesqueira.

O subsídio para o óleo diesel é informado em conjunto para os setores industriais e artesanais, contudo, o próprio MPA aponta a dificuldade de cadastramento das embarcações artesanais por conta dos diferentes pontos de embarque e abastecimento da frota. Falta ainda uma maior transparência dos dados fornecidos pelo MPA, pois, muitos investimentos divulgados como sendo para a pesca artesanal, são, na verdade, dirigidos à aquicultura familiar e ainda não existem dados sobre o número de aquicultores do país (AZEVEDO, 2012).

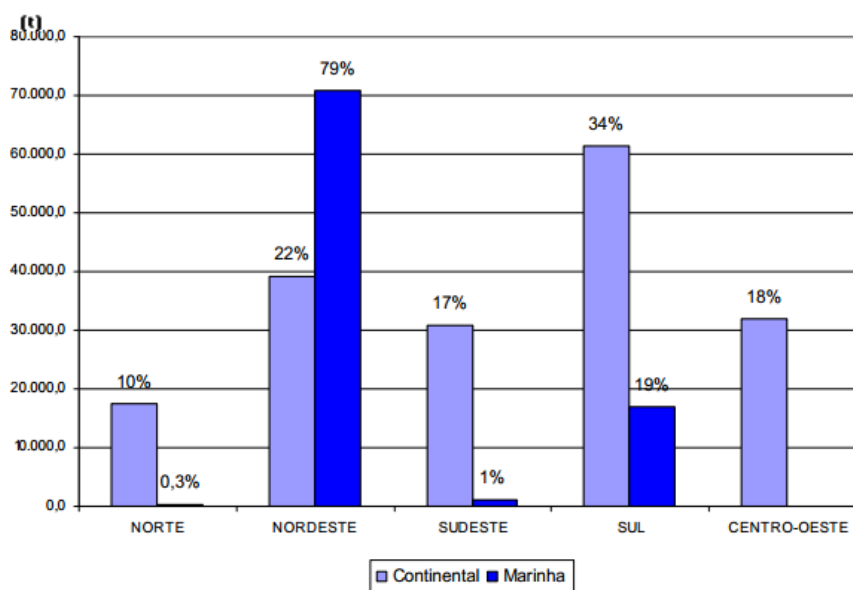
Há um crescimento das ações que visam converter os pescadores artesanais em aquicultores e faltam investimentos consistentes na recuperação dos estoques pesqueiros. Têm sido ampliados também programas de distribuição de renda, como por exemplo, o seguro-defeso: entre 2003 e 2009, os benefícios que eram para 114.073 pescadores artesanais, passaram a 422.402. De acordo com AZEVEDO (2012), o seguro-defeso apenas inclui os que atuam na captura, não levando em conta os que atuam na cadeia produtiva da atividade pesqueira. O programa tem um sentido teleológico de seguro desemprego/trabalho assalariado e por isso proíbe o pescador artesanal de pescar outras espécies durante o recebimento deste benefício, ou seja, interfere no modo de vida do pescador artesanal.

Desde 1998 o Governo Federal visava promover a aquicultura, quando então promulgou o decreto nº 2.869 de 09 de dezembro de 1998 (IBAMA, 1998), que regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura. Em 2003, foi promulgado o Decreto 4.895, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura e em 2004 foram elaboradas normas complementares através da Instrução Normativa Interministerial (INI) nº 06 que versa sobre as autorizações de uso desses corpos d'água de domínio da

União. E desde então cresce o número das atividades aquícolas no Brasil – na região Nordeste tais atividades baseiam-se prioritariamente na criação de camarão (carcinicultura) e de peixes, sobretudo Tilápias (*Oreochromis spp*) (piscicultura).

A região Nordeste obteve em 2004 o primeiro lugar em produção aquícola nacional, com 109.850 toneladas, somando-se a produção continental e marinha (figura 24). A produção de Tilápias que em 2000 foi cerca de 32 mil toneladas, em 2010 alcançou perto de 155 mil toneladas, e a produção de camarão, neste mesmo período, saiu de 40 mil toneladas para dobrar a produção ao final deste período. O Governo Federal intensificou os investimentos em áreas aquícolas a partir de 2008, e ao final de 2011 já tinham sido entregues cerca de três mil cessões de áreas aquícolas (IBAMA, 2006; FAO, 2007).

Figura 24: Produção Aquícola Continental e Marinha por Regiões Brasileiras em 2004.



Fonte: OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO (2007).

Para VALÊNCIO (2007) p.84-85, “a aquicultura prescinde do conhecimento que o pescador artesanal tem do ambiente natural e de suas habilidades para o manejo dos instrumentos de trabalho”. Como não há a necessidade do processo de ensino-aprendizagem comunitário, perde-se então a sociabilidade e “a temporalidade econômico-ambiental passa a ser outra, ditada por uma racionalidade industrial, como na agricultura”. E o “período de

desenvolvimento dos espécimes cultivados é dado pelo controle da natureza por vários meios técnicos, artificializando o processo no intuito de ir aproximando o tempo de trabalho do tempo de produção”.

Para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pescador é aquele que, devidamente licenciado, exerce a pesca com fins comerciais²². Assim, é possível perceber que o modo de vida de uma comunidade pesqueira que tem o rio/mar/estuário como uma extensão de suas casas, a exemplo de Sirinhaém, não é suficiente para a regulamentação da atividade pelo MPA. Em Sirinhaém é comum encontrar mulheres beneficiando peixes e crustáceos nas frentes das casas, para uso familiar ou comercial, e tais atividades acessórias (limpeza, evisceração e descasque) foram reconhecidas como *atividade pesqueira* pela Lei 11.959 de 29 de junho de 2009²³. O depoimento de uma das Irmãs Franciscanas Bernardinas que fazem trabalhos comunitários na região reflete essa falta de reconhecimento da atividade pesqueira em Barra de Sirinhaém: *"a pesca artesanal é algo tão comum que muitas crianças quando perguntadas sobre a profissão da mãe, respondem que são donas de casa, ou que são diaristas"*, devido à histórica desvalorização dessa atividade.

As leis e decretos que visam valorizar a cultura e os povos tradicionais têm divergido das políticas do MPA que apenas têm buscado regulamentar uma profissão/ocupação. O crescimento econômico e a territorialização mercantil é estimulada em detrimento da autoconsciência cultural da comunidade, onde a identidade pesqueira e a cultura coletiva da região perpassa a discussão formal sobre a profissão.

2.2. A CULTURA DA PESCA ARTESANAL

A costa brasileira possui diversos ecossistemas de alta relevância ambiental e social que são legalmente protegidos por diversas leis e decretos, e abrigam, além de

²² “O pescador (a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte” (<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>).

²³ Lei 11.959/2009, Art. 4º: A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

uma rica biodiversidade, inúmeras comunidades pesqueiras que vivem tradicionalmente da extração dos bens naturais existentes nessas regiões costeiras. Muitos trabalhos já realizados, por autores diversos, retratam a sociabilidade das comunidades pesqueiras e sua relação com esses bens naturais. Pois o pescado, desde tempos imemoriais, constituiu-se em uma fonte importante de alimentos para a humanidade, além de ser um meio de interação cultural e de sociabilidade entre essas comunidades (MENDONÇA e VALENCIO, 2008).

O trabalho na pesca artesanal é algo intrínseco e subjetivo e o belo está justamente na liberdade de observar o potencial da natureza e ter a habilidade necessária para viver do mar (RAMALHO, 2010). De acordo com VALENCIO (2010), a atividade pesqueira constitui-se em uma identidade territorializada, pois não se trata apenas de uma atividade produtiva, mas é também um modo de vida. É a partir dessa relação com o ambiente e de um profundo conhecimento sobre as espécies e seus ciclos biológicos que os pescadores artesanais constroem suas identidades (DIEGUES, 2001).

Ou seja, o trabalho na pesca não é uma realidade simplesmente econômica (GODELIER, 1981) é também uma cultura que se constrói na prática produtiva a partir de valores comunitários, costumes socialmente estabelecidos que integram um sentimento de corporação social que auxilia no trabalho coletivo “para melhor lidarem com as águas, na capacidade de compreender os tipos de ventos e os movimentos das marés, na habilidade de descobrir pesqueiros, na habilidade de ouvir e sentir as mudanças meteorológicas e náuticas” (RAMALHO, 2011).

A “modernidade trágica” tem, no entanto, originado a expropriação dos meios de vida dos pescadores artesanais e forçado a entrada destes no mercado de trabalho assalariado assim como ocorreu na formação do proletariado agrícola no Brasil (SILVA, 1999). Em Sirinhaém, apesar de alguns pescadores artesanais já terem deixado de pescar profissionalmente para trabalhar nas empresas de Suape, há ainda um grande número de pescadores. A Barra de Sirinhaém é composta por diversos *tipos de pescadores*: existem os pescadores *permanentes*, que pescam o ano inteiro para o consumo próprio de sua família e venda do excedente; há o pescador *temporário*, que não tem a atividade pesqueira como sua principal fonte de sobrevivência, mas que a pratica eventualmente e os pescadores *ocasionais* que são, em geral, pequenos agricultores e/ou trabalhadores

rurais de engenhos próximos à região das ilhas estuarinas que, na entressafra da cana-de-açúcar, recorrem à pesca para complementar a alimentação de seus familiares (IBAMA, 2008).

Percebo haver certa analogia entre a história do campesinato brasileiro e a pesca artesanal e então utilizo algumas teorias de pesquisadores sobre o campesinato e que servem para pensar sobre a categoria de pescador artesanal. Apesar de alguns pontos comuns há algumas diferenças marcantes – na pesca artesanal o indivíduo é muito mais dependente de fatores externos e não previsíveis – pois, o pescador não é responsável pela sua produção porque a pesca é uma atividade extrativa e como tal está sujeita aos impactos da poluição circunvizinha que geralmente atinge mais diretamente essa parcela da população. É comum o relato de que: a *“pesca é um jogo, tanto faz ganhar como perder”*. Tal afirmação foi comum entre meus interlocutores, como também é comum em outras comunidades pesqueiras²⁴.

Há na atividade pesqueira tensões semelhantes às vivenciadas pelos camponeses que vivem no meio rural contemporâneo, pois, segundo MOURA (1988), o camponês se diferenciou internamente, tendo suas formas de produção e organização de vida redefinidas, mas permaneceu identificável como tal. Apesar de certa subordinação à engrenagem da reprodução do capital, têm surgido também as contradições inerentes a essa relação de forças, que têm originado processos de diferenciação social que buscam o reconhecimento de uma alteridade que ainda não está descaracterizada em sua essência (WANDERLEY, 2011).

Na atividade pesqueira existe uma intrínseca relação com o mar e/ou estuário, rio, além de um sentimento com o território que envolve valores sagrados e ampla intimidade com o espaço de trabalho/vida, onde o mar-de-dentro e o mar-de-fora se constitui como lugares aquáticos e o trabalho pesqueiro reflete o desdobramento dessa territorialidade ao conferir-lhes pertencimento (MALDONADO, 1994). Esse pertencimento é algo que vem desde a infância, na convivência com o ambiente marinho-estuarino.

²⁴ DIAS NETO, José C., (2012).

Este pertencimento ao ambiente marinho-estuarino é o que tem permitido resistir à *subsunção real* ao capitalismo GODELIER (1981), pois, segundo MOURA (1988), apesar do processo de diferenciação social, internamente os pescadores permanecem identificáveis como tais. Para FERREIRA (1995), apesar da força do capital, não há uma simples transformação proletarizada, pois, “seu mundo não se reduz ao vínculo empregatício, mas procuram e constroem espaços de adaptações entre as suas perspectivas e projetos e o mercado”, ou seja, “sua reprodução não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas pela própria capacidade de resistência e adaptação” (WANDERLEY, 2011).

Percebo nas falas dos interlocutores que adquirir certa experiência no ambiente marinho, significa fazer parte de uma classe social simbolicamente diferenciada e que adquire sentido e identidade ao diferenciar-se de outros grupos sociais em sua prática produtiva (THOMPSON, 1998), pois, a reprodução social pesqueira requer características específicas que foram relatadas por vários pescadores de Sirinhaém: “*ser pescador não é para qualquer um é preciso ser um homem de coragem para conseguir viver do mar*”.

Segundo DIEGUES (1983), é o sentimento de corporação que possibilita que a cultura na pesca artesanal resista à proletarização, pois o “saber-fazer” pesqueiro vincula-se à ideia de liberdade e opõem-se ao controle do tempo e do espaço pela lógica capitalista de mercado. Contudo, no litoral sul de Pernambuco, o *território* pesqueiro vem sendo expropriado, os bens naturais estão mais escassos e o desenvolvimento local também tem controlado o *tempo* e o *espaço* fazendo com que a *cultura* da pesca artesanal venha paulatinamente perdendo a vez para outras atividades produtivas existentes na região.

Os problemas oriundos da exploração dos estoques pesqueiros afetam diretamente os pescadores artesanais e, por isso, muitos têm tentado obter alguma fonte extra de renda, em outras atividades e assim garantir sua segurança alimentar. Tem sido cada vez mais difícil resistir à apropriação do tempo e do espaço pelo capital diante de tantos empreendimentos industriais e turísticos e frente às dificuldades de continuar na pesca.

As pescadoras de Sirinhaém também vivenciam grandes dificuldades em sobreviver dos poucos crustáceos e mariscos extraídos do mangue e muitas delas tem se deslocado para manguezais do litoral norte em busca de uma melhor produção e renda.

“As pescadoras de Aratu no verão sai em três kombi daqui pra Recife, pra pescar aratu lá. Três kombi por semana, duas vezes por semana. Na segunda, na quarta, na quinta. Aqui tem, mas é muito pouco, muito miudinho. Eu mesmo já pesquei muito fora daqui, já pesquei em Itapissuma, em Itamaracá, em Maria Farinha, Conceição, Abreu e Lima, Rio Formoso, Alagoas, Atapuz, Paraíba, Pitimbu. Tanto sai daqui a turma pra pegar aratu como sai a turma pra pegar caranguejo em Alagoas” (Marisqueira de Barra de Sirinhaém).

“Se for pra eu tirar meu sustento do rio Sirinhaém, eu vou passar fome, então eu ando de bicicleta quase 5 km pra pescar no rio de Aver-O-Mar, aonde hoje temos também uma preocupação muito grande com os viveiros de camarão que tá acabando com os siris, com os sururus, mortalidade imensa. Era uma área rica, mas hoje os viveiros tão acabando com tudo. E os responsáveis não vê isso, só nós pescador é que estamos vendo isso, estamos vendo nossos manguezais pedindo socorro, porque a gente pescador escuta ele pedindo socorro e corremos atrás das autoridades e ninguém faz nada” (Marisqueira de Barra de Sirinhaém).

A pesca das mulheres no estuário é realmente algo muito comum, pois, as pessoas tem uma conexão com ambiente estuarino como se fosse uma extensão de suas casas, é local de onde tiram a “mistura” para o almoço ou a janta. Quando querem obter renda “certa” da pesca, essas mulheres vão para outros estuários, mais produtivos, geralmente vão para Itapissuma em grupos e vendem a produção nos restaurantes locais.

Os pescadores artesanais se utilizam de diferentes formas de configurar sua presença no espaço e no tempo atual (WOORTMANN, 1990). Há entre a comunidade pesqueira uma busca por estratégias de reprodução social, em que mesmo que em alguns casos haja a inserção em outra atividade produtiva, têm existido também alternativas de apropriação do mar e estuário a partir uma nova configuração.

Tal processo se dá pela busca de novos espaços pesqueiros, nas praias circunvizinhas ou mesmo em outros estados, como também a partir do exercício das atividades turísticas marinhas, e assim vão criando meios de continuar no ambiente haliêutico, ou seja, continuar a existir. Segundo, RAMALHO (2012):

“ser criativo, nesse sentido, é recriar-se no tempo, como pessoa, grupo sociocultural e/ou classe social. É apontar destinos e construir condições de sobrevivência. Trabalhar, portanto, é um eterno (re)elaborar, planejar, fazendo com que o inesperado – íntimo das causalidades sociais – torne-se, em alguma medida, o esperado, sendo sempre um salto, provocado pelo ato teleológico, em direção ao cognitivo e a chave das estratégias contidas na reprodução social.

Mesmo quando exercem uma atividade turística marinha “o salário não significa, necessariamente, a configuração de uma relação capital-trabalho, própria de uma reprodução capitalista” (VEIGA, 1991) e muitos desses pescadores continuam a ser sócios da colônia – não “fichados” na carteira de trabalho – pois preferem se aposentar como pescadores artesanais, como se autodenominam. Assim, como há também muitos pescadores que não são sócios da colônia e exercem concomitantemente outras atividades informais de complementação de renda.

Mesmo quando trabalham de carteira assinada, estes ainda se autodenominam pescadores artesanais e foi comum encontrar nos depoimentos uma percepção de que, trabalhar como marinheiro nos iates da marina ou nos barcos e catamarãs de turismo se traduz em continuar a ter o “*prazer de estar no mar*”. Foi comum nos depoimentos de tais pescadores a afirmação de que “*continuavam a pescar por lazer nas horas de folga, pois este era o ofício que aprenderam desde criança e que ainda consideravam-se pescadores artesanais*”, mesmo exercendo uma atividade extra que atualmente lhes proporcionavam sobreviver e sustentar a família.

Pescador que atualmente é comandante de lancha em Toquinho:

Minha família toda é de pescador, tenho dois irmãos pescadores ainda e eu já trabalhei muito... desde os doze anos, mas agora fico no comando da lancha (de morador de Toquinho). Mas nunca deixei de ser pescador, não vou deixar meu ritmo... eu posso endoidar lá fora...

No inverno trabalho como motorista da empresa dele (dono de uma construtora) e no verão não sei o que é feriado, Natal, Ano Novo e dou também uma assistência na casa (em Toquinho) quando eles estão por aqui. Eu fico com o carro da empresa, ganho R\$ 1.500, 00 por mês (carteira assinada) e mais 200 por fora toda semana... tem vida melhor do que essa? Agora mesmo eles (patrões) estão viajando... e eu vou sair pra pescar agora, vou quarta e volto na sexta (Pescador e Marinheiro de Barra de Sirinhaém, 36 anos).

Ou seja, se a pesca artesanal fosse mais rentável, estes talvez deixassem as outras atividades produtivas, pois, “não há uma verdadeira imersão no mercado de trabalho”, visto que há um forte resíduo sociocultural ao modo de vida da pesca e tais situações concretas nos revelam as múltiplas identidades a partir das diferentes formas de resistência e complementariedade da reprodução social pesqueira (WANDERLEY, 2011).

Foi possível perceber nos relatos dos pescadores artesanais a importância em serem donos de si mesmos e nos casos daqueles que trabalham “fichados” (carteira assinada) como marinheiros era comum a observação: “*meu patrão reconhece meu trabalho, não é de humilhar, de explorar*”. E alguns ainda saem para pescar com o próprio patrão. Em geral, os pescadores que atualmente trabalham como marinheiros de lancha não percebem o real benefício em ter a carteira assinada, pois, o maior benefício para eles, é receber um “dinheiro certo” e ainda poder complementar a renda com as pescarias nos momentos de folga.

2.3. A BUSCA PELO DINHEIRO “CERTO”

A chegada do complexo de Suape modificou a dinâmica pesqueira não apenas em Ipojuca, mas também nos municípios adjacentes, como Sirinhaém. Pois, assim como em qualquer comunidade, as pessoas estão à procura de meios de sobrevivência e então a pesca artesanal, que por muitas décadas tem sido o modo de obtenção de renda, de sociabilidade, de reprodução de uma cultura relacionada às condições do mar e do estuário, vem paulatinamente tendo sua perpetuação ameaçada.

Devido ao aumento da poluição no estuário como no mar, devido ao despejo de vinhoto das usinas da região, bem como dos esgotos domésticos e industriais, tem ocorrido uma progressiva diminuição dos pescados, mariscos e crustáceos da região e a consequente dificuldade de sobrevivência da comunidade pesqueira. Muitos pescadores que atuam no mar de fora não percebem os impactos dessa poluição em suas atividades, pois, quando perguntados sobre o assunto revelaram que: “*a poluição das usinas apenas atrapalha os pescadores de rio e estuário*”. Outros pescadores artesanais, que percebem o impacto da poluição estuarina no ambiente marinho e relataram: “*os peixes marinhos*

vêm ao manguezal para desovar e se alimentar e no período da moagem da cana-de-açúcar a poluição tem matado os peixes e estes não conseguem voltar ao ambiente marinho para crescer”.

O município foi contemplado com recursos do PROMATA²⁵ e dispõe de sistemas de abastecimento d’água e de esgotamento sanitário, bem como de uma usina de reciclagem de lixo, financiada com tais recursos. Contudo, os moradores reclamam da prefeitura do município, pois este possui um deficiente sistema de captação de esgotos que durante o período de chuvas não suporta a vazão e estoura. Esses problemas também se repetem nos municípios adjacentes à Sirinhaém, como por exemplo, em Rio Formoso e Ipojuca.

A coleta de lixo é bastante incipiente e é possível encontrar resíduos domésticos em todas as partes do município (figura 25), inclusive próximo aos manguezais. Assim há também diversas casas humildes bem próximas ao manguezal, localizadas nos Casados, bairro carente e repleto de vielas, onde o caminhão da coleta de lixo passa e onde parece não haver muita preocupação em coletar de forma alternativa os resíduos sólidos.



Figura 25: Lixo próximo ao manguezal do rio Sirinhaém. Fonte: a autora.

²⁵ O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) é um programa do Governo do Estado de Pernambuco, a partir de financiamento do Banco Mundial, que visa o desenvolvimento da Mata Pernambucana – historicamente vinculada à economia da cana-de-açúcar – através do melhoramento da infraestrutura de serviços básicos, da diversificação econômica, da proteção e gestão ambiental.

O turismo nunca foi uma atividade produtiva muito forte no município devido à falta de incentivo municipal e às condições ambientais da região, que possui um litoral composto por mar aberto e algumas praias em declive abrupto e a constante poluição do rio Sirinhaém. Esses fatores ambientais afastam os turistas da região, que consideram a praia “perigosa”, poluída e de ondas “violentas”. Por tais motivos há em Sirinhaém poucas casas de veraneio (figura 26), em comparação com as demais praias do litoral sul, e a maioria dessas casas de veraneio pertence às pessoas de menor poder aquisitivo, em comparação às residências da praia de Toquinho.



Figura 26: Foto das poucas casas de veraneio de Barra de Sirinhaém Fonte: a autora.

Existe também na região um senhor português que possui grandes áreas de terras pela orla do município e essa concentração fundiária é também um dos motivos que dificultou o desenvolvimento de loteamentos de veraneio em Sirinhaém. E devido à falta de incentivo municipal de Sirinhaém em divulgar e melhorar o acesso de turistas ao porto de Barra de Sirinhaém, muitos dos passeios para a Ilha de Santo Aleixo tem saído diretamente da Praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca ou da Praia dos Carneiros em Tamandaré e nem passam pelo município.

O turismo de segunda residência (veraneio), principalmente em áreas circunvizinhas à Sirinhaém, como por exemplo, na praia de Toquinho, tem proporcionado renda extra a muitos pescadores artesanais, que relataram atuar nessas residências desde o início da ocupação de Toquinho na década de 1980 (pelos veranistas), quando se iniciaram também as demandas por serviços de servente de pedreiros, caseiros, pintores, diaristas, entre outros. Contudo, anteriormente as práticas

produtivas pesqueiras não foram bruscamente afetadas, já que havia a vantagem da venda direta dos pescados aos turistas.

A interação dos pescadores com os veranistas locais até auxiliaram de alguma forma à própria atividade pesqueira, pois, segundo depoimento de um pescador (aposentado) de Barra de Sirinhaém: *“ele pescava lagosta e até já mergulhou e, certa vez saiu para pescar em companhia de um veranista que sabia mergulhar e na ocasião passou mal (não soube dizer o motivo) e o veranista o mandou descer novamente ao fundo e subir devagar (para despressurizar) e que por pouco não morreu ou ficou com sequelas”*.

Outro depoimento interessante é o de uma marisqueira que antigamente trabalhava como diarista em Toquinho: *“ela levava os filhos para as casas onde trabalhava e estes brincavam com as demais crianças dos veranistas, ela ainda aproveitava o momento de ida à Toquinho para vender diretamente os seus mariscos e peixes que o marido trazia. E como em sua casa não havia energia, também guardava o produto do pescado nas geladeiras das casas em Toquinho. Mas, hoje as pessoas que moram em Toquinho não são mais as mesmas e essa aproximação não existe mais”*. Muitos relatam que: *“antigamente era melhor (a sociabilidade), as pessoas eram mais simples, mas que agora só existe barão”*. Pois, atualmente há a predominância de grandes e luxuosas casas em Toquinho e a interação, apesar de mais formal, é ainda muito importante para aumento da renda em Barra de Sirinhaém.

No verão é grande o número de mulheres que adquirem renda extra através das diárias nas casas dos veranistas de Toquinho. A localidade é tida como uma verdadeira “indústria” e foi assim denominada por vários pescadores, pois a mesma emprega cerca de 1.500 pessoas oriundas, em sua maioria, de Barra de Sirinhaém (figura 27). Há décadas há em Barra uma sazonalidade na renda local, onde em época de baixa temporada, os empregos em Toquinho diminuem e a pesca artesanal fica sendo a principal fonte de renda local – desde a década de 70, quando a praia de Toquinho começou a ser habitada, os pescadores e pescadoras têm prestado serviços às casas de segunda residência (veraneio) para complementação da renda.

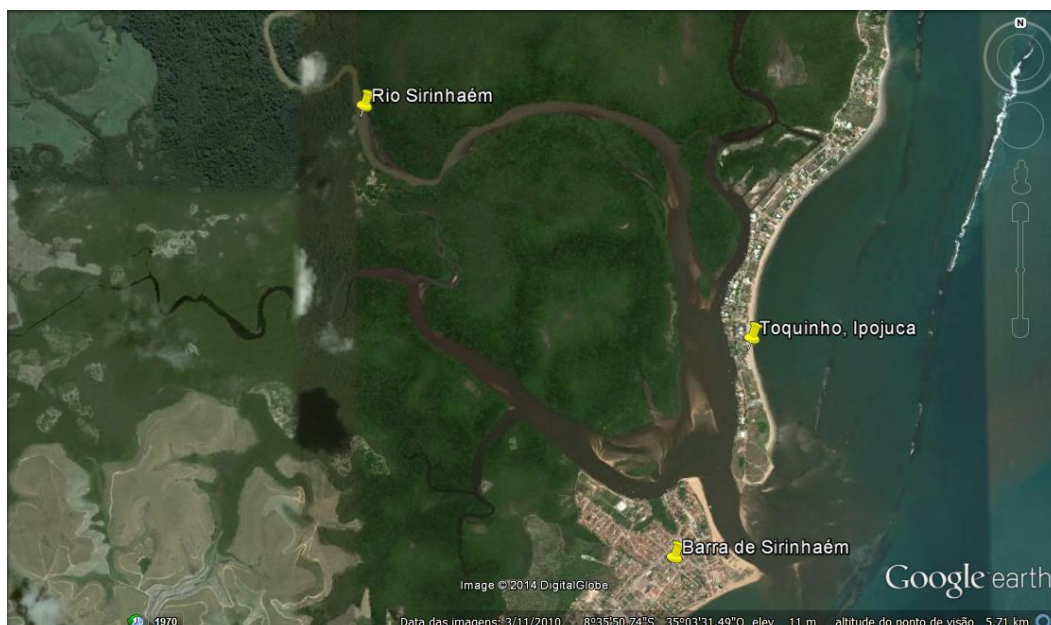


Figura 27: Estuário do rio Sirinhaém, Praias de Barra de Sirinhaém e Toquinho.

Existem em Barra de Sirinhaém quatro barcos exclusivamente para fazer a travessia das pessoas (figura 28), sobretudo mulheres, que vão trabalhar diariamente em Toquinho. Essa travessia demora cerca de 10 minutos e custa dois reais cada trecho, sendo parte desse alto custo – segundo depoimentos locais – arcado pelos veranistas. Os preços são irrealistas, pois não só a passagem é cara, como as diárias variam de 70 a 100 reais, variando conforme o padrão de vida do veranista.

Em depoimento, o dono de um dos barcos (48 anos), me contou que começou a pescar aos 10 anos e viveu da pesca por 25 anos, mas devido às dificuldades da profissão começou a fazer o transporte de passageiros para Toquinho – já faz 13 anos que realiza essa atividade. Ele me disse que realiza cerca de 30 a 40 travessias por dia e foi enfático em dizer que leva mais de 500 pessoas por dia para Toquinho e que a vida “em Barra é melhorzinha por causa da indústria de Toquinho” e que as “pessoas ricas contribuem para aumentar a renda das famílias pesqueiras”. As travessias ocorrem a todo o momento, é um verdadeiro transporte aquático.



Figura 28: Barcos que fazem a travessia de Barra a Toquinho. Fonte: a autora.

Além da praia de Toquinho, muitos pescadores trabalham também como caseiros em outras praias adjacentes (Serrambi e Carneiros) ou ainda nos catamarãs que fazem passeios à ilha de Santo Aleixo e à praia dos Carneiros, e algumas mulheres trabalham ainda nas barracas próximas ao banho de argila na praia de Guadalupe – as pessoas procuram todo tipo de atividade para complementar a renda, já que na pesca artesanal tanto faz conseguir alguma renda como não conseguir nada.

Essas atividades são vistas como positivas, pois, propiciam tempo livre para realizar a pesca, atividade que sempre é realizada concomitantemente àquela assalariada informal e considerada como profissão principal pelos entrevistados. Apenas os marinheiros de lanchas e catamarãs são profissionais cadastrados em carteira de trabalho devido às exigências da marinha com a segurança no mar.

Em muitos relatos foi possível perceber o sentimento saudosista dos que agora realizam atividades extras e são obrigados a pescar mais ocasionalmente devido às dificuldades em sobreviver, unicamente, da profissão. Em outros depoimentos alguns declararam que não possuem outra opção, pois já estão em idade mais avançada e ainda saem para pescar mesmo tendo poucas condições de saúde. Geralmente, estes pescadores pouco estudaram durante a infância – apenas assinam o nome – e vão pescar apenas levando a força de trabalho e recebendo bem pouco, devido também a pequena produção que é conseguida. Por esses motivos tais pescadores enfatizaram a importância da esposa na complementação da renda, em casa. Essas mulheres trabalham

diretamente na pesca estuarina ou no beneficiamento e comercialização do pescado trazido pelos homens na pesca marítima.

Segundo muitos relatos dos pescadores locais, o trabalho no mar é incerto e perigoso e, devido à diminuição dos pescados, alguns jovens preferem não se arriscar na atividade pesqueira. Assim, tem crescido a ideia, principalmente entre os mais jovens, de que trabalhar de carteira assinada e ter um dinheiro “certo” é melhor. O rendimento com a atividade pesqueira tem diminuído e afastado os jovens, que preferem ganhar mais trabalhando como assalariados.

A regulamentação previdenciária²⁶ da atividade pesqueira só recentemente foi estabelecida, em 2009 com a Lei da Pesca e Aquicultura, quando então, os pescadores foram inseridos na categoria de produtores rurais e passaram a obter algumas garantias já destinadas aos demais trabalhadores – aposentadoria especial, auxílio doença e por acidente de trabalho. Apesar dessas conquistas, muitos pescadores percebem que a produtividade pesqueira tem diminuído e apenas persistem na atividade aqueles que realmente gostam de pescar ou os que não tiveram oportunidade de estudar. E muitos relatam: *“hoje é muito mais fácil estudar, na minha época tive que trabalhar logo”*.

O dono de um dos barcos que faz a travessia para Toquinho me disse que não incentiva seus filhos a serem pescadores porque a quantidade de pescado tem sido insuficiente para viver, os riscos são grandes, há um custo ao sair para o mar e não existe a certeza de uma boa produção. Devido a todas essas dificuldades ele relata que seus filhos preferem ter uma atividade assalariada “certa” e, onde poderão ter ainda o recebimento de férias e 13º salário, onde na pesca estes apenas podem esperar pela época de se aposentar pela colônia, ganhando um salário mínimo. Esse senhor tem dois filhos, um é marinheiro de lancha e o outro trabalha em outro barco que também faz a travessia para Toquinho.

É possível perceber que a falta de reconhecimento da atividade pesqueira, os altos custos de uma pescaria e os baixos rendimentos com a atividade tem desmotivado a continuação dos mais jovens na pesca artesanal. Aqueles pescadores que souberam aproveitar a época “boa”, quando a produção pesqueira era suficiente para viver,

²⁶ Ver: MAIA (2009).

conseguiram adquirir barcos, imóveis e hoje tem uma vida mais tranquila. Mas aqueles que não conseguiram obter tais seguranças financeiras vivem hoje na busca por sobreviver de diferentes formas e continuar resistindo.

As marinas (figuras 29 e 30) – em funcionamento e em construção – de Sirinhaém tem sido uma oportunidade de renda “certa” visualizada pelos pescadores que antes dependiam apenas dos recursos pesqueiros, bem como são também uma oportunidade de continuar a conviver no ambiente marinho, apesar de aumentar os impactos negativos à atividade pesqueira com a presença das lanchas no estuário e ocupação de áreas que antes eram utilizadas coletivamente pelos pescadores.

Ao mesmo tempo em que trazem novos postos de trabalho, as marinas também tem gerado alguns conflitos na região, pois, estas são exemplos da expropriação dos espaços dos pescadores – onde estão os barcos artesanais – a partir do aumento de turistas de veraneio que possuem lanchas e iates atracados nas Marinas. Os donos dos iates e lanchas são, em geral, veranistas da praia de Toquinho, Serrambi e Carneiros.



Figuras 29 e 30: Marina em funcionamento e em construção em Barra de Sirinhaém. Fonte: o autor.

Em depoimento do senhor de um morador de Barra de Sirinhaém e funcionário aposentado do IBAMA, em 2013, seu trabalho era fazer o levantamento pesqueiro da área e na época haviam 245 embarcações em Barra de Sirinhaém. Hoje, segundo dados fornecidos pela colônia, há cerca de 120 embarcações. No entanto, existem cerca de seis a sete barcos parados no porto de Barra de Sirinhaém por falta de pescador. Muitos donos de barco ficam à espera de companhia para ir ao mar, pois, muitos pescadores já deixaram de pescar para trabalhar nas indústrias de Suape.

Os pescadores não souberam informar ao certo quantos saíram para trabalhar nas indústrias de Suape, mas com certeza muito mais de cem pessoas. O trabalho assalariado tem gerado a perda da sociabilidade entre a comunidade pesqueira, pois daqueles que saem pouco se tem notícia, originando uma grande mudança na dinâmica social pesqueira. Mudança esta, que é muito mais impactante do que as ofertas de trabalho nas lanchas ou nas casas dos veranistas.

A partir da chegada dos empreendimentos de Suape muitas transformações ocorreram, não apenas na conversão de pescadores em assalariados, mas tem também na própria localidade. Em relato do Analista Ambiental da APA Guadalupe, que reside no município de Sirinhaém: *“Tem muita gente que não é de Sirinhaém morando lá, vieram pra cá por conta de Suape, vem gente boa e gente ruim; hoje em dia eu não saio à noite de casa, tá difícil a situação”*.

A violência tem crescido bastante no município de Sirinhaém e muitos pescadores relataram o medo de chegar do mar tarde da noite, bem como de não poder guardar nada nos barcos, pois desaparece. Segundo relatos, há agenciadores que procuram pessoas em diferentes localidades para trabalhar nas empresas de Suape e algumas dessas pessoas nem sempre conseguem oportunidade de trabalho e como muitas vezes não tem dinheiro para voltar para casa, acabam ficando por ali. Assim como também há aqueles que perdem o emprego e então procuram construir uma moradia, em geral, dentro do mangue, na espera de conseguir alguma coisa para poder voltar para suas famílias. Em geral, essas pessoas de fora procuram se inserir na prática pesqueira para sobreviver.

A população do município de Sirinhaém que era cerca de 30 mil habitantes antes dos empreendimentos de Suape, passou a mais de 40 mil habitantes, segundo dados do último censo do IBGE. Durante o trabalho de campo a todo o momento eu ouvia conselhos de que era para eu ter cuidado, pois a violência em Sirinhaém estava muito grande. Cheguei a ouvir o seguinte relato de um morador de Barra de Sirinhaém: *“eu vi uma cena em Sirinhaém que eu pensei que nunca ia ver; um helicóptero da polícia com uma metralhadora na porta e cheio de carro rodando em Sirinhaém para pegar traficante; uma cidade do interior, em Barra de Sirinhaém”*.

Todas essas mudanças ocorridas em Sirinhaém foram apenas o começo de tantas outras que, inevitavelmente, ainda irão surgir. Pois, o município é alvo de muitos outros empreendimentos turísticos e industriais que irão futuramente lá se instalar. Como foi possível perceber, em campo, ainda dá tempo de começar um planejamento em busca de um desenvolvimento local que leve em conta a especificidade da comunidade pesqueira e procure mitigar os impactos desses empreendimentos na população em geral.

CAPITULO 3

3.1. OS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS EM SIRINHAÉM

Em Sirinhaém não existe um incentivo por parte do município em explorar o turismo de baixo impacto, em pequena escala, ao invés disso tem existido incentivos para a instalação do turismo de grande escala, através da construção de grandes resorts que irão trazer muitos impactos ao ambiente e, no entanto, os benefícios para a comunidade local são incertos.

Desde o início da década de 90 que existem projetos para o desenvolvimento de megaempreendimentos hoteleiros em Sirinhaém. A Política Nacional de Turismo entendia que a construção desses projetos era o modelo mais adequado para o litoral sul de Pernambuco e na época foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste²⁷ (PRODETUR). Entre as propostas apresentadas pelos estados do NE, destacaram-se o Projeto Costa Dourada, em Pernambuco e Alagoas (OLIVEIRA et al, 2009).

Em Pernambuco, o Projeto Costa Dourada previa a instalação do Centro Turístico Guadalupe (CTG) entre os municípios de Sirinhaém, Tamandaré e Rio

²⁷ O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. O PRODETUR/NE é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor (<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/apresentacao/gerados/apresentacao.asp>).

Formoso, com 8.805 ha de área e 15,5 km de litoral. Nessa época foi criada também a APA Guadalupe:

Ao longo do processo de licenciamento do CTG, em resposta às várias exigências do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi criada a APA de Guadalupe no sentido de regular o uso do solo, tanto na área interna do CTG, quanto na área de influência indireta, abrangendo um território de 44.799 ha. (Plano Manejo da APA Guadalupe, 2011).

Em Sirinhaém o Projeto Costa Dourada, concebido pelo Governo do Estado, teve como ponto estratégico a implantação do Centro Turístico Guadalupe (CTG), em 1993, que compreende as praias de Guaiamum, Gamela, Guadalupe e a Ilha de Santo Aleixo. O Centro Turístico de Guadalupe não se desenvolveu devido à falta de investimentos privados, à concentração de grandes áreas de terra nas mãos de poucos proprietários, que visavam aguardar a valorização imobiliária da área, entre outros fatores.

O objetivo inicial do plano do CTG, com fins de desenvolvimento turístico, setorizando as zonas em áreas litorâneas, de veraneio e comerciais, não se concretizou pela dificuldade de captação de investimentos pela iniciativa privada, por falta de saneamento básico e abastecimento de água (PDDITS, 2002).

A APA de Guadalupe, inserida nesse contexto de expansão do turismo, foi criada para tenta conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade local. Porém, para atingir tal objetivo são indispensáveis ações integradas, participativas e adequadas à realidade da região. É necessário um maior comprometimento dos gestores públicos na busca desses objetivos, pois, é visível a falta de infraestrutura em Sirinhaém, mesmo após diversos recursos advindos do PRODETUR, como também do PROMATA. E então fica a pergunta, se até agora o município não possui um eficiente saneamento básico, nem abastecimento adequado de água, como pode querer receber mega projetos turísticos que irão impactar mais ainda a localidade?

Segundo depoimento do Analista Ambiental da APA Guadalupe:

“A água captada pela COMPESA pra Sirinhaém é do rio Sirinhaém, tem tratamento, mas mesmo assim... tem dia lá em Sirinhaém que água não dá pra usar pra nada, sai amarela das torneiras (por causa da poluição das usinas). Na entrada da cidade tem estação de esgotos mas é pequena, não dá suporte e os esgotos fica sempre estourando e vai parar no rio. Tem dois pontos que atinge o rio, lá no cavouco

(perto do rio morto que desagua no rio Sirinhaém) e outro ponto em Santo Amaro, próximo também ao rio Sirinhaém. De vez e quando a gente passa por lá fazendo monitoramento e tá estourado”

Em geral, os empresários desses megaempreendimentos não auxiliam na instalação da infraestrutura dos municípios, recebem incentivos fiscais e financeiros e ainda isenção de impostos e, em contrapartida geram poucos postos de trabalho para a população local. Esta recebe geralmente empregos menos qualificados e a partir de relações trabalhistas informais e temporárias. Há ainda pouca ou nenhuma preocupação em mitigar os prejuízos na vida da população afetada pela implantação desses megaprojetos, pois, esta não é a principal beneficiária das ações planejadas, e quando os projetos promovem ações para minimizar algum dano, apenas configuram-se como formas de mascarar o “descaso planejado” (SCOTT, 2009).

Os grandes empreendimentos turísticos precisam ser planejados em áreas que possuem boa infraestrutura, projetos de capacitação profissional, projetos de proteção ambiental e histórico-cultural. Entretanto, há grandes projetos para o município de Sirinhaém e, em um cenário onde falta investimento em infraestrutura básica, tem ressurgido novas ações do Projeto Costa Dourada.

A praia de Guadalupe, em Sirinhaém, no litoral sul de Pernambuco, ganhará um grande hotel até o início de 2014, ano em que o estado receberá a Copa do Mundo FIFA. O empreendimento da rede Sesc, dirigida no estado por Josias Albuquerque, presidente da Fecomércio, deve receber um investimento entre R\$ 45 e R\$ 50 milhões (JC Online, em 30/10/2012).

http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2012/10/30/sesc_vai_construir_hotel_escola_na_praia_de_guadalupe_em_sirinhaem_140812.php

O município de Sirinhaém avança em sua segunda fase de investimentos turísticos, pois a região passa por um momento de desenvolvimento local desde a implantação do Porto de Suape e suas indústrias relacionadas. Além das empresas de Suape, que absorvem trabalhadores de diferentes municípios, as prefeituras adjacentes à Ipojuca e ao Porto de Suape (como é o caso de Sirinhaém) têm criado incentivos diversos, bem como promovido acirradas disputas pelos novos empreendimentos que prometem se instalar no litoral sul de Pernambuco.

Sirinhaém tem congregado novos empreendimentos industriais e turísticos em face ao desenvolvimento econômico da região - Centro de Turismo e Lazer Sesc Sirinhaém na praia de Guadalupe; a indústria metalúrgica MCE Engenharia, através de sua subsidiária em fabricação MKS Caldeiraria Industrial e Comércio (empresa especializada na fabricação de tubulações e estruturas metálicas) já em produção desde 2012 e mais outras três: DGA Montegem; Indústria Charters e Chemical – e em atuação conjunta entre governo estadual e prefeitura já tem-se iniciado incentivos ao crescimento imobiliário e turístico da região como a recente inauguração, em julho de 2012, da Ponte do rio Ariquindá que liga as praias de Carneiros (em Tamandaré) e Guadalupe (em Sirinhaém) e que já estava há 10 anos em processo de construção, desde o PRODETUR/NE I. Bem como a Prefeitura de Sirinhaém também deu início a reforma do Pier Mariassú, entre Rio Formoso e Sirinhaém.

Uma área de 37 hectares, na margem da PE-60, em Sirinhaém, por exemplo, vai se transformar: a cana-de-açúcar vai dar espaço para quatro indústrias que manifestaram interesse e devem se instalar nessa área, nos próximos meses. Esse é só o começo: a usina já disponibilizou outros 62 hectares para a ampliação do Distrito Industrial do município. Sirinhaém tem pouco mais de 40 mil habitantes. Até o ano passado, os jovens tinham duas opções: trabalhar no comércio ou no corte da cana. Agora, tudo está mudando. A primeira indústria da cidade, uma metalúrgica, já começou a produzir, fazendo tubos para a Refinaria Abreu e Lima e gerando 400 empregos (Site de notícias, em: 10/10/11 <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2011/10/cana-de-acucar-perde-espaco-para-industria-no-litoral-sul-de-pe.html>)

Existem ainda outros empreendimentos previstos para a região, como parte do Plano de Investimentos em Logística do Governo Federal:

Uma ferrovia que terá, ao todo, 893 km de extensão e cruzará 37 cidades nordestinas nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, sendo cinco municípios na região sul do Estado (Rio Formoso, Gameleira, Ribeirão, Sirinhaém e Ipojuca). O prazo dado em recente reunião da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em 02/07/13, é de 3 anos para a implantação e a Ferrovia cruzará Rio Formoso, Gameleira, Ribeirão, Sirinhaém e Ipojuca (<http://pedesenvolvimento.com/2013/07/16/ferrovia-feira-de-santanasuape-cruzara-5-municipios-pernambucanos/>).

Duas novas ferrovias poderão passar por Pernambuco e colocar em alta as possibilidades logísticas de dois grandes polos de desenvolvimento do estado, Suape e Goiana. A primeira, em estudos mais avançados, contempla 893 quilômetros e ligará Ipojuca até Feira de Santana, na Bahia. Já a segunda malha ferroviária, ainda em estágio embrionário e sem projeto pré-

definido, partiria de Goiana até Aratu, também na Bahia e teria aproximadamente 800 quilômetros
(http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/06/05/internas_economia,443130/ferrovias-viabilizam-a-logistica-de-polos.shtml).

Durante a primeira fase do PRODETUR/NE I (1991 – 2005) muitos investimentos foram realizados no litoral de PE e atualmente está em andamento à segunda fase do PRODETUR/NE II que passou então a incorporar princípios do desenvolvimento sustentável através de um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) e entre suas diversas ações objetiva-se o fortalecimento da capacidade local de gestão do turismo (BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, 2002).

Os recursos do PRODETUR/NE I foram aplicados para desenvolver o litoral de PE entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho até o norte de Alagoas e duas de suas obras, o Pier de Mariassú e o Heliporto, permaneceram estagnadas por um bom período. O projeto denominado “Costa Dourada” que teve sua ação concentrada na implantação do Centro Turístico de Guadalupe (CTG) não teve os investimentos privados esperados, mas, a intenção de construções de Resorts de luxo no local permanece e um exemplo é o projeto de um Hotel Dorisol (cadeia portuguesa de hotéis de luxo) em Sirinhaém, que busca tão somente por investidores (CORDEIRO, 2007).

Ainda em 2005 o site JC On-line veiculou matéria sobre a aquisição de uma área de 120 hectares na Praia de Guadalupe pelo grupo empresarial pernambucano JCPM:

Paes Mendonça projeta investir em turismo de luxo numa área total de 120 hectares. ‘Queremos investir num segmento que trará grande desenvolvimento econômico para Pernambuco’, afirma o empresário João Carlos Paes Mendonça sobre a finalidade do imóvel que acabou de comprar. Ele disse que vai estudar que tipo de projeto implantará na região - batizada de Costa de Guadalupe. ‘Uma coisa é certa: a meta é atingir um público que procura serviços de luxo, provavelmente em parceria com alguma grande cadeia hoteleira internacional. Outra preocupação é preservar ao máximo a área, numa tendência de valorização dos aspectos ecológicos que hoje é um dos grandes filões do turismo internacional’ (Apud CORDEIRO, 2007).

E em julho de 2013 foi veiculado na mídia a notícia de que: o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto Costa de Guadalupe (figura 31), empreendimento do grupo JCPM já havia sido finalizado e o documento destaca as etapas de implantação da obra do Condomínio que tem como objetivo atender parte da

demanda hoteleira do Estado que segue para o litoral sul. A área do empreendimento localiza-se na praia de Guadalupe, entre a foz do rio Formoso e a praia de Gamela, no distrito de Barra de Sirinhaém, município de Sirinhaém e prevê a realização de obras na infraestrutura da região de Sirinhaém e, na própria área do empreendimento, com investimentos em valor total estimado de R\$ 325 milhões. É um mega empreendimento que conta com um Resort na beira mar, bangalôs, campo de golfe, heliporto, entre outras estruturas.

Figura 31: Mapa do Empreendimento Costa de Guadalupe (em laranja). Fonte: adaptado do RIMA do Projeto Costa de Guadalupe, 2010.

“Já tem vigia na área, já estão restringindo o acesso. Quando a gente foi fazer a vistoria teve um cidadão lá na moto que ficou seguindo a gente, mas a gente eles não barram. Os moradores vieram se queixar que estavam impedindo o acesso deles a praia. Chegamos a intimar o projeto”.

Apesar das cercas, placas com proibição de entrada (figura 32) e da circulação de seguranças na área de Guadalupe, o Projeto Costa de Guadalupe ainda não obteve a aprovação de seu EIA/RIMA. Este foi indeferido uma vez e a consultoria responsável pelo projeto entrou com recurso, houve uma segunda vistoria da CPRH e o projeto foi indeferido novamente.



Figura 32: Entrada do empreendimento Costa de Guadalupe. Fonte: a autora.

Atualmente a CPRH aguarda os ajustes ao projeto, pois a consultoria ainda tem a oportunidade de apresentá-lo novamente para uma terceira vistoria. A gestora da APA Guadalupe relatou que a consultoria responsável pelo RIMA do Projeto Costa de Guadalupe já foi convidada para ir à sede da APA de Guadalupe (em Tamandaré) para apresentar o projeto ao conselho gestor da APA, mas nunca compareceram.

Esse megaempreendimento na área de Guadalupe irá afetar não apenas aos moradores de Sirinhaém, mas também aos municípios vizinhos, como por exemplo, Rio Formoso e Tamandaré. Pois os manguezais desses municípios se interconectam e a população pesqueira é desloca-se por diferentes áreas em busca de uma melhor pescaria.

Em 31 de outubro de 2013 houve uma audiência pública em Rio Formoso, solicitada pela câmara municipal local onde há o vereador e também pescador Francisco de Assis (Chico da Colônia), para tratar sobre o Projeto Costa de Guadalupe. Na ocasião, a população de Rio Formoso estava apreensiva devido aos impactos que esse mega empreendimento irá causar na pesca artesanal do município, pois muitos pescadores – de Sirinhaém, de Rio Formoso e de Tamandaré – utilizam a área de

Guadalupe para pesca estuarina. Na fala da secretária de Educação de Rio Formoso: *“desenvolvimento sem sustentabilidade é destruição”*.

A principal preocupação dos pescadores é em relação ao acesso ao manguezal, pois, na área da praia dos Carneiros, em Tamandaré, não foi deixado nenhum acesso para o mar após a criação deste município que antes pertencia a Rio Formoso. As pessoas apenas podem entrar na praia dos Carneiros se forem consumir algo nos restaurantes da beira mar. Segundo explicação da gestora da APA de Guadalupe à população presente na audiência em Rio Formoso, por lei, a prefeitura tem a responsabilidade de abrir acessos para a praia a cada 250 metros e, que a população deve ficar em alerta e participar das reuniões do conselho gestor da APA de Guadalupe, reivindicando previamente seus direitos para não acontecer o mesmo que na praia de Carneiros – que atualmente possui processo no Ministério Público sobre a falta de desses acessos. Ao final da audiência, uma marisqueira de Rio Formoso pediu a fala para expressar sua preocupação pelo empreendimento Costa de Guadalupe: *“os empreendimentos é feito para eles ter lazer e nós como pescadores e marisqueiras perdemos o nosso lazer”*. Pois, geralmente esses megaempreendimentos dificultam a permanência de pessoas na frente de suas estruturas, bem como a própria imponência dessas construções constrange às pessoas de aproveitar esses espaços de praia “privados”.

Nessa audiência, em Rio Formoso, não estiveram presentes os representantes de Sirinhaém e nem de Tamandaré, apesar de terem sido convidados. Também não compareceram os representantes do SPU e nem da MARINHA. A maioria dos pescadores de Sirinhaém ainda não está sabendo desse projeto e é perceptível que o fato de haver um vereador em Rio Formoso que é também pescador (ex-presidente da colônia) facilita na articulação deste município, que será indiretamente afetado pelo empreendimento Costa de Guadalupe.

No município de Sirinhaém tem o estuário do Rio Sirinhaém que se conecta ao estuário de Ipojuca. E ao final da área municipal há outro estuário que se conecta ao estuário de Rio Formoso e parte de Tamandaré através dos rios Dos Passos e Mariassú, onde se encontra a praia de Guadalupe.

O rio Mariassú (figura 33) se encontra completamente dentro da área do mega empreendimento Costa de Guadalupe e é um estuário muito utilizado pelos pescadores e marisqueiras, no entanto, no EIA/RIMA do empreendimento não consta nenhum levantamento sobre os usuários da área estuarina.



Figura 33: estuário de Rio Formoso, do rio dos Passos e do rio Mariassú. Fonte: Google Earth.

O estudo do empreendimento de Guadalupe não menciona os impactos do projeto na população pesqueira da região e o próprio EIA/RIMA do projeto de Guadalupe relata (sobre a área afetada):

"Até o momento, não foi realizada uma contagem populacional para calcular média sazonal (alta e baixa estação de turismo) de pessoas que transitam com frequência na área, ou que a usam como fonte de renda. Há, entretanto, o interesse da Prefeitura de Sirinhaém em conhecer esses números em relação às áreas contíguas, no intuito de melhor dimensionar o planejamento das ações de controle necessárias ao uso adequado dos espaços considerados. Vale, mais uma vez, ressaltar que se trata de população flutuante, oriunda de outras localidades e que, quando ocorrem, suas visitas à praia de Guadalupe são de curta duração, já que não se conta no local com infraestrutura adequada e com atrativos de comércio e de serviços de apoio a esse tipo de uso" (RIMA do Projeto Costa Guadalupe, p.92, 2012).

Observa-se que não há uma preocupação em realizar um estudo sobre a população que diariamente utiliza a área. Porém, o RIMA do Projeto Costa de

Guadalupe menciona que a fase de implantação perdurará por quinze anos, então é imprescindível garantir o acesso ao estuário de Guadalupe aos usuários da área.

É necessário, então, um estudo minucioso para poder ter os reais dados de utilização da região afetada pelo empreendimento, pois, constatei em conversa com a pesquisadora Beatriz Mesquita, que analisa a pesca em Tamandaré, que existem relatos de pescadores estuarinos e marisqueiras do estuário de Tamandaré (figura 34) que se deslocam até Guadalupe, em Sirinhaém – de barco, pelo próprio estuário.

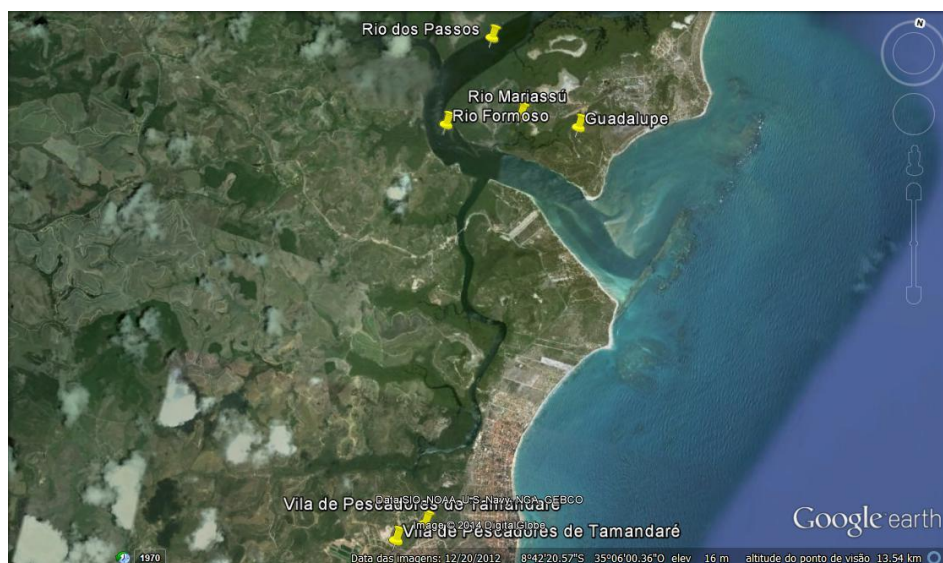


Figura 34: Estuários de Guadalupe, Rio Formoso e Tamandaré. Fonte: Google Earth.

Os projetos de desenvolvimento local geralmente não contemplam os pescadores artesanais e a pesca artesanal não é mencionada como atividade produtiva em nenhum estudo oficial sobre o município de Sirinhaém. No entanto, é notório que a pesca artesanal é atividade produtiva muito importante na região.

“Geral em Barra de Sirinhaém são 3700 pescadores, associados na colônia hoje são 576 (mulheres) e 353 (homens), só da Barra e incluindo Ao Ver o Mar também. Mas no município geral tem na faixa de 5600 a 6000 pescadores”.

(Pescador (50 anos) e Presidente da Colônia Z-6, Barra de Sirinhaém).

3.2. OS PRINCIPAIS IMPACTOS NA DINÂMICA SOCIAL PESQUEIRA

A perpetuação da atividade pesqueira tem sofrido sério risco de sobrevivência, pois, além da escassez de pescadores e dos antigos impactos relacionados à produção de cana-de-açúcar e da carcinicultura, tem-se acelerado também os impactos dos empreendimentos turísticos, que longe de conseguirem promover o fortalecimento da capacidade local de gestão, têm apenas reproduzido a permanência da comunidade em posições subalternas de decisão sobre seu próprio destino.

Os impactos da produção de cana-de-açúcar são antigos e difíceis de serem resolvidos, pois, são muitas as usinas a despejarem a vinhaça no rio Sirinhaém e não existe uma preocupação em fiscalizar cada uma delas. A usina Trapiche possui um sistema de canalizações da vinhaça é usada na irrigação da plantação e que acaba sendo carregada para o rio através das chuvas.

A poluição das usinas, pelo vinhoto, atinge mais diretamente ao município de Sirinhaém, pois, o rio do município recebe braços de rios de diferentes municípios, como por exemplo, de Ipojuca, Rio Formoso e Barreiros. Segundo o Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul (CPRH, 1999), o Rio Sirinhaém possui em sua bacia algumas cidades e indústrias de médio e grande porte, tais como: as fábricas Capri e Faco (em Ribeirão), a destilaria Amaraji (em Amaraji), as usinas Pedrosa (em Cortês), Estreliana (em Ribeirão), Cucaú (em Rio Formoso) e Trapiche (em Sirinhaém), por isso recebe uma carga elevada de efluentes (domésticos e industriais).

Segundo o presidente da colônia de Ipojuca:

“Tem usinas que soltam vinhoto no rio Sirinhaém e tem as que soltam no rio Ipojuca. Só que Ipojuca e Sirinhaém têm braço de rio que cruzam um ao outro. O vinhoto que é soltado em Ipojuca desagua no rio em Suape, ali em Muro Alto, tem outro que desagua em Maracáipe e tem outro passando por trás de Serrambi que desagua no rio Sirinhaém. Da mesma forma o que sai de Sirinhaém vem pra nossa localidade, em Ipojuca, afetando esses dois municípios”.

Outro problema é a carcinicultura, que em Sirinhaém, ocupa uma área de 70 ha incluindo quatro fazendas, além do laboratório da Netuno Pescados e segundo SELVA et al (2006) os impactos referentes às fazendas de camarão (despejo de produtos químicos no mangue, desmatamento, invasão da casa dos pescadores, mortandade de

peixes) tem ocasionado muitos conflitos e muitos pescadores relatam que tais empreendimentos, construídos em propriedades privadas e contendo muros de proteção, tem restringido o acesso dos pescadores ao mangue e às suas áreas de pesca. Na praia de Gamela, próximo à área de cultivo dos camarões, existem algumas casas de veranistas onde os poços de água estão contaminados, segundo relatos dos moradores da região.

Geralmente as áreas onde são estão os viveiros de camarões são junto ao manguezal e este recebe toda a carga poluente advinda da ração e produtos químicos utilizados nesses viveiros. Essa poluição provoca a salinização do lençol freático e a eutrofização do ambiente aquático e *“segundo o IBAMA, os impactos ambientais são inegáveis e resultam, principalmente, do mau planejamento e da má gestão de alguns produtores e das instituições governamentais envolvidas, mais do que propriamente de uma consequência natural dessa atividade”* (LEROY, 2004 p.11).

Os pescadores de Barra de Sirinhaém têm também convivido com a diminuição de seus espaços em decorrência, do turismo náutico, que traz consigo a crescente construção de marinas junto ao porto onde antes os pescadores atracam seus barcos (figura 35). Esse turismo náutico tem gerado situações de conflito entre os pescadores artesanais e as marinas locais, pois, há um crescente número de lanchas e jet-ski, oriundos sobretudo dos veranistas da praia de Toquinho.

E sobre esse fato o presidente da colônia de Barra de Sirinhaém comenta:

“E a gente tá sem espaço no nosso território... não tem mais local nem de colocar o barco, amarrar os barcos na beira do rio porque as marinas já comeram todos os espaços. Em Barra de Sirinhaém a área de se colocar barco não tem mais, porque já foi tudo vendido. A gente é quem briga com a pessoa que compra o terreno pra não deixar fechar porque se a gente não botar o pé eles fecham mesmo e a gente fica sem espaço e os barcos vão pra o meio do rio porque as prefeituras é quem comanda agora os 33 metros, a marinha lavou as mãos, é lei federal do SPU que diz que as prefeituras é que mandam agora dos 33 metros pra cima e a marinha só manda de onde a água bate pra baixo e então é liberado tudo e a gente fica sem ação nenhuma, não tem mais espaço pra amarrar a embarcação, não tem local pra andar pra ir para o manguezal. E agente vai colocar nossa embarcação aonde? No fundo do quintal do usineiro?”



Figura 35: Rampa da Marina em Barra de Sirinhaém. Fonte: a autora.

A comunidade pesqueira de Sirinhaém tem tentado garantir o território tradicional pesqueiro e há relatos de que a demora na criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca tem prejudicado a luta dos pescadores:

“A gente está perdendo o território pesqueiro.... E quando o governo do Estado e o governo federal resolver fazer a RESEX a gente já não vai ter mais espaço.. ai não vai adiantar mais de nada, pois eles não vão pagar pra destruir as Marinas... não vai e a gente já dançou” (Pescador de Barra de Sirinhaém).

Até os pescadores que trabalham nas marinas reconhecem a perda do território pesqueiro:

“Eu trabalho numa marina, mas sou até contra... tem uma marina que já tomou o espaço do pescador e pra cá, onde os pescador fica, já vai ter outra marina e daqui apouco os pescador não vai ter onde botar os barcos. Porque a marina precisa de uma área calçada pra lancha subir. Eu fico olhando assim... meu Deus onde os pescador vão parar...vão expulsar os pescador dali, pois parece que eles já ganharam a licença de fazer a rampa”.

Esses impactos do turismo na atividade pesqueira tendem a aumentar devido aos projetos de megaempreendimentos para a região. Dentre os diversos impactos já relatados pelos interlocutores, os principais foram:

- A alta velocidade pela qual essas lanchas trafegam, limitando a atividade pesqueira, visto que esses veículos cortam as redes dos pescadores de rio e chegam até a colidir com estes.
- Erosão na área do manguezal, devido às ondas formadas pelo intenso tráfego de lanchas e *jet-ski*, prejudicando também as espécies aquáticas.
- Poluição do rio com o óleo das lanchas e *jet-ski*.
- Risco de acidentes na faixa de praia por causa dos veículos (moto, *buggy*, etc).
- Aumento da especulação imobiliária e do custo de vida.
- Aumento do acúmulo de lixo e mau funcionamento da rede de esgoto e de abastecimento de água.

Segundo relato de uma marisqueira:

“os marinheiros das lanchas não respeita a gente, quando vê as marisqueiras, os pescadores naquelas canoinhas pequenas, respeite... Teve uma vez que quase mata a gente, na carreira que ele veio com tudo, só Deus que livrou a gente, a canoa subiu com tudo. Você que no rio não tem onda, mas na carreira que eles vêm forma uma onda tão grande, quase se acaba tudinho” (Marisqueira de Barra Sirinhaém).

Os pescadores relatam que não são contra a vinda dos veranistas, até porque a presença dos turistas facilita a venda direta dos pescados e aumenta a renda local, mas que é preciso haver fiscalização e ordenamento da orla e do tráfego das lanchas nos rios. O que mais preocupa os pescadores são os projetos de megaempreendimentos e a consequente incerteza de acesso aos locais das pescarias. Segundo depoimento de Frei Sinésio (agente da CPT):

“Nós não somos contra o desenvolvimento, os empreendimentos; que venham, pois geram emprego e renda, mas que respeite os territórios dos pescadores e as questões ambientais. Quem é doido de ser contra Suape que gera milhões de empregos e receita para o estado e para o Brasil, ninguém é irresponsável. Queremos que o litoral de Pernambuco tenha lugar pra todo mundo, o que a gente quer é somente isso” (Agente da CPT).

O complexo portuário de Suape, não apenas tem causado impacto na cultura local, ao atrair os pescadores para os seus postos de trabalho, mas mesmo os que permanecem na atividade pesqueira relatam que o constante fluxo dos navios tem interferido na prática pesqueira, de alto mar:

“O navio vem e não respeita, ou sai da frente ou morre, eu já cortei as cordas mais de quatro vezes pra sair da frente de noite, quando o cara vê tá em cima, porque a velocidade dele é muita. um barquinho com 10 metros e eles com 200 a 300 metros. O pequeno que saía da frente... uma casca de coco que tiver na frente o radar acusa, eles tem que dá abordada (buzinar) pra tirar aquela navegação da frente. Uma vez um navio levou um tambor que a gente usa pra botar a isca, foi uma sorte, passou bem pertinho, já pensou se a gente tivesse tudinho dormindo?”

A preocupação com a maneira como vem sendo planejado o turismo no litoral sul tem preocupado também os pesquisadores que trabalham na região, segundo depoimento de Beatriz Mesquita (Pesquisadora da FUNDAJ):

“sobre a questão do turismo (de grade impacto): nós temos a opção, é uma questão de escolha do governo do estado de PE optar por um turismo que está causando grandes impactos. Nós teríamos o turismo comunitário, por exemplo. A questão do turismo náutico, nenhum praticante no estado praticamente utiliza a vela, que é um esporte que causa muito menos impacto. Existe esse direcionamento que poderia ser dado pelo governo e pela sociedade como um todo pra um turismo menos impactante e inclusive os pescadores auferir renda praticando um turismo nessa região”. Acho que não precisamos escolher ter turismo ou não ter turismo e sim qual o é o de turismo que se deve fazer numa região como essa, principalmente sendo criada uma RESEX. E a gente tá atropelando e o turismo tá vindo e a gente não vai ter essa opção no futuro... essa opção não vai ser possível”.

Observa-se que mesmo a presença da APA de Guadalupe não garante o desenvolvimento de um turismo sustentável na área, pois, há apenas dois funcionários na sede da APA e estes não possuem meios de estarem fiscalizando a área de abrangência da APA de Guadalupe, envolvendo os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros. A presença dessa Unidade de Conservação é ainda utilizada para validar o discurso de preocupação ambiental pelos agentes dos megaempreendimentos previstos para a região. Segundo relatos do agente do CPP, Severino Santos: *“a criação da RESEX foi solicitada justamente por ver que as APAs Estaduais já existentes não garantiu a sustentabilidade da atividade pesqueira, mas incentivou o turismo e a ocupação imobiliária da área”.*

O presidente da colônia Z-6 (Barra de Sirinhaém), reclama da demora no processo da criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca:

“Mesmo depois de todos os estudos (criação da RESEX), nada foi feito e há anos que sofremos com o derramamento do vinhoto e agora com o desenvolvimento do turismo a RESEX Sirinhaém não sai, mas está se construindo varias Marinas... Agora RESEX não se cria porque o governo do estado não é favorável ao pescador, mas pra se criar marinas e abranger o turismo o CPRH e o IBAMA libera tudo e o ICMBIO com todos os estudos não libera a RESEX e agente é quem sofre e esse grande empreendimento que vai se fazer agora ali em Guadalupe vai acabar completamente com nosso estoque pesqueiro, vai acabar com tudo. Porque ali vai abranger mais o turista, lanchas, catamarãs, vai arrasar com tudo. A gente quer uma solução, agente já tá cansado”.

As transformações na dinâmica pesqueira, decorrentes do aumento das atividades turísticas em Sirinhaém foram relatadas de maneiras diversas pelos distintos pescadores artesanais da região. No estuário de Gamela, no rio Dos Passos, apenas existe a implantação dos viveiros de camarões, sendo o fluxo de lanchas e jet-ski mais intensos nos estuários de Sirinhaém e de Rio Formoso.

Quadro 1: Impactos do Turismo Náutico na Pesca Artesanal pela Percepção dos Pescadores de Sirinhaém.

Visão dos diversos atores sociais	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Pescadores de rio/Barra de Sirinhaém	Maior venda direta de pescados	Navegabilidade limitada no rio Sirinhaém e poluição
Pescadores de mar	Maior venda direta de pescados	Não há
Pescadores estuário/Barra de Sirinhaém	Maior venda direta dos pescados	Navegabilidade limitada no rio Sirinhaém e poluição
Pescadores estuário/Gamela	Maior venda direta dos pescados	Não há

Fonte: a autora

Muitos dos pescadores de Sirinhaém, mesmo passando por todas essas dificuldades, ainda localizam-se bem próximos ao porto local, diferentemente de outras praias do litoral sul onde a comunidade pesqueira reside na periferia dos municípios. Mas, tal fato é devido à inexistência de projetos turísticos para a orla de Barra de Sirinhaém, pelo fato da praia ser pouco frequentada por turistas por causa da foz do rio Sirinhaém. E é visível que até as ações previstas pelo PROMATA e pelo PRODETUR

para a orla de Barra de Sirinhaém nunca foram executadas, como por exemplo, a estruturação da orla e do porto local, maior valorização e divulgação do município e da cultura local. “Este fato reflete tanto a falta de controle das ações apresentadas dentro da região, quanto da ausência de integração entre as secretarias e destas com a sede desses programas” (OLIVEIRA et al. 2009, p.62). Os pescadores artesanais reclamam do fato de não haver políticas públicas efetivas na orla, como por exemplo, a construção de passeios públicos e, que a falta de estrutura de embarque no porto é mais um motivo que tem afastado os turistas de embarcarem em Sirinhaém para conhecerem a Ilha de Santo Aleixo.

Apesar da existência de propostas com base em princípios de sustentabilidade e participação social nos diversos projetos já mencionados para o litoral sul de PE, na prática essas propostas não se tornaram realidade ainda. Pois, *“defender ou falar da natureza expressa uma polissemia de convicções e projetos que nem sempre dialogam entre si, no entanto, a intenção de preservá-la atribui aos que fazem uso desse discurso uma possibilidade a mais para que obtenham o reconhecimento social e político”* (SILVA e GEHLEN, 2013).

A população local, em geral, não está informada sobre os projetos para a região, confirmando a estratégia da desinformação como meio de evitar qualquer forma de resistência aos projetos (ACSELRAD et al., 2009). A criação da APA de Guadalupe não inibe os impactos negativos das transformações ambientais que já se fazem presentes e a falta de condução e controle municipal evidencia as práticas incompatíveis com a sustentabilidade socioambiental da região. Segundo (OLIVEIRA et al. 2009), a maior parte das ações realizadas no litoral sul de PE se mostram paradoxais e inconsistentes, por causa de um discurso que busca se aproximar de uma maior responsabilidade social e ambiental e que reflete-se na prática a partir de ações que enfatizam apenas a dimensão econômica.

3.3. A PLURALIDADE EPISTEMOLÓGICA E O RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE

Em Sirinhaém a cultura da pesca artesanal tem resistido e se perpetuado mesmo diante da crescente intervenção do desenvolvimento econômico na população litorânea local. Os crescentes empreendimentos chegam com a promessa de diversificar as atividades econômicas do município, mas, irão inevitavelmente contribuir na alteração do território, de forma nem sempre benéfica para os pescadores.

Os pescadores procuram continuar existindo e, então, criam estratégias de reformulação da gestão do espaço e do tempo em virtude das intervenções de uma economia integrada à vontade do capital que se expressa através dos mais variados conflitos e impactos sobre os bens naturais, transformando-os em recursos e transformando os pescadores em assalariados.

Os pescadores percebem que o pescado diminui e as despesas aumentam, então, muitos almejam se inserir nos empregos das inúmeras marinas já instaladas na região. O trabalho nas lanchas é mais “leve” e mais “livre” do que em Suape, pois, podem continuar a exercer a prática da pesca artesanal durante a semana, já que os veranistas costumam ir ao litoral sul apenas nos fins de semana e feriados. E assim, os pescadores conseguem permanecer integrados em sua comunidade pesqueira contribuindo para a permanência da diversidade cultural da região.

De acordo com SANTOS e COSTA (2006), a comunidade de Sirinhaém não é consultada previamente sobre os projetos de desenvolvimento turístico a serem implantados e nem há incentivos à participação dos moradores em projetos locais e comunitários. A importância de um planejamento turístico que inclua a população local se reflete em um maior comprometimento das pessoas em fiscalizar, defender e monitorar os seus bens ambientais, obtendo assim, maior consciência no acompanhamento das atividades que afetam suas vidas.

Em Sirinhaém, ainda dá tempo de tentar de valorizar a pluralidade epistemológica dos pescadores artesanais no enfrentamento aos problemas socioambientais locais, reconhecendo as especificidades das distintas alteridades que compõe a riqueza cultural da região. Contudo, segundo SANTOS (1998), a ciência

conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas também o que é conhecimento válido. O referido autor argumenta que tal fato tem gerado o “epistemicídio” de diversas formas de conhecimento a partir do desaparecimento ou subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentam-se em conhecimento “não-válidos”.

QUIJANO; LANDER (2000) chamam à atenção ao fato de que o fim do colonialismo político não significou o fim do colonialismo como relação social – a colonialidade do poder e do saber – que tem gerado incompreensões a partir da negação da diversidade de saberes. E segundo SANTOS (1998), a alteridade colonial deu origem aos espaços de inferioridade, denominando-os como particular, locais, situacionais, pois, “a produção do ocidente como forma de conhecimento hegemônico exigiu a criação de um “outro”, constituído como desqualificado, inferior e por isso, disponível para ser usado e apropriado”. Na visão deste autor, “um dos acontecimentos mais importantes dos séculos XVIII – XIX foi a invenção do selvagem como ser inferior e a imposição da ideia de progresso científico e tecnológico como imperativo para atingir o estágio supremo do desenvolvimento – a civilização ocidental” (SANTOS, 1998 p.28).

O não reconhecimento das diferentes formas de saber tem gerado a dicotomia conhecimento-global-científico versus conhecimento-local-tradicional, e essa concepção tem gerado muitas vezes a defesa de um multiculturalismo reacionário e, então, SANTOS (1998), chama à atenção para o fato de que não existe um “saber local como um sistema monolítico e culturalmente delimitado”, pois, o saber é uma construção híbrida e também os “outros” conhecimentos não estão em oposição ao conhecimento moderno:

O “local” não deve ser entendido como espaço meramente reativo à modernidade, mas, significa a emergência múltipla de tentativas de progresso por vias diferentes, ou seja, outras modernidades. Em suma, os processos de globalização hegemônica e os fenômenos de localização são instâncias modernizadoras, embora representem modernidades alternativas (SANTOS, 1998, p, 28).

Em Sirinhaém, se houvesse o reconhecimento do saber local e o incentivo à participação da população e dos pescadores artesanais no planejamento dos projetos para o município, talvez, fosse mais fácil harmonizar os interesses econômicos e a

sustentabilidade da região. Mas estes não são vistos como atores competentes para gerir o ecossistema de maneira autônoma, entretanto, é necessário que a comunidade pesqueira se articule e procure participar dos espaços de debate sobre os projetos de desenvolvimento municipal, que exija a valorização de sua cultura e a efetiva implantação das ações que visam o desenvolvimento sustentável da região através do planejamento de projetos turísticos de baixo impacto e/ou através do empreendedorismo social²⁸.

Esse turismo em grande escala, como por exemplo, os resorts, apenas visam atender às expectativas do visitante, não permitem a interação entre o turista e o histórico cultural da comunidade. De acordo com a Associação Brasileira de Resorts, trata-se de um: *“empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na qual o hóspede não precise se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento. (confinamento) projetados para serem independentes de seus espaços circunvizinhos”*.

De acordo com CORDEIRO (2007), em vez de grandes esforços em capacitar a população local para os postos de trabalhos nos futuros resorts, *“o esforço reflexivo deveria se concentrar sobre estratégias inovadoras para se alcançar o desenvolvimento local”*. Pois, esses megaempreendimentos provocam a segregação social, aumentam a desigualdade social e mercantilizam o tempo e o espaço. Pois na sociedade moderna as pessoas, em geral, adquirem destinos turísticos que são vendidos como mercadoria, ou seja, não possuem nenhum valor de uso onde é produzido, mas apenas valor de troca para aquele que pretende adquiri-lo.

O planejamento do turismo tem sido orientado por padrões externos, onde o tempo e o espaço são ajustados ao ritmo do mercado, pois, as *“diferenças de estilos de vida e a disputa entre grupos sociais por marcas que os distingam passam a conduzir as normas e padrões de consumo, e mais, precisamente, a reorientar as construções das mercadorias”* (CAVALCANTI, 2004, p.22).

²⁸ Um interessante exemplo de empreendedorismo social pode ser encontrado no Ceará, onde a comunidade pesqueira da Prainha do Canto Verde se articulou em uma cooperativa para desenvolver a gestão do turismo local.

CORIOLOANO (2006) analisa simultaneamente os fenômenos do turismo e do trabalho, porque a sociedade moderna – orientada para o trabalho – consome a maior parte do tempo das pessoas. O turismo é então vendido como a mercantilização do tempo livre ou período de descanso. O destino turístico não é divulgado como meio de conhecer novos lugares e culturas, mas como um meio de abandonar a rotina e obter paz e sossego. O capital se apropria da necessidade de descanso e a converte em mercadoria, ou seja, em sua busca pela mais-valia, explora o trabalhador, para depois criar a necessidade de adquirir pacotes turísticos para fugir da rotina exaustante e que não acrescentam em nada a experiência pessoal do turista.

Os pescadores artesanais, em seus depoimentos, sempre relatavam: *“apenas quando eu morrer deixo de pescar”*. Pois, a atividade pesqueira, apesar de árdua, é também prazerosa. É um meio de vida onde: *“a gente só depende da gente mesmo, não depende de outra pessoa, só do nosso esforço, não tem como levar xingação de ninguém”*. Em muitos relatos ouvi a frase: *“o trabalho na pesca artesanal é profissão e divertimento, é também distração”*. Quando questionados sobre o que faziam nas horas livres, de descanso, os interlocutores disseram: consertar redes, conversar com os amigos, assistir TV, ir à igreja. Não observei uma necessidade por ir à busca de distração em outro ambiente, ou seja, o fenômeno do turismo é realmente algo criado pela sociedade moderna que, em geral, pratica um trabalho não prazeroso.

A luta pelo reconhecimento de outra alteridade, que não a imposta pelo moderno capital, deve ser continua, ou corre-se o risco da questão social ser comprometida irreversivelmente pela lógica econômica de mercado. Segundo ALMEIDA (2007), os direitos sobre a diversidade de modos de vida não devem ser apenas direitos genéricos de cidadania.

3.4. ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO E DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Diante dos muitos empreendimentos industriais e turísticos que têm originado inúmeros impactos, não só nos biomas litorâneos, como também para as populações que tradicionalmente os ocuparam, em especial os pescadores artesanais que utilizam os

estuários e o mar de fora para suas atividades, tais comunidades começaram a perceber que além de investir na pesca e proteger os recursos pesqueiros era preciso também garantir o território pesqueiro.

E dentre as diversas estratégias de lutas para assegurar os territórios e modos de vida dos pescadores artesanais tem crescido bastante a reivindicação para que esses grupos sejam incluídos na categoria de Povos Tradicionais. Pois, dentre os diferentes contextos e argumentos que postulam o conceito, percebe-se existir uma flexível definição na legislação oficial que regulamenta essa categoria. E então, diferentes tipos grupos sociais específicos são incorporados nessa categoria político-legal que tenta diferenciá-los juridicamente para dar-lhes direito às terras que tradicionalmente habitam ou habitavam (SILVEIRA, 2011). Tais direitos trazem também o desafio de serem estabelecidas as normas para uma democracia plural e igualitária que respeite as diferenças culturais (LITTLE, 2002a).

Segundo argumenta LITTLE (2002a), varias pesquisas etnográficas já demonstraram os diferentes aspectos do conceito de desenvolvimento por diversos grupos sociais e o autor chama a atenção para o conceito de “tradicional” que não reflete necessariamente a definição de imobilidade cultural desses povos. Contudo, para LITTLE (2002b), para um efetivo reconhecimento da diversidade cultural é necessário que se estabeleça um processo dialético entre desenvolvimento econômico e cultural dos grupos sociais. O autor defende a construção política da “autonomia cultural” por parte dos grupos sociais e da construção de formas de integração de tais grupos em estruturas de âmbito nacional e internacional.

O Movimento dos Pescadores Artesanais tem buscado fazer alianças a instituições nacionais e internacionais de apoio à pesca artesanal e inserir-se em discussões internacionais que buscam criar diretrizes para assegurar a pesca sustentável em pequena escala e promover ações com enfoques sociais e humanitários²⁹. Não estarão alheios ou imóveis diante das transformações sociais, apenas não reiteram os projetos impostos pelo Estado e pelos empreendimentos privados (ZHOURI E OLIVEIRA, 2010).

²⁹ Desde 2009 que o Brasil participa da criação das Diretrizes Sustentáveis para a Pesca de Pequena Escala da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), elaboradas por diversos países e organizações da sociedade civil.

Em busca de uma autonomia cultural e da proteção dos territórios pesqueiros e dos recursos naturais, os pescadores artesanais passaram a reivindicar a criação de Reservas Extrativistas³⁰. E como exemplos dessas articulações têm-se a criação de diversas RESEX Marinhas em todo o Brasil, em Pernambuco há a RESEX Acaú-Goiana criada em 2007 no litoral norte, que integra parte dos estados de Pernambuco e Paraíba e o processo de criação da RESEX Sirinhaém-Ipojuca no litoral sul de PE, que ainda está em andamento (SILVA, 2011) e a solicitação de uma RESEX em Rio Formoso.

Contudo, para ESCOBAR (1995), o conceito de Populações Tradicionais por ser amplo e incluir diferentes tipos de povos traz também a dificuldade e se obter uma eficiente política social que ao buscar universalizar o que é particular acaba por deixar de fora a própria dinâmica da tradição ao longo do tempo. Segundo BALANDIER (1997), diferentes formas de conhecimento não hegemônicas têm sido vistas como “artefatos de museu, um saber anterior e apelidado de tradicional”, pois essas experiências não-ocidentais que sobreviveram foram frequentemente obrigadas a “petrificar-se, para justificar sua existência histórica. LOBÃO (2006), salienta ainda que os pescadores artesanais ao serem incluídos na categoria de Povos Tradicionais concedem ao Estado o poder de legitimar suas identidades coletivas.

Para ALLEGRETTI (2002), a busca dos Seringueiros no Acre era que através de demandas específicas eles obtivessem um alcance mais amplo, mas a política ambiental brasileira desarticulou esse objetivo inicial, pois a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, as Resex ficaram submetidas ao conservacionismo, perdendo grande parte de seu objetivo original que era a proteção de direitos sociais, pois os princípios norteadores do SNUC não são os saberes tradicionais das populações. Ou seja, tal política reitera à subordinação da dimensão social à ecológica.

³⁰ As Reservas Extrativistas são unidades de conservação estabelecidas em uma área de interesse para a conservação biológica, em que o Estado estabelece uma concessão de uso para a população tradicional residente na área. Não podem existir áreas privadas em seu perímetro e elas possuem ainda um conselho deliberativo formado por diferentes representantes da sociedade civil e do governo, sendo em sua maioria composto pela população local (MMA, 2006).

Para GROFOSGUEL (2013), as políticas públicas identitárias estabelecem-se a partir de uma lógica eurocêntrica que tende a mascarar as relações de poder – permitem a um determinado grupo social “viver melhor” dentro uma estrutura colonial – sendo, portanto bem diferente da perspectiva da identidade na política, pois estas baseiam-se em projetos éticos epistêmicos abertos a todos, como por exemplo, os zapatistas no México. Assim, diante das dificuldades de se obter um bom avanço a partir dessas políticas públicas, resultante da fusão entre reforma agrária e a política ambiental (ALLEGRETTI, 2002), a comunidade pesqueira brasileira já tem se articulado de diferentes formas, a exemplo dos acordos de pesca e da busca por uma efetiva gestão compartilhada da pesca artesanal.

Em Pernambuco, historicamente, os pescadores artesanais têm se articulado na defesa de seus direitos e, segundo CALLOU (2013), foi a partir da década de 60 que se iniciou uma conscientização da categoria em relação às dificuldades da atividade pesqueira. As mobilizações iniciais se deram através de lutas pela retomada da Federação das Colônias e por melhorias no setor pesqueiro artesanal.

No início da década de 70, um importante mediador social entra em cena: através dos trabalhos da Igreja Católica nas comunidades de pesca é então criado o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras Pastorais Sociais em todo o Brasil. O CPP é uma entidade que presta serviço pastoral de incentivo e apoio ao protagonismo dos pescadores, mas não é uma organização política dos mesmos. As principais reivindicações dos pescadores artesanais, apoiadas pelo CPP, foram: melhorias na previdência social, pela posse da terra, pela conquista de autonomia nas colônias e contra os impactos da poluição ao ambiente marinho-estuarino (CALLOU, 2013). Através do seu serviço pastoral, o CPP apoiou a organização dos pescadores na campanha para a elaboração da Constituinte da Pesca, em 1988 e na criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) (RAMALHO, 2013).

As dificuldades na implantação de efetivas políticas para a pesca artesanal levaram os pescadores artesanais a se reunirem em Brasília/DF, em 2009, quando realizaram a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, contrapondo à III Conferência de Aquicultura e Pesca do governo, que acontecia paralelamente. Atualmente os

pescadores artesanais tem se articulado através do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) e estão em campanha em todo o Brasil pelo reconhecimento oficial e regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras que, através de um projeto de lei de iniciativa popular, visa arrecadar as assinaturas necessárias para a apreciação deste, pelo Congresso Nacional. A participação dos pescadores em diversos eventos sobre pesca artesanal pelo Brasil tem também contribuído para desenvolver a reflexão crítica, a troca de experiências e a construção de novas estratégias de luta pelo fortalecimento da atividade tradicional pesqueira.

Apesar das tentativas do Governo brasileiro em construir novas políticas sociais que atendam a demanda dos diferentes grupos sociais presentes no território nacional, como por exemplo, a criação, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais³¹ (PNPCT) e, em 2009, a revisão no Programa Nacional de Direitos Humanos, incorporando as resoluções da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, tem sido ainda precária a participação social dos coletivos sociais na construção das políticas públicas. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, ratificada pelo Brasil em 2002, contempla também os direitos das populações pesqueiras. No entanto, as legislações que protegem a atividade tradicional pesqueira ainda não têm sido suficientes para diminuir a dívida social do país com tais comunidades.

É preciso que os pescadores artesanais continuem na luta por garantir o território pesqueiro, pela valorização da diversidade cultural da região e pelo direito à participação nas esferas de decisão dos projetos que irão intervir diretamente na dinâmica social pesqueira. É necessário acionar novas redes nacionais e internacionais que lutam pela democratização dos saberes, bem como buscar o fortalecimento e expansão das estratégias de autonomia local, objetivando não apenas serem vítimas do ‘progresso’.

³¹ Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

CONCLUSÃO

A dicotomia entre espaço social e espaço a ser explorado que perpassa a problemática da pesca artesanal já foi bastante debatida nas ciências sociais e muitas pesquisas e etnografias já foram realizadas em diferentes comunidades pesqueiras brasileiras e não brasileiras abordando aspectos diversos da atividade pesqueira em águas interiores (rios) ou em mares e estuários. Os estudos sobre comunidades pesqueiras habitantes de áreas costeiras e ribeirinhas têm crescido bastante devido a essas populações serem alvo de muitos empreendimentos industriais, turísticos e portuários, em diversos locais do mundo. Os impactos ambientais resultantes do mundo globalizado geralmente recaem sobre esses povos mais fragilizados e a região onde vivem, por ser lócus de diversidade cultural, tem se convertido em área prioritária para a conservação da sociobiodiversidade (ACSELRAD, 2009).

No litoral sul de Pernambuco existe uma grande população pesqueira que tenta perpetuar sua cultura em meio a todas as rápidas transformações que têm atingido a região litorânea. Os projetos industriais e turísticos são antigos, mas como de costume, os impactos desses empreendimentos nunca são preliminarmente estudados e tratados. Em geral, a dinâmica de qualquer município sofre grandes interferências devido à instalação de grandes projetos e, quando há a existência de populações que possuem um modo de vida específico como, por exemplo, os pescadores artesanais, esses impactos se configuram também como uma *violência simbólica*³².

Em Sirinhaém há distintas temporalidades que perpassam pelas diferentes atividades que são praticadas: em Suape; em Toquinho; na pesca artesanal. Na pesca, o tempo é determinado pelas possibilidades que a natureza oferece e, devido à variação sazonal, mudam-se os horários de realização das pescarias ou muda-se o ritmo da atividade pesqueira, através da realização de outras atividades produtivas em outros espaços. O tempo em Sirinhaém apenas pode ser entendido, a partir de cada um dos espaços e atividades já relatados, assim como todos esses espaços estão dotados de significação e são produzidos em condições específicas de tempo.

³² Ver: BOURDIEU, 1982.

Nesta pesquisa procuro chamar à atenção para a existência de diversos agentes de transformações e mudanças na vida social da comunidade pesqueira, não pude me aprofundar no relato sobre como vivem hoje os pescadores que trocaram o trabalho coletivo pelo trabalho individual, isolado e assalariado em Suape. Deixo esta tarefa para que outros pesquisadores o façam. A questão central de meu relato foi descrever como as diferentes mudanças ocorridas no ambiente, desequilibrando-o e, a partir da implantação de novas atividades produtivas na região, vêm provocando mudanças no modo de vida tradicional pesqueiro em Sirinhaém. As transformações ocorridas a partir da chegada do complexo portuário de Suape vêm provocando a fragmentação do grupo social e o crescimento do turismo náutico impactando o ambiente marinho-estuarino e dificultando a atividade da pesca artesanal estuarina.

Entretanto, os grandes projetos turísticos que estão previstos para serem instalados no município irão, provavelmente, provocar a segregação socioespacial e interferir ainda mais nas práticas cotidianas dos pescadores artesanais. O espaço transformado em mercadoria possui significação distinta daquela que é construída na relação entre os pescadores com a natureza, onde o tempo é por esta determinada, estruturando uma organização social que adquire sentido e identidade a partir de específicas representações de tempo e espaço.

Nesta dissertação procurei abordar os principais impactos na atividade pesqueira decorrentes de fatores externos, ou seja, a partir da chegada do complexo portuário de Suape e suas indústrias, que se localizam em diferentes municípios. Bem como do fortalecimento do turismo na região, predominantemente a partir do crescimento do turismo náutico. Em campo, pude observar que alguns pescadores relataram impactos na atividade de pesca decorrentes de fatores internos, ou seja, pelos conflitos internos entre as diferentes modalidades de pesca presentes na região. Como tais aspectos extrapolavam o objetivo desta pesquisa, faço apenas o registro sobre a importância de outros pesquisadores se debruçarem sobre estes problemas. Os principais problemas relatados foram em relação à pesca do camarão usando a rede de arrasto, a pesca no rio com uso de rede de camboa (que tapa o rio) e o fato de existirem muitos mergulhadores em atuação – em geral, esta modalidade de pesca é realizada pelos mais jovens, que: *“não querem ter compromisso (com os gastos da embarcação) e nem remendar redes”*.

Os mergulhadores “atrapalham” a pesca de barco, pois, segundo os pescadores: os mergulhadores espantam os peixes dos seus esconderijos, pois, vão atrás dos peixes dentro das “casas” deles e, então, os peixes percebem que ali não podem mais ficar. Enquanto que o pescador de barco fica à espera do peixe aparecer: *“o peixe tem hora de comer, a pessoa não tem hora de comer? Ele também tem àquela hora de sair. O cara pega um peixe hoje daqui três dias tem outro naquela moradia e o mergulhador quando passa, aonde tiver ele sai levando tudo”*. Estes relatos demonstram a importância de novas pesquisas na área, para compreender melhor como as diferentes modalidades de pesca interferem no ecossistema local e na vida desses pescadores.

Os pescadores artesanais de Sirinhaém utilizam um porto que se localiza em um estuário poluído e que ainda não foi alvo de expropriações municipais, em relação ao seu uso pela comunidade pesqueira, mas tem começado a ser alvo de expropriações privadas pelas construções das marinas. A praia de Barra de Sirinhaém, de águas sempre escuras nunca atraiu muitos turistas, mas, as demais praias do município sempre estiveram nos planejamentos turísticos para a região. Os objetivos dos megaprojetos turísticos em curso, certamente, não irão beneficiar a comunidade adjacente e nem fomentar a interação cultural entre os visitantes e os presentes, apenas intensificar mais ainda novas dinâmicas identitárias e territoriais na comunidade pesqueira.

Diante das mudanças já presentes, os pescadores artesanais têm procurado novas estratégias de adaptação e reafirmação de seus modos de vida, ou seja, maneiras de continuarem a serem “livres”. Os pescadores artesanais vêm se articulando através de coletivos sociais e em parcerias com instituições não governamentais nacionais e internacionais, para promover a inserção do grupo social nas decisões e definições de diretrizes para o fortalecimento da pesca artesanal. É fundamental a garantia de participação social em diferentes instâncias, a fim de permanecerem informados sobre os possíveis projetos que possam interferir de algum modo em suas vidas. Pois, devido aos projetos planejados para Sirinhaém estarem em fases iniciais, ainda há tempo da comunidade pesqueira agir e exigir o direito de inserção nas decisões sobre como os projetos devem ser planejados e implantados no município.

Em suas lutas, os pescadores artesanais, têm buscado aliados diversos: em grupos ambientalistas; em grupos que lutam por justiça ambiental; grupos de direitos

humanos e; em grupos que lutam por direitos territoriais e culturais de comunidades reconhecidas por suas especificidades identitárias e de organização social. Mas, é importante frisar que a comunidade pesqueira não almeja à tutela do Governo, mas apenas obter a própria autonomia produtiva, luta por legitimar a proteção aos seus direitos sociais e pelo reconhecimento de uma alteridade que persiste em permanecer atuante. Assim, renova-se à esperança de que a cultura da pesca artesanal resista às ameaças vindouras e que a população de Sirinhaém se mobilize na tentativa de escrever a própria história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo, **Para uma teoria dos estudos territoriais**, in Ortega, A. C. e Almeida Filho, N. (Orgs.), Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.
- ACIOLY, Rafael. (2013) **A Gravidez na adolescência e o corpo no polo de desenvolvimento em Gaibu**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160p.
- ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados 24 (68), p. 103-119, 2010.
- ADRIÃO, Denise. **Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações detrabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.1, n. 2, p.11-21, mai-ago. 2006.
- AGUIAR, R. G. **Fluxos de massa e energia em uma floresta tropical, no sudoeste da Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Física e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Narrativas agrária e a morte do campesinato**. Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais IFCH-Unicamp, vol. 1, nº 2. Campinas, p.86-157, 2007.
- ALLEGRETTI, Mary H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2002.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**. Ed. 90ª. 2005.
- AZEVEDO, Natália Tavares. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR, 2012.
- BALANDIER, Georges. **Modernidad y poder: el desvio antropológico**. p. 194 apud WALDMAN, Maurício. Meio ambiente & antropologia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006, p. 40.
- BEGOSSI, A. **Fishing Actives and Strategies at Búgios Island (Brazil)**. IN: Fisheries Resource Utilization and Policy. Athens, Greace. 1992.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approach**. 4ª ed. Lanham: AltaMira Press, 2005.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BONOMA, Thomas V. **Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process**. Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **PRODETUR/NE-I: Resultados e Lições Aprendidas**. 2002.

CARLOS, Ana Fani. **O Turismo e a Produção do Não-Lugar**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia (orgs). Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, pp. 25-37, 1999.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Movimentos sociais dos pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. Dissertação de mestrado. RS: UFSM, 1986.

_____. **Movimentos sociais na pesca**. Recife: FASA, 285p. 2013.

CAPELLESSO, Adinor José.; CAZELLA, Ademir Antônio. **Pesca Artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudos de caso no municípios de Garopaba e Imbituba (SC)**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. XIV, n.2, p.15-33, jul-dez, 2011.

CASTELLO, J. P. **O futuro da pesca e da aquicultura marinha no Brasil: A pesca costeira**. Ciência e Cultura, v.1, n.3, 2010.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, (2000) **O "Meio Ambiente" como objeto das Ciências Sociais: Uma análise a partir dos estudos da globalização dos sistemas agroalimentares**. ANPOCS, Niterói, Brasil.

_____. 2004. **Globalização e Ruralidade** In: WANDERLEY, M.N.B. (org.), Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro. São Paulo, Polis.

CAVALCANTI, C. et al. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA**. Recife, FUNDAJ (trabalhos para discussão n. 135) Fev. 2002. 30p.

CORDEIRO, Itamar José Dias. **Um estudo sobre a produção capitalista do espaço turístico a as perspectivas de desenvolvimento local na Praia de Gamela, Barra de Sirinhaém/PE**. Recife: UFPE. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007.

CORDEIRO, Itamar et al . **Interesses do Desenvolvimento Turístico x Necessidades da População Local: O Caso da Vila de Pescadores de Aver-o-Mar (Praia de Gamela, Sirinhaém/PE)**. Bases para um Processo de Gestão Ambiental. Anais do XI Congresso Nordestino de Ecologia: Recife, 6p. 2006.

CORREIA DE ANDRADE, M. **A terra e o homem no Nordeste**. 2.ed. São Paulo; Brasiliense, 1964.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CPRM - **Serviço Geológico do Brasil**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Serra Talhada, estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Julio da Trindade G. Galvão, Simeones Néri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CPRH. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 1999.

CPRH. **Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 1999.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em História – UFPE, 2003.

DECRETO nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**.

DESCOLA, Philippe e PÁLSSON, Gísli. (eds.). **Nature and Society: Anthropological Perspectives**. Londres, Routledge, 1996.

DIAS NETO, José C. (2012) **Quanto custa ser pescador artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal**. (Tese de doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense (UFF).

DIEGUES, Antonio C. **A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para sua Sobrevivência**. Instituto Oceanográfico. Cidade Universitária. São Paulo, 1988.

_____. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de apoio a pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/ USP, 2004

DIEGUES, Antonio C. & ARRUDA, Rinaldo S. V (orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 169p.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development. The Making and Unmaking of the Thirld World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Introductions of Aquatic species**. 2007.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultores a agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos.** Reforma Agrária, Revista da Abra, vol. 25, nº 2-3, Campinas, p86-113, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo, ed. José Olympio, 1985.

FURTADO, C. **Operação Nordeste.** Rio de Janeiro: ISEB, 1964.

GERCO/PE. **Gerenciamento Costeiro: o ecossistema manguezal.** Gerenciamento Costeiro de Pernambuco. CPRH. Recife, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 323p. 2008.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade dos sistemas econômicos,** in: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). Godelier. São Paulo: Ática, p. 37-58, 1981.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Juventude e Emprego e Instituto Oceanário. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco.** CD-ROM, 2009.

GROFOSGUEL, Ramom. **Cómo luchar decolonialmente?** Periódico Diagonal. Entrevista concedida a Maria Ruiz Trejo em 04/01/2013. Disponível em: <https://www.diagonalperiodico.net/>. Acesso em: jun. 2013.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research.** New York: Aldine de Gruyter, 1967.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

INGOLD, Tim. **Become Persons: consciousness and sociality in human evolution.** In Cultural Dynamics. Vol. IV, n.3, 1991.

IBAMA-Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diagnóstico da Carcinicultura no Estado do Ceará.** DIPRO/ DILIQ/ DIFAPE/ GEREX-CE. Brasília/DF; Vol. I, 177p.; Vol. II (Mapas), 2006.

IBAMA. **Estatística da pesca – Brasil/Grandes regiões e unidades da federação.** Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP. Brasília, 2007.

IBAMA. **Estudo sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém/PE.** In: IBAMA - Processo 02019. 000307/2006-31. Recife, 2008.

IBGE, **Censo de 2010.** BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LANDER, E. **La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução Marie-Agnès Chauvel; São Paulo: Brasiliense, 2007.

LATOUR, Bruno. 1994. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. Trad. Carlos Irineu da Costa; Rio de Janeiro: Ed.34. [1991]

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Ed. UFMG, 2008.

LEROY, Jean-Pierre (rel.); SILVESTRE, Daniel Ribeiro (ass.). **Populações litorâneas ameaçadas: carcinicultura, pesca industrial, turismo, empreendimentos públicos e poluição**. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**, Anuário Antropológico, 2002/2003, 251-290, 2002a.

_____. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p.33-52, out. 2002b.

_____. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2005.

LOBÃO, Ronaldo J. da S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UNB), 2006.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Manaus, AM: UFAM, 106 p., 2009.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. Ed. Ática, 1986.

_____. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.

MARINS, Marília Oliveira Silva. **A Utilização Da Microalga *Skeletonema Costatum* (Greville) Cleve (Bacillariophyceae) Na Avaliação Da Qualidade Ambiental De Áreas Estuarinas De Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2007.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de e VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da seap como dissolução do modo de vida da pesca artesanal**. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 34(1): 107 - 116, 2008.

MILLER, Francisca de Souza. SANTOS, Cláudio Rogério dos. **As relações entre pescadores e sua entidade representativa: a colônia de pesca z-34 (RN)**. Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2012.

MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.** 6ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Floresta, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo, Ática, Coleção Princípios, 1988.

MOVIMENTO dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - I Conferência da Pesca Artesanal. **Pescadores e Pescadoras na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal.** Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Cleciene S. de.; SILVA, Danielle R. da.; GALVÃO, Nancy de L. **Uma análise sobre o desenvolvimento do turismo na Área de Proteção de Guadalupe.** Monografia de Bacharelado em Turismo – UFPE, 2009.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

OSTRENSKY, Antônio.; BORGHETTI, José Roberto.; SOTO, Doris. **Estudo Setorial para Consolidação de Uma Aqüicultura Sustentável no Brasil.** Curitiba, p.279, 2007.

PALMEIRA, Moacir. **Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana.** Pg: 171-200 In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 327p. – (História social do campesinato brasileiro).

PEREIRA, Renato Crespo. SOARES-GOMES, Abílio. (Org.). **Biologia Marinha.** Ed. Rio de Janeiro: Interciência, Ltda, 2002.

QUIJANO, A. **Colonialidade del poder y classificacion social.** Journal of World-Systems Research, p.342-386, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, M. **Redes sociais pessoais: conceitos, práticas e metodologia.** Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia. PUCRS, Porto Alegre, 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de Pesca, de Itapissuma, PE.** Monografia de Ciências Sociais (ênfase em Sociologia Rural). Recife: UFRPE, 1999.

_____. **O mundo das águas e seus laços de pertencimento.** Raízes, Campina Grande, vol.23, nº1 e 2, p.62-72, jan./dez. 2004.

_____. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.** São Paulo: Polis, Campinas: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP) 2006.

_____. **Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar.** Ambiente & Sociedade, Campinas, v.XIII, n.1, p.95-110, já./jun. 2010.

_____. **O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais.** Revista de Antropologia–USP, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan/junho, 2011.

_____. **O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): a força de um mediador sociopolítico.** In: CALLOU, A. B. Movimentos sociais na pesca. Recife: FASA, 285p. 2013.

RIBEIRO, Maria Rita.; REIHER, Carla. **A expansão das atividades de turismo e lazer: as transformações e impactos sobre uma comunidade ribeirinha.** Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2012.

RIMA-**Relatório de Impacto Ambiental Projeto Costa de Guadalupe.** Consultoria Pires Advogados & Consultores, 2012.

SAHLINS, Marshall David. **O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (Parte I).** In. Mana: Estudos de Antropologia Social, v.3, n.1, Abril de 1997, p. 41-73.

SANTOS, Boaventura de S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** V.4, Coleção Globalização Alternativa – Reinventando a Emancipação Social para novos Manifestos. Ed. Civilização Brasileira, 1998.

SANTOS. Liliane de Melo,; COSTA. Vanessa Barbosa V. da. **Participação Popular em Turismo: uma análise no município de Sirinhaém – PE.** Monografia do Curso Bacharelado em Turismo, UFPE, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 200p. 2010.

SCHRÖDER, Peter. **A antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?** Revista de Antropologia, vol. 40, n. 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

Schuler, C. A. B.; Andrade, V. C.; Santos, D. S. **O manguezal: Composição e estrutura.** In: Barros, H. M.; Eskinazi-Leça, E.; Macedo, S. J. & Lima, T. (Eds). Gerenciamento participativo de estuários e manguezais. Ed. Universitária da UFPE, Recife, Bra-sil, p.27-38, 2000.

SCOTT, Parry. **Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de Descaso Planejado.** Editora Universitária da UFPE, Recife, 2009.

SECTMA (Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente). **Atlas da biodiversidade de Pernambuco**. CD-ROM. Recife: SECTMA. 2002.

SELVA, Vanice. S. F. **Litoral da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo**. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v. 5, n. 1, p.8-16, 2012.

SILVA, Tacísio Augusto Alves da.; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. (Orgs). **Conflitos Socioambientais em Pernambuco**. Orgs. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 2013.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, p.74-137, 1999.

SILVA, Lucélia C. M. da. **Conflitos socioambientais em Sirinhaém: um caso de injustiça ambiental**. Monografia do Curso de Ciências Biológicas da UFPE, 101p. Recife, 2011.

SILVEIRA, Carla B. M. (2003) **O Paraíso negociado: ensaio etnográfico sobre turistas em Resort**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

SILVEIRA, Pedro C. B. (coord.). **Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco**. Relatório Parcial de Pesquisa Apresentado à FACEPE, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEWART, Julian Haynes. **The concept and method of cultural ecology**. In: G. Young (ed.), Origins of human ecology, Stroudsburg, PA, Hutchinson Ross, pp. 63-76, 1983.

THOMPSON, EP. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TISCHER, Mário.; SANTOS, Maria do Carmo F. **Algumas considerações sobre a ictiofauna acompanhante da pesca de camarão na foz do rio São Francisco (Alagoas/Sergipe – Brasil)**. Bol. Tec-Cien. CEPENE, Tamandaré, v.10, n. 1, p.221-238, 2002.

TISCHER, Mário. **Aspectos socioeconômicos do aproveitamento da ictiofauna acompanhante das pesarias de Camarões *Peneídeos*, em Sirinhém, PE-Brasil**. Bol. Tec-Cien. CEPENE, Tamandaré, v.11, n.1, p.271-276, 2003.

VALENCIO, Norma; MENDONÇA, S. A. Teixeira de. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal**. In: Boletim do Instituto de Pesca, 34(1): 107-116, São Paulo, 2008.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C. **Da Tarrafa ao Tanque-rede: o Processo Político-institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas.** In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C. (Org). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Volume II. Desafios Teóricos e Político-Institucionais.* São Carlos, SP: Editora Rima. p.271–293, 2003.

VALENCIO, Norma. **Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência.** São Carlos, SP: Editora RiMa, 2006.

_____. **Conflitos ambientais no Velho Chico: o *modus operandi* da desacreditação pública da pesca artesanal.** In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 202-223, 2010.

VASCONCELOS, J. A.; LINS-OLIVEIRA, J. E.; REY, H. **A problemática da pesca de lagostas do Nordeste do Brasil.** Bol- Téc. Cien. CEPENE – Tamandaré/PE, n. 1, v. 1, 1994.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo, Hucitec/Edusp. Coleção Estudos Rurais, 1991.

VIEIRA, Ana Cristina. **Enfrentamento da pobreza em pequenos municípios de Pernambuco.** Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. UFMA, 2005.

WOLF, Eric. **Cultura: panacéia ou problema?** In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R Wolf.* Brasília-DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 291-306, 2003

WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 226 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WOORTMANN, Klaas. **Migração família e campesinato.** Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 7, nº 1. Campinas, p. 35-53.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 439-462, 2010.